



Ministério da
Ciência e Tecnologia



Universidade Federal do Rio de Janeiro

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional

Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Observatório das Metrôpoles:

PROJETO: Observatório das Metrôpoles: território, coesão social e governança democrática

Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém, Natal, Goiânia e Maringá.

RELATÓRIO DE RESULTADOS PARCIAIS 2009-2010

**Coordenação Geral
Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro**

**Vice-coordenação
Suzana Pasternak**

**Rio de Janeiro
Agosto de 2010**

Sumário

I. APRESENTAÇÃO GERAL: OBJETIVOS DO INCT OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2009-2013.....	2
II. ATIVIDADES DE COOPERAÇÃO ENTRE OS GRUPOS DE PARTICIPANTES DO INCT.....	6
III. ATIVIDADES DE COOPERAÇÃO ENTRE PROJETO INCT COM OUTRAS INSTITUIÇÕES (EMPRESAS, INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS, ETC.)	43
IV. PRINCIPAIS RESULTADOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS	44
V. EVENTOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS: APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS, ORGANIZAÇÃO DE CURSOS, SEMINÁRIOS, PALESTRAS, MESA REDONDAS	47
VI. ATIVIDADES DE FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	52
VIII. PERSPECTIVAS E FUTUROS DESDOBRAMENTOS ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.	

RELATÓRIO DE RESULTADOS PARCIAIS RELATIVO AO 1º ANO DO PROJETO INCT.

I. APRESENTAÇÃO GERAL: OBJETIVOS DO INCT OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2009-2013

A proposta objetiva dirigir as atividades de investigação para a produção de conhecimento a partir de um conjunto de indagações sintetizadas a seguir:

Desconcentração produtiva e novos arranjos espaciais metropolitanos? Realizamos extensa pesquisa de reconhecimento dos 15 aglomerados urbanos com as funções consideradas como próprias das grandes cidades na globalização, ou seja, as de direção, articulação e comando da economia crescentemente organizada em redes. Por outro lado, identificamos os territórios municipais efetivamente polarizados pelas aglomerações urbanas. O resultado deste trabalho tem sido utilizado por vários organismos governamentais, entre eles o Ministério do Planejamento para a elaboração do PPA e o Ministério das Cidades, para orientar as intervenções no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC na sua dimensão urbana. A continuidade deste trabalho procura avaliar as transformações recentes da rede urbano-metropolitana levando em consideração as novas tendências de organização do território nacional decorrentes da aceleração da mudança do modelo de desenvolvimento. Usando o conjunto de dados disponibilizados por vários organismos nacionais (IBGE, IPEA, Ministério do Trabalho/RAIS, etc.), estaduais e municipais, avaliar se confirmam as tendências observadas de despolarização produtiva do território nacional em relação aos aglomerados urbanos metropolitanos, identificando quais atividades econômicas estariam se deslocando, os eixos territoriais destes deslocamentos e seus impactos na dissociação entre a espacialidade do mercado de trabalho e da acumulação do capital. Nessa perspectiva intencionamos aprofundar e desdobrar a leitura anteriormente feita das tendências de polarização do território nacional, buscando identificar os sistemas urbano-regionais, suas diferenças internas e suas conexões territoriais materializadas por fluxos de mercadorias e pessoas. Interessa-nos também identificar as diferenças da evolução das estruturas produtivas dos aglomerados urbanos metropolitanos, resultantes das formas distintas pelas quais estes territórios estão se integrando regionalmente às transformações do modelo de desenvolvimento. Denominamos distinções como “regionalizações por similaridade” e “polarização por diferenças”. Interessa-nos ainda identificar a existência de eventuais tendências na re-configuração do território dos aglomerados urbanos metropolitanos como consequência da difusão – no tecido produtivo brasileiro – das inovações oriundas da revolução informacional-comunicacional combinada com mudanças nas relações de trabalho e nos estilos de vida.

Continuidade do processo de fragmentação sócio-territorial das metrópoles? O trabalho anterior constatou em todas metrópoles a existência de tendências de concentração territorial das camadas superiores e ao mesmo tempo a constituição de territórios vulneráveis. Nós daremos continuidade à análise sistemática dos padrões de organização social do território das metrópoles e de suas transformações ao longo dos últimos 30 anos (1980-2010), utilizando, como instrumento de análise, o conjunto de procedimentos metodológicos construídos a partir de um sistema de classificação das ocupações utilizadas pelo IBGE. Esses procedimentos mostraram-se úteis como instrumental analítico para qualificar a estratificação social brasileira, inspirados nas experiências nacionais e internacionais mais reputadas, tais como as desenvolvidas por Néelson do Valle e Silva, Desrosières, Goy, Thévenot, Desrosières, Thévenot, Erick Olin Wrigth, entre outros, e adaptado às condições contemporâneas do mercado de trabalho. A continuação deste trabalho é fundamental em razão das evidentes transformações em curso na estrutura social brasileira, com o aprofundamento das mudanças iniciadas nas décadas de 1990 e 2000.

Quais são os impactos na estrutura interna das metrópoles decorrentes da ativação e re-configuração do mercado imobiliário? O período 1980/2000 foi caracterizado pelo movimento

cíclico da produção imobiliária na constituição da dinâmica de organização do espaço interno das metrópoles. Vivemos neste momento um novo ciclo pela ativação do financiamento bancário, pela constituição de um sistema nacional de habitação e pelos efeitos da desconcentração da renda. Assistimos não apenas ao aumento da atividade, como a sua complexificação com impactos previsíveis nos padrões de distribuição da população moradora das metrópoles.

Quais os obstáculos ao processo em curso de diminuição das desigualdades sociais, decorrentes dos fenômenos de segregação e segmentação residencial vigentes nas metrópoles? No Programa de Trabalho em curso, tivemos a oportunidade de colocar à prova empírica a existência de relações entre os processos de segmentação e segregação residenciais vis à vis os mecanismos de reprodução das desigualdades sociais. Além de atualizar e aprofundar o conhecimento já consolidado, pretendemos ampliar esta análise examinando três aspectos da relação entre a organização social do território e as desigualdades: condições urbanas de vida (distribuição territorial dos equipamentos e serviços coletivos), oportunidades (escolar e emprego) e condições sócio-ambientais. Tal direção de pesquisa expressa a concepção segundo a qual as estruturas sociais das áreas metropolitanas, além de expressarem as macro-desigualdades da economia e da sociedade, geram novos tipos de desigualdades, pela conexão entre as antigas e sedimentadas segmentações da sociedade brasileira com os fenômenos de segmentação e segregação sócio-territorial das últimas décadas – afirmação que será retomada e justificada adiante. Este desdobramento envolve o recurso ao banco de dados atualizado (abaixo mencionado) como base para os necessários estudos qualitativos sistematicamente construídos. Isto alimentará a discussão das formas de vida que estão se estruturando nas metrópoles brasileiras. Essas formas estão conectadas com o avanço da modernização sócio-cultural e da globalização e seu impacto desorganizador das estruturas e das instituições responsáveis pela ordem social gerada no modelo anterior de desenvolvimento nos planos da família, do domicílio e do bairro.

Que relações existem entre os processos de segregação e segmentação residenciais e a restrição dos padrões de interação sociais favoráveis ao desenvolvimento da cultura cívica cidadã, necessária à governança democrática das metrópoles? O programa de trabalho anterior evidenciou sinais de forte relação entre os processos de segmentação e segregação residenciais e a crise da sociabilidade vigente nas metrópoles, expressa na forma da exacerbação da criminalidade violenta. Pretendemos, no presente programa de trabalho, realizar estudos comparativos sobre tal relação, usando informações do DATASUS e tendo como referência os resultados na análise da diversidade dos padrões de organização social do território das metrópoles. Esperamos que o resultado desta nova frente de trabalho possa contribuir para a compreensão mais sistemática da dimensão sócio-territorial na criminalidade e gere subsídios para políticas de segurança pública nas grandes cidades. Também estaremos realizando estudos qualitativos sobre os impactos da criminalidade violenta e suas representações na sociabilidade vivenciada por vários grupos sociais e sua possível consequência na constituição de um ambiente institucional pouco incentivador de atitudes e valores cívicos.

Que relações existem entre os processos de segregação e segmentação territorial e a tendência à reprodução dos traços privatista, localista e fragmentado da intervenção pública nas áreas metropolitanas? No período 2009/2013, pretendemos aprofundar o conhecimento das razões político-institucionais que dificultam a constituição de arranjos de governança dos aglomerados urbanos metropolitanos. Especial ênfase será dada ao entendimento das dificuldades e obstáculos para a constituição de articulações de forças sociais e políticas mobilizadas pela questão metropolitana decorrentes das conexões existentes entre as dinâmicas fragmentadoras prevaletentes em cada aglomerado urbano (sociais, econômicas, territoriais e político-institucionais) com os condicionamentos nacionais fundados nas distorções do sistema federativo, do sistema político-eleitoral e os fadamentos privatistas, patrimonialistas e localistas de organização e funcionamento do Estado Brasileiro.

Transferência de resultados. Além disso, pretendemos aumentar o protagonismo do Observatório das Metrôpoles no debate público sobre as questões nacionais e suas relações com os desafios urbano-metropolitanos. Entre elas destacamos o Portal Observatório das Metrôpoles (www.observatoriodasmetropoles.net) sobre a questão metropolitana brasileira através do qual disponibilizamos, utilizando diversas ferramentas, os resultados do nosso trabalho pesquisa, destacando-se o METRODATA.

Formação de recursos humanos. Esta atividade se dá em razão da rede do Observatório das Metrôpoles ser integrada por instituições universitárias com relevantes programas de pós-graduação, o que nos permite organizar, em cada ano, um conjunto de disciplinas desenhadas especialmente para esta finalidade, mobilizando as competências pluridisciplinares que nos caracteriza. Bem como agregar jovens pesquisadores em projetos investigativos através de bolsa de pesquisa.

Capacitação de atores sociais. Aumentamos a capacidade de intervenção direta na sociedade, multiplicando as nossas parcerias com organizações não-governamentais, com a Coordenação do Fórum Nacional de Reforma Urbana, através da qual se procura alimentar o debate sobre as políticas urbanas no plano da sociedade e a participação oficial na rede mundial de Observatórios Urbanos organizada pelo Habitat/PNUD/ONU. Nesta perspectiva, realizamos nosso Programa Formação de Conselheiros Municipais e Agentes Locais, que já realizou 10 cursos espalhados pelas metrôpoles do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Belém, Recife e formou cerca de 1.200 conselheiros e lideranças municipais.

LINHAS DE PESQUISA:

Linha I- metropolização, dinâmicas metropolitanas e o território nacional.

Esta linha de pesquisa volta-se a compreender as dinâmicas de constituição dos espaços metropolitanos, seu poder de articulação e polarização do território nacional, e os novos arranjos espaciais e suas conexões com as transformações de suas bases produtivas.

Linha II - Dimensão sócio-espacial da Exclusão/Integração nas metrôpoles: reprodução das desigualdades e impactos na sociabilidade urbana.

A hipótese inicial desta linha é que os processos socioespaciais em curso nas metrôpoles brasileiras têm enorme importância na compreensão dos mecanismos societários de exclusão e integração, através de seus efeitos sobre a estruturação social, os mecanismos de produção/reprodução de desigualdades e as relações de interação e sociabilidade entre os grupos e classes sociais. Tais processos sócio-espaciais são conceituados nesta linha como diferenciação, segmentação e segregação.

Linha III - Governança Urbana, Cidadania e Gestão das Metrôpoles.

Esta linha está dedicada ao estudo das condições que constroem a construção de um sistema de governança dos aglomerados urbanos metropolitanos que atenda aos requerimentos da eficiência e eficácia na gestão dos problemas comuns e das políticas públicas.

Linha IV - Monitoramento da realidade metropolitana e desenvolvimento institucional

Considerando que persistem diversos bloqueios e dificuldades para a consolidação da política nacional de desenvolvimento urbano e para o efetivo funcionamento de um sistema nacional de participação fundado nos conselhos das cidades e nos conselhos gestores, esta linha busca contribuir para o enfrentamento desses bloqueios.

II. ATIVIDADES DE COOPERAÇÃO ENTRE OS GRUPOS DE PARTICIPANTES DO INCT.

As atividades dos pesquisadores que integram o Observatório incluem:

1. Organização de práticas coletivas de pesquisa em escala nacional, constituindo a elaboração de um acordo cognitivo (adoção coletiva de modelos de análise compartilhados pelos pesquisadores) e de um acordo normativo (as pesquisas são desenhadas e executadas visando à disponibilização das bases de dados e os seus resultados para: a) os pesquisadores da rede; b) o conjunto da comunidade acadêmica; c) os atores da sociedade e do setor público implicados na problemática metropolitana).
2. As atividades executadas pelo Observatório estão planejadas na forma de um Programa, organizado em 4 Linhas e 20 projetos (que congregam 7 subprojetos e 18 estudos de caso). Cada projeto é executado por Grupos de Pesquisa composto por pesquisadores e estudantes de pós-graduação e de graduação integrantes dos Núcleos Regionais, sempre sob a coordenação de um professor. As interações dos Grupos de Pesquisa são asseguradas através a) do uso de das ferramentas de gestão de redes via internet, b) pela realização de Oficinas Temáticas e 3) pela circulação de documentos de debates. A interação do conjunto dos pesquisadores do Observatório é assegurada pela realização de seminários.
3. As práticas coletivas de pesquisa em escala local. Em função da composição institucional dos grupos e das diferenças regionais da problemática metropolitana, cada Núcleo se organiza em programas locais e através dos quais se vinculam com o programa nacional de atividades do Observatório.
4. Colaboração entre os Programas de Pós-Graduação, através de: Participação em Banca de tese e dissertações de mestrado; realização de palestras, cursos e oficinas pelos pesquisadores da rede.

Nesta perspectiva destacaremos a seguir, detalhadamente, as atividades desenvolvidas em cada Projeto.

LINHA I

PROJETO: Transformações recentes na organização do espaço urbano-metropolitano. Cord. Olga Lúcia Castreghini de Freitas Firkowski - UFPR.

O projeto Transformações recentes na organização do espaço urbano-metropolitano se desenvolve em dois subprojetos:

- a) Abordagem conceitual do espaço urbano-metropolitano: propõe-se a analisar os processos espaciais e econômico-sociais que impulsionam a expansão e articulação entre aglomerações e centros, resultando em diferentes morfologias; discussão sobre os conceitos existentes na literatura especializada, com enfoque nas expressões morfológicas e nos processos que lhes deram origem, publicizando e ampliando o debate conceitual sobre metropolização, periferação, suburbanização, periurbanização, assim como formação da cidade dispersa, cidade difusa, metápolis, cidade-região, megarregião, megalópoles, megametrópole, entre outras noções que remetem à expansão física e alteração no âmbito da natureza a aglomeração de urbana para a categoria urbano-regional.

Objetivos: As configurações expressas nesses estudos serão fundamentais para orientar a definição e a redefinição dos limites das categorias constitucionais; identificar-se-á novas morfologias das aglomerações urbanas brasileiras, tendo em vista a defasagem existente entre os estudos mais

recentes amplamente divulgados com relação à base de informações populacionais e econômicas atualmente disponíveis.

b) Transformações recentes na organização do espaço urbano-metropolitano (hierarquia urbana, aglomerações e movimentos pendulares): centra-se na relevância do estudo do movimento pendular como contribuição para avaliar as tendências da re-configuração sócio-econômica e espacial dos grandes espaços urbanos. Com a intenção de auxiliar, no contexto da produção do Observatório das Metrôpoles, na avaliação das tendências observadas de despolarização produtiva do território brasileiro, no que se refere ao movimento das pessoas nos aglomerados urbanos metropolitanos diante dessas novas tendências. Isso permitiria identificar semelhanças e diferenças da dinâmica intrametropolitana e intermetropolitana. Parte-se da hipótese de que o descompasso também se revela na análise do movimento pendular, especialmente em razão de trabalho – é o que pretendemos investigar inicialmente para as Regiões Metropolitanas na Região Sudeste, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo, que apresentam as mudanças mais significativas.

Objetivos: Realizar uma reflexão sobre a diversidade do movimento que precisa ser qualificado em suas características sócio-econômicas e demográficas e com informações em termos de origem e destino destes deslocamentos; Comparar a população que trabalha e/ou estuda no município de residência com aquela que se desloca regularmente na região metropolitana; Prosseguir nas análises realizadas a partir dos dados do Censo Demográfico de 2000, incorporando também informações do Censo de 2010, a partir do qual será possível identificar as tendências deste deslocamento freqüente, articulando com características econômicas e sociais das pessoas e dos espaços metropolitanos.

Resultados e Andamento:

As ações para viabilizar o projeto e a apreensão das *Transformações recentes na organização do espaço urbano-metropolitano*, tem se dado em duas escalas distintas: i) a local (Curitiba), centrada nas atividades do GEDiMe – Grupo de Estudos sobre Dinâmicas Metropolitanas, que agrupa pesquisadores e estudantes dos diversos níveis de formação, e que se dedica à reflexão sobre as abordagens conceituais predominantes na literatura nacional e internacional acerca do espaço urbano-metropolitano, com vistas a confrontar as tendências analíticas internacionais e sua capacidade de explicação da realidade das cidades brasileiras e ii) a nacional, que se viabiliza por meio da coordenação dos trabalhos desenvolvidos pelos demais Núcleos do Observatório que se complementam na investigação acerca da realidade brasileira.

Nesse sentido, destaca-se a realização de uma oficina de trabalho dos integrantes da Rede Observatório das Metrôpoles, ocorrida no último mês de julho em Curitiba e que possibilitou o reconhecimento da equipe nacional e suas interfaces. Nova reunião ocorrerá no mês de setembro, por ocasião da realização do Seminário Nacional Governança Metropolitana.

Ressalta-se que a dinâmica de trabalho no interior da rede INCT/Observatório das Metrôpoles apresenta-se como um facilitador ao desenvolvimento do projeto de pesquisa, seja pela possibilidade concreta de inserir distintos “casos” no conjunto da análise e que tem papel decisivo, no estabelecimento da análise comparativa, seja pela discussão ampliada e qualificada proporcionada.

Os trabalhos têm sido desenvolvidos por uma equipe diversa, que inclui desde professores universitários, pesquisadores de instituições públicas e privadas, além de alunos de doutorado, mestrado e graduação, incluindo bolsistas de iniciação Científica, oriundos de diferentes áreas do conhecimento. Assim, os resultados se viabilizarão por meio da produção de monografias, dissertações e teses, a maioria em andamento, além de textos síntese sobre a temática. Além desses trabalhos em andamento, ocorreu em 2009 a conclusão de uma tese de doutorado de Rosa MOURA, que aborda parte das questões teóricas propostas e avança no sentido da proposição de

nomenclatura específica para a realidade das espacialidades metropolitanas brasileiras, qual seja, os “arranjos urbano-regionais”, cuja efetiva capacidade de explicar a realidade brasileira deverá ser ampliada.

O desenvolvimento das atividades relativas à dimensão analítica das *transformações recentes na organização do espaço urbano-metropolitano (hierarquia urbana, aglomerações e movimentos pendulares)*, só se viabilizarão após a divulgação dos dados do Censo 2010 do IBGE, tendo em vista a estreita relação do tema com os dados a serem produzidos no interior do Censo 2010 e que possibilitarão análises mais detalhadas sobre a relação entre os movimentos pendulares e a conformação das aglomerações metropolitanas, dentre outras.

Como resultado das discussões da Linha 1, ocorrida em julho em Curitiba, alguns procedimentos e indagações foram apontados como necessários para o prosseguimento dos trabalhos, foram eles:

- Metrópole e seu papel estruturador das redes urbanas regionais e do território nacional seria a abordagem-mestre da linha 1, a partir da qual seriam unificadas as análises e a busca de resultados em todas as pesquisas vinculadas à linha. Dessa forma, tanto dinâmicas territoriais extra-metropolitanas, como intrametropolitanas deveriam ser lidas a partir de seu papel estruturante em relação às demais dinâmicas urbanas em território nacional.
- Os objetivos definidos no projeto do INCT para a linha 1 – com abrangência intrametropolitana e intermetropolitana relativa à identificação de novos arranjos espaciais e à mobilidade espacial – contemplam essa proposição e estão presentes, compondo os objetivos específicos dos estudos apresentados.
- Os projetos 1 e 2, componentes da linha 1, têm nítidas interfaces e complementaridades, o que torna necessária sua execução articulada. Há interfaces ainda nos estudos da linha 1 com os de outras linhas, com destaque para as de cunho morfológico, que suscitam maior aproximação a outros estudos em andamento na rede.
- Como subsídio à articulação entre os 2 projetos componentes da linha 1, assim como entre os estudos de caso a eles vinculados, é imprescindível uma discussão conceitual para clarificação dos conceitos que perpassam as análises em curso e uso dos mesmos sem contradições, que comprometeriam a construção de uma posição firme do Observatório das Metrôpoles. Não se pretende com isso eliminar a diversidade, mas buscar termos comuns e unos, representativos de uma leitura mais ampla das dinâmicas metropolitanas em território brasileiro.
- Da mesma forma que uma unidade conceitual, as pesquisas deverão ser norteadas por uma discussão quanto aos processos indutores dos fenômenos analisados, buscando as particularidades nacionais que nem sempre confirmam resultados internacionais apresentados pela literatura consagrada. Ou seja, tornar claras as lógicas que impulsionam, em território nacional, as dinâmicas de expansão física das aglomerações urbanas (de natureza metropolitana ou não-metropolitana), da inserção dessas aglomerações e de suas regiões de influência na divisão social do trabalho, e de seus processos diferenciadores entre grandes regiões e, mais detalhadamente, entre aglomerações metropolitanas e aglomerações não-metropolitanas. Voltar-se a responder o que há de comum e de específico entre essas duas categorias espaciais.
- Importância das bases de informações no desenvolvimento das pesquisas propostas, mas com o cuidado de disponibilizar novos dados respeitando a possibilidade de uso com clareza de seu conteúdo, da base metodológica de coleta, da consistência da informação e da compatibilidade para séries históricas. Mais que disponibilizar a informação, o Observatório das Metrôpoles precisaria capacitar as equipes para sua compreensão e uso, por meio de oficinas (presenciais ou virtuais), posto que para uma mesma informação, prevê-se diferentes usos pelas diferentes linhas de pesquisa. Foi lembrada ainda a importância de se preservar os créditos quanto de informações processadas a partir de procedimentos desenvolvidos por autores da rede ou convidados pela rede, respeitando, assim, o domínio particularizado do conhecimento.
- Dificuldade de incorporação de novas bases de dados (como a Cempre, PIA, PINTEC, PAS e PAC, do IBGE) pela questão do sigilo, que impede a abertura em estruturas baixas, assim como o cruzamento entre fontes (como a PIA e a RAIS, pelo CNPJ das empresas), que facilitaria a espacialização dos dados.

- Entre as informações apontadas como mais adequadas e mais consolidadas às pesquisas em desenvolvimento foram salientadas as informações do Censo Demográfico e as da RAIS, como as mais consolidadas e passíveis de séries históricas mais prolongadas. Sobre as informações da CEF, ainda bastante restritas pela condição de sigilo, poucos são os dados que efetivamente se voltam às pesquisas da linha 1. Considerando a novidade da informação, foi sugerido que a mesma passe por uma profunda avaliação estatística, e só depois seja colocada em uso.
- Das informações referentes a fluxos espaciais de população, das fontes citadas lembrou-se o processo de entendimento e busca de métodos e programas para processamento dos dados dos movimentos pendulares, que ocorreu com bastante dificuldade durante a vigência do projeto Institutos do Milênio, já apresentando nele os primeiros resultados. Os avanços dessa busca já permitem resultados espacializados para todo o território nacional e a disponibilidade da base para usuários do Observatório das Metrôpoles, mediante demanda. Futuramente, abre a possibilidade de comparativos a partir de períodos do início e final da década. A trajetória da preparação para uso dessa informação estimula que se desenvolvam procedimentos similares que possam trazer para uso do Observatório das Metrôpoles as informações da RAIS-migra, voltadas ao acompanhamento do movimento de trabalhadores formais em território nacional. O uso dessa importante informação está sendo testado pela equipe da RM de Porto Alegre e foi sugerido que se amplie o debate e a busca de elementos que facilitem a disseminação de seu uso entre as demais equipes. Outras informações, que também compõem fluxos e oferecem subsídios à leitura da mobilidade espacial, podem ser obtidas nos dados do Censo Escolar, bem como a possibilidade de negociação de novas bases de dados junto aos produtores de informações, seja de âmbito nacional seja nos estados.

PROJETO: Metrôpole, Estrutura Produtiva e Mercado de Trabalho.

Coord. Ricardo Machado Ruiz e Marco Crocco – CEDPLAR/UFMG.

Neste estudo, será utilizada a metodologia desenvolvida pelo Observatório das Metrôpoles com o intuito de avaliar o impacto dessas mudanças nas categorias socioocupacionais dos espaços metropolitanos brasileiros. Ademais, as informações dessas categorias serão cruzadas com dados de renda, setor de atividade, sexo, faixa etária, taxa de desemprego/subemprego, escolaridade, informalidade e cor. Para viabilizar essa análise, serão utilizadas as bases da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 e de outras bases do IBGE e bases municipais que permitam identificar as mudanças econômicas, os investimentos em infraestrutura viabilizados pelas esferas estatais, entre outros.

Objetivos:

a) Avaliar os impactos das transformações da estrutura produtiva das metrôpoles sobre as mudanças no mercado de trabalho.

Identificar as principais mudanças que ocorreram na atividade econômica metropolitana brasileira nas décadas de 1990 e 2000, sendo que a ênfase recairá sobre as inovações tecnológicas, crescimento do setor de serviços, realocação industrial, reestruturação organizacional, entre outras.

b) Analisar a partir de estudos de Ruiz, priorizando definir como tais mudanças impactaram os mercados de trabalho metropolitanos brasileiros em todas as grandes regiões do país e, posteriormente, em duas áreas metropolitanas, a de Belo Horizonte e a de Salvador.

c) Viabilizar uma análise da relação entre a segmentação territorial da base produtiva e a segmentação do mercado de trabalho numa perspectiva intrametropolitana, comparando os dados censitários de 2000 e o de 2010;

Resultados e Andamento:

1.2.a. Sub-projeto: Estrutura e dinâmica espaço-temporal das bases produtivas das metrópoles.

Objetivos:

Este projeto comportará diversos estudos diversos para analisar a estrutura interna e o porte das aglomerações urbano-metropolitanas, destacando suas diferenças e similaridades. Seus resultados atualizarão a classificação dos níveis de integração dos municípios à dinâmica das aglomerações.

Entende-se por estrutura a composição da base produtiva, que será avaliada por diversos indicadores incorporados a partir das pesquisas: Cadastro Central de Empresa (CEMPRE/IBGE), Pesquisa Industrial Anual (PIA/IBGE), Pesquisa de Inovação Tecnológica (PINTEC), Relação Anual das Informações Sociais (RAIS/MTE), Censo Demográfico, entre outras.

Atividades:

- (i) Montagem da base de dados a partir da Relação Anual das Informações Sociais (RAIS/MTE). Essa base de dados será utilizada para analisar a evolução da estrutura produtiva dos grandes espaços urbanos brasileiros (GEUBs) no período 2002/2013;
- (ii) Atualização da base de dados do BACEN para atividades financeiras nos municípios. Essa será uma segunda base de dados para avaliar as atividades econômicas na rede urbano-regional brasileiras;
- (iii) Montagem da matriz de tempo para parametrizar a rede de cidades;

1.2.b. Sub-Projeto: Mudanças da base produtiva e as transformações do mercado de trabalho das metrópoles

Objetivos:

O objetivo é avaliar os impactos das transformações da estrutura produtiva das metrópoles sobre as mudanças no mercado de trabalho. Ele será desenvolvido em três direções. Na primeira, buscaremos identificar as principais mudanças que ocorreram na atividade econômica metropolitana brasileira nas décadas de 1990 e 2000, sendo que a ênfase recairá sobre as inovações tecnológicas, crescimento do setor de serviços, realocação industrial, reestruturação organizacional, entre outras. Essa discussão está inserida na dinâmica atual da economia brasileira, qual seja, maior inserção global dessa economia a partir dos anos 1990, via ampliação da abertura comercial, desindustrialização e especialização produtiva, restrição fiscal do setor público, entre outros fatores.

Atividades:

- (i) Montagem da base de dados a partir da Relação Anual das Informações Sociais (RAIS/MTE). Essa base de dados será utilizada para analisar a evolução da estrutura produtiva dos grandes espaços urbanos brasileiros (GEUBs) no período 2002/2013;
- (ii) Essa base de dados permitirá a continuidade de estudos concluídos e/ou em andamento de Ricardo M. Ruiz (2007). Contudo a estratégia é redefinir essa base de dados a partir da função do trabalhador e não mais da inserção setorial da empresa, como no item acima.
- (iii) Para tanto, está em estudo uma hierarquização de atividades. Estudos preliminares foram feitos para o setor financeiro.

Estudos de Casos:

Estudo de caso 1: “Múltiplas dimensões do fenômeno aglomerativo. Um olhar sobre as aglomerações urbanas não-metropolitanas do Rio Grande do Sul.” Responsável: Rosetta Mammarella. Pesquisa sobre o processo que a RMPOA passou. Aguarda o censo demográfico 2010 pra análise de dados.

Estudo de caso 2: Estudo de caso: A cidade-região de porto alegre: análise da desconcentração metropolitana no Rio Grande do Sul. Responsável: Paulo Soares (UFRGS).

A pesquisa analisa as formas espaciais do crescimento urbano e os processos de integração funcional na Cidade-região de Porto Alegre. Pretendemos analisar os atuais processos de produção e reestruturação econômica, social e espacial em curso nesta região urbana, identificando e caracterizando os agentes sociais responsáveis e as novas formas urbanas derivadas de sua ação. O

estudo é comparativo em duas escalas: na escala local, analisando as formas e processos internos nos diferentes núcleos da cidade-região e na escala global, comparando este conjunto urbano com outras cidades e regiões globais. Trabalhamos com uma revisão conceitual das novas morfologias urbanas de aglomeração (região metropolitana, rede de cidades, metápole, pós-metrópole, cidade dispersa, cidade difusa, região urbana, cidade-região) e analisamos os processos de desconcentração metropolitana, sobretudo a desconcentração industrial e a formação de novas centralidades na Região Metropolitana de Porto Alegre, nas aglomerações urbanas do entorno metropolitano e nos espaços perimetropolitanos.

No momento estamos analisando uma série de indicadores do setor industrial (PIB, força de trabalho ocupada, composição das áreas industriais) para comprovar a hipótese da desconcentração metropolitana e a formação da cidade-região de Porto Alegre. Igualmente se faz necessária a análise das transformações no núcleo metropolitano (a metrópole em si) que reforçam sua posição como centro de gestão do conjunto urbano mais amplo.

Estudo de caso 3: “Cemitérios industriais.” Responsável: Ana Clara Fernandes. Seleção de pólos de desenvolvimento compatíveis com uma divisão regional do Rio Grande do Sul, definida com base na agropecuária para fins de pesquisa e planejamento regional. Análise comparativa das atividades terciárias nas aglomerações urbanas do Rio Grande do Sul (até Dez/10). Análise e definição das aglomerações descontínuas de Santa Maria e Passo Fundo no RS. Metas atingidas: 10%

Estudo de caso 4: “O papel das atividades terciárias na estruturação da Região Metropolitana de Porto Alegre e demais Aglomerações Urbanas do RS: 1990-2007” Responsável: José Antonio Fialho Alonso.

Estudo de caso 5: As áreas em transição rural-urbana: articulações com a dinâmica metropolitana e desafios do planejamento. Estudo das periferias da Região Metropolitana do Recife. Responsável: Livia Miranda (Recife) Levantamento e análise de dados.

Estudo de caso 6: Estudos sobre os cerrados do Centro-Oeste, sua urbanização e sua sustentabilidade. Responsável: Aristides Moysés (Goiânia) Levantamento e análise de dados.

LINHA II

PROJETO: As novas formas de financiamento imobiliário e seus impactos na reconfiguração espacial das metrópoles

Coord. Ricardo Ruiz e Marco Crocco – CEDEPLAR/UFMG

No contexto do Sistema Financeiro Imobiliário (SFI) e das condições macroeconômicas, a pesquisa tem por objetivo discutir algumas hipóteses, destacadas a seguir: (i) A existência de uma expansão mais acelerada da produção industrial de moradias (produção Fordista), mas de um modo mais diversificado, ou seja, com projetos mais variados para capturar uma demanda decorrente de uma população mais heterogênea com acesso a financiamentos; (ii) A tendência de maior conversão de áreas não-rurais em áreas urbanas, por exemplo, com a conversão de fazendas em loteamentos. A continuidade da expansão aceleraria essa especulação com terras rurais e forçaria a “flexibilização” dos planos diretores; (iii) O aumento no mercado comprador, seja na escala como também no escopo. A demanda seria ampliada com a entrada de famílias e compradores com menores níveis de renda (renda média) e mais endividados no SFI; (iv) A maior diversificação de tipos de empreendimentos dada maior variedade de compradores financiados pelo SFI e diversidade de preferências habitacionais (moradias uni-domiciliares, multi-domiciliares, diversos tamanhos de apartamentos, chácaras, condomínios fechados etc.); (v) A “densificação” dos loteamentos ou mesmo verticalização de vários empreendimentos, uma vez que essa estratégia reduziria os custos dos lotes e ampliaria o mercado potencial; (vi) Por fim, o aumento de preços dos lotes e disputas mais acirradas entre os capitais imobiliários e outros agentes (público, industriais, moradores etc.) na produção dos novos espaços. Esses diversos agentes têm demandas distintas em termos de infra-estrutura (transporte, saneamento, iluminação etc.), como no que tange à preservação da paisagem, da história local, da acessibilidade, das condições ambientais, da comunidade etc.

Resultados e Andamento:

Avaliar a expansão mais acelerada da produção industrial de moradias (produção Fordista), mas de um modo mais diversificado, ou seja, com projetos mais variados para capturar uma demanda decorrente de uma população mais heterogênea com acesso a financiamentos. Avaliar a evolução regional da distribuição do crédito imobiliário no Brasil: Década dos 1990 e 2000. Analisar o impacto da recente crise financeira na distribuição regional do crédito imobiliário. Analisar intra-urbana do financiamento imobiliário. Estudo Comparativo entre Brasil e EUA.

Atividades:

- (i) Organização de mesa-redonda no Seminário de Diamantina em Maio de 2010. O tema da mesa foi financiamento e impactos no Brasil com foco no setor imobiliário. Esta mesa teve o Professor Gary Dimsky (UCLA-Sacramento, USA) com um palestrante e que participará na pesquisa sobre financiamento imobiliário comparado Brasil-EUA.
- (ii) Montagem da base de dados da CEF e negociação da base de dados pela coordenação do projeto. A base de dados obtida tem as seguintes características: (1) período 2002 a 2010, (2) 1.604.943 registros de contratos de financiamento de imóveis, (3) informações nos contratos: ano, código IBGE do município, CEP imóvel, categoria (usado, novo, construção), tipo imóvel (terreno, comercial e residencial), tipo de garantia (hipoteca, seguro de crédito, alienação fiduciária), programa governamental (não definido, PAC, PMCMV), estado civil (casado, divorciado, solteiro, viúvo, etc.), sexo, quantidade, faixa de renda (-3, 3 a 6, 6 a 10, +10), valor da avaliação, valor financiado, subsídios, prazo médio e taxa de juros.
- (iii) Atualmente estamos elaborando um texto descritivo sobre a base de dados e avaliando seu conteúdo. Esse trabalho será apresentado no encontro do Observatório das Metrôpoles em setembro de 2010, em Natal / RN.

PROJETO: Estudos sobre as formas de Provisão da Moradia e seus impactos na re-configuração espacial das metrôpoles

Coord: Luciana Lago e Adauto Cardoso – IPPUR/UFRJ

As mudanças nas condições de provisão da moradia, a partir do final dos anos 80, alteraram significativamente a configuração socioespacial das metrôpoles brasileiras. A crise no sistema de financiamento público para a aquisição da casa própria ao longo de vinte anos e a crescente instabilidade da renda dos setores médios e populares alteraram o papel do capital incorporador e do poder público na estruturação do ambiente construído urbano, ao mesmo tempo em que impulsionaram formas não capitalistas de produção habitacional, como a autoconstrução e a produção rentista. Até meados da presente década, verificamos a elitização do mercado empresarial e a quase ausência da produção estatal de moradias. Tais mudanças reorganizaram a localização territorial dos sub-mercados imobiliários formais e informais e, por consequência, as condições de acesso à moradia, ao mercado de trabalho e aos serviços públicos e privados.

No entanto, existem evidências, hoje, de que esse quadro começou a sofrer novas alterações, em função da retomada dos financiamentos públicos para o setor imobiliário. Dentre as mudanças, destacamos:

1. Novas empresas construtoras/incorporadoras surgem no mercado com produção em grande escala, direcionada não apenas às classes superiores, mas alcançando os setores médios baixos e populares nas periferias das metrôpoles.
2. Inicia-se a retomada da provisão “estatal” de habitação popular, seja em áreas periféricas, seja em áreas mais centrais.
3. Ganha volume a produção habitacional por autogestão, em especial através de cooperativas.

Essas três formas de provisão da moradia, direcionadas às classes média-baixa e popular, serão o objeto da pesquisa aqui proposta.

Resultados e Andamento:

Entre 2003 e 2009, o volume de investimentos públicos para o setor habitacional foi ampliado em aproximadamente 600%, saindo do patamar de R\$ 5,7 bilhões para cerca de R\$ 69,2 bilhões em 2009, totalizando R\$ 154,3 bilhões. Segundo dados do governo, teriam sido beneficiadas mais de 4,6 milhões de famílias. É com base nesse quadro, que foram definidos os dois grandes objetivos da pesquisa:

1. Analisar a ação de cada um dos agentes produtores imobiliários, suas estratégias de localização e as barreiras e incentivos as suas ações, compreendendo tais ações como fatores explicativos do padrão de organização do território metropolitano.

Das informações já sistematizadas, dois fenômenos merecem destaque. O primeiro é o surgimento no mercado de novas empresas construtoras/incorporadoras, com produção em grande escala, direcionada não apenas às classes superiores, mas alcançando os setores médios baixos e populares nas periferias das metrópoles, com forte impacto sobre o valor da terra nessas áreas. O segundo é a expansão, em algumas regiões do país, da produção habitacional por autogestão coletiva, em especial através de cooperativas, em função da criação de programas federais específicos para essa forma de produção, que já aportaram, em três anos, R\$ 502 milhões para a produção de 25 mil unidades habitacionais.

Observou-se, a partir de 2006, um grande boom imobiliário no país, com a formação de novas empresas, o que elevou os preços dos imóveis e do custo da terra urbana. Na ausência de mecanismos efetivos de controle do custo da terra, o mercado imobiliário reagiu aos investimentos no setor elevando os preços, beneficiando os proprietários de terra e impactando negativamente sobre a capacidade das camadas mais pobres de aquisição de terra urbana. Não tendo sido garantidas reservas de áreas para habitação social, os espaços urbanos passam a ser disputados por organizações de moradores e por construtoras e incorporadoras imobiliárias, com consideráveis vantagens estruturais para os dois últimos grupos. Com o mapeamento, já em execução, de todos os empreendimentos habitacionais localizados nas metrópoles e financiados pelos Programas Minha Casa Minha Vida e PAC, será possível uma análise mais detalhada e sistemática desses impactos sócio-territoriais produzidos pela política habitacional.

Em face da constatada incapacidade ou falta de vontade política dos municípios brasileiros destinarem terras em volume satisfatório para habitação social, o que deveria ter sido garantido em seus planos diretores, o problema da terra urbanizada e bem localizada para todos ainda se configura como um gargalo, se não o principal, da política habitacional.

2. Investigar as possibilidades de democratização do acesso à “moradia digna”, colocando em pauta (i) quais elementos caracterizam a qualidade de tal moradia, com destaque para a sua localização, (ii) as diferentes funções do Estado nesse processo e (iii) as condições e as barreiras para a difusão de formas de produção autogestionárias.

Em relação às diferentes funções do Estado, já se chegou aos seguintes resultados. O governo Lula redirecionou recursos públicos para o atendimento das camadas mais pobres da população. Se, em 2002, 43% dos financiamentos eram destinados à faixa de renda acima de 5 salários mínimos, em 2007 essa proporção era de 9%, com a faixa de renda até 5 salários mínimos acessando 91% do total dos investimentos. Essa inversão representa importante avanço na perspectiva histórica das políticas habitacionais, principalmente com a inclusão mais substancial da faixa de renda de até três salários mínimos. Entretanto, apenas uma análise mais detida dos programas e linhas de financiamento voltadas para a habitação social permitirá identificar a forma e em que condições o público-alvo está sendo atendido, bem como a qualidade das edificações produzidas. Pesquisas de campo já foram iniciadas com esse objetivo.

O governo Lula não alterou o paradigma que se vinha constituindo de atuação estatal na provisão de habitação. Entretanto, ainda que atuando como facilitador, logrou promover arranjos que envolvessem mais efetivamente atores não-estatais no processo; avançou na regulamentação do mercado de habitação de forma a direcionar mais recursos para as classes que concentram as maiores necessidades e também aprimorando a legislação que dispõe sobre a aplicação de recursos

privados em habitação; e trabalhou para a implementação de mecanismos de controle sobre problemas associados, como a questão fundiária, por exemplo.

Ao mesmo tempo em que direcionou recursos para as camadas mais pobres e beneficiou o mercado de trabalho da construção civil, com a abertura de milhares de novos postos, a política habitacional incorporou os anseios do capital imobiliário, garantindo as condições de sua reprodução. Programas como o PAC e o PMCMV constituíram-se como motor para a promoção do crescimento econômico do país, em função de todos os setores de atividade econômica que movimentam.

Outros resultados Metodológicos:

1. Definição, por todos os pesquisadores, dos produtos (relatórios e textos) a serem concluídos até agosto/2010, quando será realizada a segunda oficina.
2. Início da pesquisa de campo, em São Paulo e Rio Grande do Sul, sobre os avanços das experiências auto-gestionárias de produção habitacional no Brasil. Coleta e pesquisa de campo (visitas à conjuntos habitacionais de Alvorada e Viamão) relativas ao Programa Crédito Solidário.
3. Início da pesquisa de campo, com entrevistas em Brasília, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, sobre o papel da burocracia técnica da Caixa Econômica Federal na democratização do acesso da população de baixa renda aos financiamentos públicos para moradia.
4. Aquisição da base de dados da CEF, com todos os empreendimentos imobiliários financiados pelo Banco no país.
5. Realização do primeiro workshop, nos dias 30/Nov e 1/dez/09, com todas as equipes envolvidas: RJ, SP, POA, FO, REC, GO, BE, MAR. O projeto reúne, hoje: 12 professores e 10 alunos de mestrado e doutorado, além de bolsistas de IC. Na reunião foram discutidos os objetivos e as sublinhas de pesquisa e cada pesquisador expôs em quais sublinhas seu projeto estaria inserido.
6. Oficina/Workshop em Porto Alegre. De 07 a 11 de julho de 2010, sob a coordenação dos professores João Farias Rovati (PROPUR/UFRGS) e Luciana Correa do Lago (IPPUR/UFRGS), realizou-se em Porto Alegre a oficina Produção de Habitação de Interesse Social – Experiências do Crédito Solidário na Região Metropolitana de Porto Alegre, no âmbito do Programa INCT/CNPq/Observatório das Metrôpoles e de convênio de cooperação IPPUR-UFRJ/PROPUR-UFRGS.

PROJETO: Transformações Socioespaciais e Dinâmica Demográfica nas Áreas Metropolitanas: Mercado de Trabalho, Moradia e Família.

Coord. Érica Tavares da Silva – IPPUR/UFRJ

Esta pesquisa propõe a investigação da dinâmica populacional nas áreas metropolitanas, considerando as dimensões relacionadas à distribuição, incremento e crescimento populacional; fecundidade; mortalidade; cor; posição na família; moradia; migração e movimento pendular. Para tanto, trabalhamos com o recorte espacial dos municípios metropolitanos, mas também com as diferentes áreas das metrópoles segundo o contexto social de moradia, apreendido através da tipologia socioespacial elaborada pelo Observatório das Metrôpoles, baseada em uma hierarquia sócio-ocupacional.

Para o desenvolvimento dos trabalhos, os estudos são compostos de alguns subprojetos: a) Construção de Banco de Indicadores Demográficos; b) Estudos envolvendo as transformações socioespaciais, dinâmica demográfica, movimentos populacionais e mercado de trabalho e c) Estudo sobre o grau de mudança socioespacial, dinâmica migratória, composição familiar e moradia; d) Pesquisa sobre família, economia doméstica e desigualdades sociais nas metrópoles brasileiras.

Em linhas gerais, os objetivos são: buscar evidências empíricas consistentes para o debate acerca das mudanças ocorridas no espaço urbano, no que tange à dinâmica demográfica especialmente nas metrópoles; apontar as relações entre mobilidade espacial (residencial e temporária) e

mudanças no mercado de trabalho e de moradias no espaço urbano; considerar a dimensão da família na análise das desigualdades sociais nas metrópoles brasileiras, identificando as relações entre a estrutura sócio-ocupacional das metrópoles, a estrutura familiar e seus efeitos na desigualdade social; analisar a influência da migração na estrutura socioespacial metropolitana, os tipos de domicílios associados a cada grupo social, e sua evolução, correlacionando as mudanças com a dinâmica migratória e as transformações socioespaciais. As metodologias utilizadas nos diferentes subprojetos envolvem a organização e sistematização de microdados da amostra dos censos demográficos do IBGE; análise descritiva, elaboração de indicadores demográficos e taxas de mobilidade, mapeamentos temáticos, análise fatorial e análise de cluster.

Resultados e Andamento:

Apesar das mudanças na dinâmica populacional e de vários estudos apontarem para desconcentração populacional a partir das metrópoles e maiores movimentos em direção ao interior, levantamentos baseados nos Censos Demográficos de 1991 e 2000 e na Contagem Populacional de 2007 mostram que as metrópoles continuam crescendo. Na década de 1990, a população das metrópoles aumentou em 19,5% e seu incremento populacional representou 45% do incremento populacional brasileiro, enquanto que entre 2000 e 2007 o crescimento foi da ordem de 10,7%, mas representando 48,8% do crescimento populacional de todo o país. Ao mesmo tempo, verificamos que, nos últimos 20 anos, os municípios das periferias metropolitanas foram os que mais cresceram no Brasil em termos populacionais. Entre 1991 e 2000, a população desses municípios aumentou em 6.285.775 de pessoas, o que representa, numa dimensão relativa, 29,7% de crescimento. Enquanto isso, o aumento da população dos núcleos metropolitanos foi de 12,8%, o que representa pouco mais de 4 milhões de pessoas.

O incremento populacional nos municípios das periferias metropolitanas representa 27,3% de todo o incremento da população brasileira na década de 1990; já o incremento entre 2000 e 2007, que foi de aproximadamente 3,6 milhões de habitantes, representou 26,1% de todo o incremento populacional do país. Portanto, a periferia das metrópoles apresentou maior percentual de crescimento e maior contribuição para o incremento nos dois períodos considerados, além de maior taxa de crescimento, especialmente se considerarmos os municípios com maior integração (Observatório das Metrôpoles, 2005; Ribeiro, Rodrigues e Silva, 2009, p.40).

Os dados revelam que há diferentes abordagens quando se pensa em “perdas populacionais” nas regiões metropolitanas. Os núcleos metropolitanos evidenciam menor percentual de crescimento – cresceram 12,8% de 1991 a 2000 e 8,8% de 2000 a 2007, mas ainda apresentam expressivo incremento populacional. Já as periferias metropolitanas cresceram mais que os outros espaços não-metropolitanos, inclusive aqueles comumente referidos às cidades médias. Aqueles municípios mais integrados à dinâmica metropolitana, especialmente aqueles com nível alto e médio de integração, apresentam percentual de crescimento ainda maior do que o total da própria periferia – acima de 30% de crescimento de 1991 a 2000 (Ribeiro, Rodrigues e Silva, 2009, p.42).

Em 1991, ainda havia no Brasil processos extremamente diferenciados de dinâmica demográfica, que podem ser observados tanto entre as grandes regiões brasileiras, como entre as áreas metropolitanas – e também nos espaços internos às metrópoles como pretendemos explorar posteriormente. Demograficamente, ainda era possível observar a existência de vários “Brasis”, pois as diferenças eram enormes. Em 2000, as diferenças entre as regiões do Brasil também eram consideráveis, mesmo considerando apenas o universo metropolitano. Apesar de estar ocorrendo certo nivelamento dos indicadores – onde em quase todos os espaços, as taxas de fecundidade e mortalidade se reduzem, há uma diminuição nos ritmos de crescimento populacional, apesar do incremento ainda ser elevado, e as migrações mudam de perfil – podemos dizer que mais que as diferenças temporais, são as diferenças espaciais que mais se exprimem em nossos estudos.

Municípios das metrópoles do Nordeste ainda apresentam taxas elevadas de fecundidade e mortalidade infantil, por exemplo; no Norte, estes indicadores ainda são maiores. Na região Sul, os municípios apresentaram indicadores melhores de esperança de vida. No Centro-Oeste, as suas RMs têm passado por processos de redistribuição populacional que já vem ocorrendo há mais tempo em outras RMs, exercendo poder de influência em suas regiões. No Sudeste, podemos destacar a heterogeneidade da dinâmica demográfica, que também ocorre em outras regiões, mas em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Campinas parecem ser mais evidentes. Na RM de São Paulo, temos o Município de São Caetano do Sul, por exemplo, que apresentou a menor taxa de fecundidade entre os municípios metropolitanos em 2000 (1,56 filhos por mulher), entretanto, nesta mesma RM, o Município de Francisco Morato esteve com TFT de 3,77 filhos por mulher, valor bastante alto.

Além disso, podemos apontar ainda que ao observar a estrutura etária das regiões metropolitanas, nota-se que as diferenças são consideráveis. A metrópole fluminense, por exemplo, apesar de apresentar as mudanças demográficas, inicialmente, com os primeiros traços do envelhecimento populacional, apresenta também uma enorme diversidade em seu espaço interno. Quando buscamos compreender a dinâmica demográfica dos distintos grupos sociais segundo uma tipologia socioespacial, podemos perceber que em uma mesma metrópole, as diferenças são expressivas.

As alterações na dinâmica demográfica associadas à manutenção das enormes diferenças socioespaciais nos levam a indicar a permanência de um modelo de organização territorial que preserva as distinções, mesmo em um contexto de mudanças, ou seja, no geral as áreas melhoram nos indicadores sociais e demográficos, mas as diferenças entre determinados espaços permanecem, o que reforçaria o modelo centro-periferia. O que também podemos indicar é que essas diferenças se apresentam também em nova escala, com proximidade espacial dos diferentes grupos sociais, assim como diferentes comportamentos demográficos em espaços menos distantes fisicamente.

É possível observar ainda um espraiamento em termos de migrações no contexto metropolitano. Esse processo de mudança residencial parece ter iniciado primeiramente em metrópoles já mais consolidadas, como Rio de Janeiro e São Paulo. Mas as mudanças de residência nas metrópoles, que mostram uma perda populacional (pela migração) para o núcleo, não parecem evidenciar o enfraquecimento dessa centralidade, mas na verdade uma redefinição de sua escala de influência, pois muitas pessoas que saem do núcleo para residir em outro lugar continuam trabalhando neste espaço.

Esses padrões de crescimento e distribuição populacional são reflexos da própria dinâmica de reprodução nestes espaços, assim como dos movimentos migratórios. Estas componentes devem ser analisadas conjuntamente mediante as transformações recentes na dinâmica econômica e populacional, a fim de compreender as mudanças e permanências no espaço metropolitano.

Outros Resultados Metodológicos:

1. Produção de um Relatório detalhado, com análise das desigualdades socioespaciais na RMRJ, tendo como unidade de análise a "família".
2. Desenvolvimento de metodologia e simulações de 2000 para a RMBH, para indicador de medição do grau de transformações socioespaciais;
3. Participações em congressos nacionais e internacionais; Reunião de Planejamento;
4. Organização de Bases de Dados 1980, 1991 e 2000;
5. Montagem de Banco de Dados com indicadores municipais 1991 e 2000
6. Trabalho Exploratório à dinâmica demográfica e organização socioespacial na RMRJ.
7. Deverá ser apresentado trabalho com os primeiros resultados no Seminário Governança Urbana e Desenvolvimento Metropolitano, em Natal.

PROJETO: Dispersão urbana e acessibilidade na Metrópole

Coord: Rômulo Ribeiro e Frederico de Holanda - UNB

O estudo utilizará os métodos de identificação dos graus de dispersão e acessibilidade das metrópoles. A unidade de estudo será configurada pelos setores censitários que compõem o conjunto de 15 aglomerados urbanos com funções metropolitanas. Esses setores serão agrupados em função do Grau de Integração à Dinâmica Metropolitana, sendo classificados em pólo (município sede da RM), muito alto, alto, médio, baixo, muito baixo grau de integração. O cálculo dos índices será realizado para os seguintes grupos de setores censitários: i) Toda RM – considerando todos os setores; ii) Pólo – considerando somente os setores que o compõem; iii) Pólo e Muito Alto Grau de Integração – considerando somente os setores que os compõem; iv) Pólo, Muito Alto e Alto Grau de Integração – considerando somente os setores que os compõem; v) Pólo, Muito Alto, Alto e Médio Grau de Integração – considerando somente os setores que os compõem; vi) Pólo, Muito Alto, Alto, Médio e Baixo Grau de Integração – considerando somente os setores que os compõem; e vii) Pólo, Muito Alto, Alto, Médio, Baixo e Muito Baixo Grau de Integração – considerando somente os setores que os compõem.

Dessa forma, analisaremos as relações entre os diferentes municípios de cada uma das RMs, e como a integração com elas pode afetá-los. Utilizaremos, para tanto, o índice de dispersão, obtido a partir dos setores censitários e de dados censitários do Censo Demográfico 2000 (IBGE, 2001), com a utilização de um Sistema de Informação Geográfica. A partir dele, foi obtido o modelo tridimensional de representação desse índice, com o intuito de analisar, principalmente, a influência da dispersão para o desenvolvimento urbano.

Objetivo:

Avaliar os graus de dispersão e acessibilidade das metrópoles. A conjugação dos índices permite a identificação da densidade viária, medida pelo número de habitantes, por setor censitário, dividido pelo comprimento do metro linear das vias que, se encontram- circunscritas ao setor censitário. Essa medida indica o grau de acesso da população à infra-estrutura urbana. Por outro lado, podemos também identificar a ociosidade per capita do sistema viário, o que indica quantos metros per capita de infra-estrutura viária encontra-se “ociosa”, ou seja, subutilizada, porque sua única função é conectar áreas separadas por vazios urbanos, sem alimentar nenhuma atividade ao longo dessas áreas.

Resultados e Andamento:

A meta maior da pesquisa é buscar uma maneira de validar ou refutar a hipótese de que as cidades classificadas pela literatura de urbanismo e teoria econômica como “compactas” possuem uma configuração urbana que cria melhores condições para a implementação de políticas que garantam melhor acessibilidade no espaço intraurbano.

Os resultados até agora alcançados foram de duas naturezas distintas: uma parte se refere a estatísticas e outros argumentos produzidos para a caracterização das metrópoles concretamente estudadas, e, a outra parte se refere à elaboração de instruções computacionais para os cálculos que serviram para a produção das estatísticas. Em termos de resultados obtidos a partir dos Microdados do Universo do Censo Demográfico do IBGE do ano de 2000 podem ser citadas, ainda que de forma precária, a construção de índices de compactude e o cálculo dos gradientes de densidade de 10 metrópoles brasileiras, além da análise comparada desses resultados e a construção de gráficos e tabelas.

No processo de produção desses resultados a equipe pode adquirir um conhecimento mais profundo da base de dados utilizada e entender melhor suas limitações como fonte de informação sobre o tema. Ainda que uma análise preliminar razoável tenha emergido, entendeu-se que uma medição mais precisa e menos arbitrária das quantidades utilizadas para comparação

(nomeadamente as distâncias entre setores censitários e pontos notáveis na geografia das metrópoles e as densidades populacionais estimadas dentro de cada setor) é imprescindível a elaboração de informações sobre as extensões das manchas urbanas das metrópoles consideradas. Com relação ao desenvolvimento de instrumentos podem ser relacionadas às diversas rotinas em linguagem MatLab que foram desenvolvidas para que o computador fizesse automaticamente as dezenas de operações matemáticas envolvidas na leitura dos dados georreferenciados e na compatibilização da base de dados. Este esforço se mostrou bastante produtivo, uma vez que desenvolveu material essencial para a produção de estatísticas a partir de bases georreferenciadas em geral e poderá ser utilizado em outras pesquisas do Observatório das Metrópoles.

Outros Resultados Metodológicos:

1. Realização de um workshop local, como o grupo de pesquisa para discussão das atividades.
2. Resumo do andamento da pesquisa Dispersão espacial das metrópoles brasileiras
3. O relatório “Índice de dispersão e outros indicadores de configuração urbana para 10 regiões metropolitanas brasileiras.” apresenta o estado do desenvolvimento de uma porção do projeto Dispersão Urbana e Justiça Social.

PROJETO: Organização Social do Território e Desigualdades de Oportunidades Educacionais Coord. Luiz César de Queiroz Ribeiro – IPPUR/UFRJ

As duas pesquisas que compõem este projeto têm como tema o impacto da segregação residencial sobre oportunidades educacionais. A primeira - Escola e o efeito-vizinhança: o impacto da segregação residencial sobre o desempenho escolar de alunos do ensino fundamental - trata do “efeito-vizinhança” ou impacto da divisão social do território a partir da demanda da educação. Isto é, concentra-se na explicação do efeito da vizinhança sobre os resultados escolares dos alunos a partir de mecanismos de socialização. Já a segunda - Políticas educacionais e segregação residencial: efeitos sobre a estratificação das escolas de ensino fundamental e médio - concentra-se na oferta da educação, isto é, trata do efeito da segregação residencial e de políticas educacionais sobre a estratificação das escolas.

Essa preocupação com os efeitos de condições ao nível da vizinhança reflete a crescente concentração de pobreza em áreas urbanas nas últimas décadas e a investigação do efeito destas condições sobre resultados escolares passa a ser tratado como algo importante para a compreensão de processos que reproduzem desigualdades sociais. Os estudos que focalizam o efeito-vizinhança não se restringem a observar a aprendizagem do aluno. Ao contrário, além da aprendizagem, observam diversos fatores relacionados a resultados escolares tais como evasão, completude do segundo grau, entrada na universidade entre outros.

Objetivos:

Sub-Projeto 1:

- a) Criar modelos estatísticos hierárquicos que permitam observar como características sócio-territoriais exercem impacto sobre resultados escolares; Observar o tamanho deste efeito em relação ao impacto da origem social dos alunos e ao efeito-escola.
- b) Estabelecer um diálogo com os estudos sobre efeito-vizinhança realizados em outros contextos, de forma a observar diferenças em resultados que são peculiares ao contexto das metrópoles brasileiras.

Responder às seguintes perguntas: (i) a segregação residencial característica dos aglomerados urbanos metropolitanos exerce impacto sobre resultados escolares, controlando pelo efeito da família e da escola? (ii) que mecanismos do efeito-vizinhança podem ser observados no contexto brasileiro? (iii) os diferentes modelos de segregação dessas cidades implicam em diferentes impactos sobre resultados escolares?

Sub-Projeto 2:

- a) Observar a distribuição de alunos pela rede pública de ensino fundamental e médio e criar índices que revelem as desigualdades dessa distribuição;
- b) Fazer um levantamento de políticas educacionais que, em cada contexto local, visem à diminuição da ou que estejam promovendo, mesmo como resultado não intencionado, a estratificação escolar;
- c) Verificar o impacto ou a correlação da segregação residencial com a estratificação das escolas. Investigar se e como as políticas educacionais contribuem para diminuir ou potencializar o efeito da segregação residencial; Identificar mecanismos através dos quais a segregação residencial pode influenciar a estratificação das escolas, levando em conta diferentes estratégias de escolarização e os ativos – em especial o capital social – disponível aos domicílios.

Resultados e Andamento:

O Observatório das Metrôpoles tem realizados diversos estudos que constataram a existência nos grandes aglomerados urbanos dos efeitos concentrados da crise social decorrente da mudança no modelo de desenvolvimento. Neste sentido, constata-se, por exemplo, que o contexto social da vida nas grandes cidades pode influenciar o desempenho do sistema escolar municipal, ou seja, há efeito das tendências da metropolização da questão social sobre as desigualdades de acesso às oportunidades educacionais. Os resultados de pesquisas fortaleceram a hipótese dos efeitos desorganizadores e desestabilizadores da vida social nas metrôpoles sobre oportunidades educacionais ao evidenciarem o impacto da precariedade do habitat urbano, de tensão social (medida a partir de taxa de homicídios) e de políticas educacionais sobre o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) dos municípios metropolitanos. Observou-se que os resultados educacionais (IDEB 2005 de 1ª e de 2ª fase) nos municípios localizados nas áreas metropolitanas foram sistematicamente mais baixos do que aqueles alcançados nos municípios não-metropolitanos. Essas constatações são surpreendentes, uma vez que as metrôpoles concentram mais riqueza, renda e capacidade governamental. As diferenças são mais marcantes justamente nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Por exemplo, no Estado do Rio de Janeiro, a média de 2005 do IDEB de 1ª fase, ou seja, referente ao primeiro segmento do ensino fundamental dos municípios fora da região metropolitana foi de 4,1, enquanto nos municípios metropolitanos foi de somente 3,6. Já os resultados de 2007 foram de 4,3 e 3,8, respectivamente.

As análises realizadas apontaram que menor qualidade da educação oferecida por municípios metropolitanos estava relacionada ao menor índice de condição social apresentado por estes municípios – o índice de condição social mede as condições deficientes de moradia no que diz respeito ao saneamento, ao abastecimento de água e à coleta de lixo. As metrôpoles também apresentam taxas maiores de criminalidade, particularmente homicídios. Por exemplo, mantendo outras características dos municípios constantes, para municípios com 130 homicídios por 100.000 habitantes (média observada para municípios metropolitanos do Estado do Rio de Janeiro), o IDEB estimado é de 3,8 pontos. Para municípios que apresentam uma taxa de homicídios de 85 homicídios por 100.000 habitantes (média da taxa de homicídios em municípios fora das regiões metropolitanas no Rio de Janeiro), o IDEB estimado é de 4,0.

Por fim, outra questão central, a negligência em relação à pré-escola pode explicar a menor qualidade da educação oferecida nas metrôpoles. Para um município em que as vagas oferecidas na pré-escola cobrem 20% da demanda (média da cobertura em municípios metropolitanos no Estado do Rio de Janeiro), o IDEB de 1ª fase é estimado em 4,0. Já em um município cuja cobertura da pré-escola chega a 60% (média do atendimento em municípios não metropolitanos no Estado do Rio de Janeiro) o IDEB estimado de 1ª fase é de 4,3.

A organização espacial interna de nossas metrôpoles provoca também efeitos sobre as condições de acesso à estrutura de oportunidades no mercado de trabalho. Temos verificado que existem variações consideráveis na taxa de desemprego, na fragilidade ocupacional e na remuneração dos

trabalhadores conforme o contexto social do local de moradia. Em um dos estudos realizados pelo Observatório, constatamos, portanto, que adultos entre 30 e 59 anos de idade têm menores chances de estarem empregados, de conseguirem melhores empregos ou melhores rendimentos por estarem inseridos em contextos sociais de moradia de baixo status educacional em comparação com indivíduos que moram em contextos sociais de alto status, mesmo que estes indivíduos possuam as mesmas características de cor ou raça, idade e sexo.

Na Região de Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal (RIDE DF), por exemplo, as chances de um indivíduo, que reside em contextos sociais de baixo status, estar desempregado é 123% maior do que aquele indivíduo que reside em áreas de alto contexto social. Esse mesmo indicador também é elevado em metrópoles como Salvador (100%), Rio de Janeiro (88%) Natal (74%) e Goiânia (60%).

Outros Resultados Metodológicos:

Encontra-se em andamento o Geoprocessamento das informações referentes a investigação; bem como, a definição e preparação dos instrumentos para o survey domiciliar.

PROJETO: Metropolização Turística: Dinâmica e reestruturação dos territórios em Salvador, Recife, Fortaleza e Natal. – estudos comparativos para o Nordeste

Coord. Ma. Livramento Miranda Clementino - UFRN

No avanço dos levantamentos e análise dos dados, durante o último ano da pesquisa, foi possível observar a produção do espaço turístico a partir dos três eixos, sendo eles relacionados com (i) o conjunto de políticas públicas territoriais, a partir do levantamento do aporte de capital público invertido no setor urbano e turístico, (ii) a dinâmica da economia metropolitana – flexionada pelo turismo e imobiliário – sobretudo na observação da entrada de capital estrangeiro na formulação de projetos e produção de um imobiliário-turístico e, (iii) os efeitos socioterritoriais decorrentes da inserção no meio ambiente, nas comunidades já instaladas e no planejamento de base local. Quanto ao primeiro eixo de pesquisa, foi possível coletar e sistematizar um conjunto de dados referentes ao PRODETUR NE I e II, para os estados do RN, BA, CE e PE, de modo a construir uma espacialização dos programas, projetos e obras executadas entre 1995 e 2002. Essa espacialização permitiu caracterizar as similaridades e diferenças regionais, destacando a gradativa influência da região metropolitana na constituição de novas territorialidades, nos diferentes casos. Além dos projetos do PRODETUR NE foram definidos outros projetos estratégicos ao imobiliário-turístico, ainda não desenvolvidos e sim previstos, em programas baseados em parcerias público-privadas. Entretanto, pela pouco avanço na implementação de tais projetos, a análise dos dados será empreendida em etapa posterior. Também foi possível observar na melhoria na acessibilidade intrametropolitana litorânea, a criação de diferenças intermunicipais devido a concentração do fluxo turístico em um eixo de integração via zona costeira. Esse efeito da infraestrutura (ao definir diferenciações físicas) interpõe-se a uma maior integração entre a sede municipal e os distritos, por um lado, mas também atua no sentido de articular a linha costeira e as localidades com os pólos metropolitanos. No eixo (iii), observou-se a expansão da área ocupada pela mancha urbana tendo nos novos zoneamentos dos Planos Diretores Municipais forte relação com essa expansão. Para tanto, o levantamento e análise da legislação local (urbana e ambiental, entre 1995 e 2006), revelou a utilização dos instrumentos urbanísticos nos Planos Diretores e Códigos de Obras, como mecanismos de ampliação das áreas urbanas além da permissividade no uso mais intensivo do solo à dinâmica do imobiliário e do turismo. Como resultado, ampliou-se o número de *resorts*, condomínios fechados de segundas residências, assim como novos parcelamentos do solo. As decisões estratégicas das políticas públicas, e seu direcionamento locacional, contribuíram de modo significativo para complementar a ação do capital privado em projetos de infraestrutura e turismo, com largos efeitos na dinâmica de ocupação imobiliária no litoral da Região Metropolitana de Salvador, Recife, Natal e Fortaleza. As decisões estratégicas das políticas públicas, e seu direcionamento locacional, contribuíram de modo significativo para complementar a ação do

capital privado em projetos de infraestrutura e turismo, com largos efeitos na dinâmica de ocupação imobiliária. Em relação ao capital privado, a estruturação de um segmento do mercado imobiliário, conceituado na pesquisa como imobiliário-turístico, pode ser caracterizado por alguns elementos básicos como a maior flexibilidade nas formas de financiamento, tipologias arquitetônicas e urbanísticas adaptadas a um público de gosto estrangeiro, formas de propriedade diferenciadas e agregação de valores simbólicos da paisagem (natureza, qualidade de vida, etc.). Essas especificidades e generalidades do fenômeno, dentro de uma mesma dinâmica, permitiram evidenciar dois contextos representados pela similitude de processos encontrados na RM de Recife e RM de Salvador e a evidenciada na situação da RM de Fortaleza e da RM de Natal. Com relação ao eixo (ii), foi possível identificar os agentes atuantes no mercado regional, assim como perceber sua escala de atuação de corte internacional, contribuindo assim a uma análise dos efeitos de uma economia globalizada e seus reflexos no mercado imobiliário nordestino.

Resultados e Andamento:

Podemos apontar, assim, alguns desdobramentos de continuidade à pesquisa como, a) construir a tipologia empresarial dos agentes do imobiliário-turístico considerando os países e mercados emissores (de capital e estratégias de negócios), descortinando e detalhando tais relações; b) identificar os efeitos das crises do capitalismo contemporâneo sobre a base de produção do espaço turístico e seus efeitos no plano social local; c) detalhar a reestruturação intrametropolitana e a formação de novas redes de acessibilidade litorânea, basicamente pela caracterização dos aportes de projetos públicos futuros na Região; d) ampliar a base de dados e análise dos investimentos estrangeiros e da segunda residência no nordeste brasileiro até 2012.

Resultados metodológicos:

Entrevistas:

1. Secretário adjunto da Secretaria de Turismo do Ceará: Osterne Feitosa;
2. Vice-presidente do Sindicato de Construção Civil do Ceará;

Levantamento de Dados para pesquisa, produtos e encontros:

1. Banco Central (capital estrangeiro – CE, RN, PE e BA – 2001 a 2007);
2. CREA-CE (Anotações de Responsabilidades Técnicas – ART's de pousadas, hotéis, resorts, entre outros – 1980 – 2007);
3. Prefeituras Municipais da Região Metropolitana de Fortaleza: Aquiraz; Caucaia; Fortaleza. (dados do IPTU por AED's)
4. Câmara de Valores Imobiliários: Preço da terra por bairros de Fortaleza;
5. Superintendência do Meio Ambiente do Ceará - SEMACE: Cadastro de Empreendimentos Turísticos e Imobiliários no litoral cearense; Licenciamento com data de solicitação; Licenciamento ambiental;
6. Sindicato da Construção Civil – SINDUSCON: Percentual de ofertas e vendas de imóveis – Fortaleza por bairros; Preço médio do metro quadrado do imóvel – Bairros e RMF; Mapas dos empreendimentos imobiliários em Fortaleza;
7. Secretaria de Meio Ambiente de Fortaleza – SEMAM (Divisão de empreendimentos por Regional – 2005 – 2008)
8. Secretaria de Turismo do Ceará – SETUR: Rede Hoteleira; Empresas turísticas implantadas; Perfil da demanda de hospedagem; Quadro de relação de leitos; Gráficos do Turismo e Meios de Hospedagem; Demanda Turística: 1999 – 2009;
9. Departamento de Estradas e Rodovias – DER – Ceará (Obras realizadas no litoral cearense);
10. Programa de Aceleração do Crescimento – PAC: Investimentos de infra-estrutura relacionados ao turismo nos estados RN,CE,PE, BA; Investimentos totais nos estados RN,CE,PE e BA;
11. Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR/NE I: Investimentos nos municípios dos estados de RN,CE, PE e BA; Mapas de localização de investimentos;

12. Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR/NE II: Projetos de investimentos nos estados de AL,BA,CE, PE, PI e RN; Investimentos totais por estado;
13. Programa de Desenvolvimento do Turismo Nacional – PRODETUR NACIONAL: Projetos do Estado do Ceará; Investimentos totais previstos por Estados nordestinos;
14. Secretaria de Turismo de Fortaleza – SETFOR: Orçamentos Municipais Turismo de Fortaleza (2006 à 2008); Programa de execução de atividades turísticas;
15. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE: Dados e gráficos das “segundas residências” dos municípios litorâneos do Nordeste brasileiro nos anos de 1980,1991 e 2000; Pesquisa de Orçamento Familiar: variáveis econômicas que refletem o perfil do veranista pelos estados de PE,BA e CE;
16. Encontro regional de trabalho das equipes da BA, CE, RN e PE em Salvador (10 a 12 de dezembro de 2009)
17. Construção de cartografia comparativa dos investimentos do PRODETUR NE (I e II), investimentos privados e hotelaria para os estados da BA, CE, RN e PE.
18. Estudo comparativo da legislação urbana e zoneamento turístico para os municípios da Região Metropolitana de Natal.
19. Pesquisa e levantamento de projetos imobiliário-turísticos para a Região Metropolitana de Natal.
20. Levantamento de bibliografia internacional sobre o tema.
21. Artigos e trabalhos publicados (2009-2010).

PROJETO: Organização Social do Território e Criminalidade Violenta

Coord: Luciana Andrade/PUC-MG, Flávio Freire/UFRN, Dalva Souza/UFG.

Esta sublinha, relacionada à terceira dimensão da Linha II de investigação, aborda o tema da criminalidade violenta nas regiões metropolitanas. A unidade de análise considerada é o município metropolitano. Os dados de homicídios utilizados correspondem aos registros de óbito do Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde – SIM/MS, variáveis X85 até Y09 – óbitos decorrentes de agressões segundo a 10ª Revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-10). A sua escolha deve-se, em primeiro lugar, a possibilidade de comparação nacional e, em segundo lugar, a qualidade dos dados. No momento estamos trabalhando com uma série de 10 anos: 1998-2007. As regiões que estamos analisando são: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Goiânia, Belém, Natal, Recife, Fortaleza, Porto Alegre e Maringá.

Objetivos:

- a) Compreender a relação entre a dinâmica metropolitana e a incidência de homicídios.
- b) Analisar a concentração dos homicídios nas regiões metropolitanas brasileiras e a dinâmica interna a cada uma delas, dialogando com outros estudos já realizados pelo Observatório das Metrôpoles, como o que analisou o grau de integração dos municípios à dinâmica metropolitana.
- c) Analisar o perfil das vítimas em relação ao sexo, faixa etária e cor.
- d) Compreender as diferentes dinâmicas metropolitanas, seja internamente, considerando nesse caso os municípios, seja entre as regiões metropolitanas.
- e) Investigar as diferentes trajetórias das taxas de homicídios (ascendentes e descendentes) nas regiões metropolitanas analisadas.

Resultados e Andamento:

1. Oficina da coordenação em Belo Horizonte 26/02/2010 pra discussão da base de dados e planejamento da pesquisa
2. Preparação das bases de dados da pesquisa e distribuição para as equipes regionais.
3. Entrega de um primeiro relatório de tratamento dos dados pelas RMs envolvidas

4. Participações de todos os pesquisadores no Seminário Temático Criminalidade Violenta e Organização Socioespacial. Natal, 1 a 3 de setembro de 2010, totalizando 8 papers de pesquisadores da rede.

5. Apresentação de trabalhos e publicações:

ANDRADE, Luciana Teixeira & MARINHO, Marco Antônio Couto. *Homicídios, Juventude e Metropolização: estudo exploratório sobre a Região Metropolitana de Belo Horizonte entre 2003 e 2007*. Trabalho apresentado e publicado nos anais do seminário JUBRA - Simpósio Internacional sobre Juventude Brasileira. Belo Horizonte, Junho de 2010.

Livro no prelo: *Violência Urbana no Estado de Goiás – baseado no survey financiado pela FINEP e que utilizou a metodologia do Observatório das Metrôpoles*. Canone Editora. Goiânia. Organizado por Dalva Borges de Souza.

6. Trabalho aceito em congresso:

MARINHO, Marco Antônio Couto e ANDRADE, Luciana Teixeira Andrade. O “sobe e desce” das taxas de homicídios na Região Trabalho aceito no ST Violência, Criminalidade Justiça criminal. ANPOCS, Caxambu, 2010.

7. Teses em andamento:

Alexandre Medeiros. *Miséria da punição: trabalho, segregação urbana e controle prisional na Região Metropolitana de Porto Alegre (1990-2000)* PPG-Sociologia/UFRGS.

8. Dissertação concluída:

Leandro Jesus Basegio. *Análise comparativa da reincidência criminal entre homens e mulheres: o papel diferenciado das mulheres na criminalidade*. Dissertação de mestrado: (PPG-Sociologia - UFRGS). Nov 2009. Orientador Juan Mario *Fandino* Mariño.

9. Dissertações em andamento:

Marco Antonio Couto Marinho. *Homicídios e Dinâmica socioespacial Metropolitana: Estudo de caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Início: 2010. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Simone Silva Alves. *Discursos acerca da punição: Um estudo em dois espaços sociais da Cidade de Goiânia*. Dissertação de Mestrado em andamento. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Orientadora Dalva Borges de Souza.

Adrienny Pereira Tinoco. *As representações sociais da Violência Urbana: camadas médias e operárias da cidade de Goiânia*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Orientadora Dalva Borges de Souza.

10. Iniciação científica concluída

Marcello Soldan Garbelim - *Segregação urbana e violência: impactos sobre a sociabilidade dos habitantes de Aparecida de Goiânia. – Iniciação Científica – relatório final apresentado em Julho 2010*. UFG - Orientadora Dalva Borges de Souza

Guilherme Borges da Silva. *Violência Urbana e Tráfico de Drogas em Goiás*. Iniciação Científica. Relatório final apresentado em julho 2010 – UFG – Orientador Francisco Chagas Evangelista Rabelo. Utilizou a tipologia do Observatório para caracterizar as áreas de maior apreensão de drogas a partir de dados da Delegacia de Repressão a Narcóticos e dados do survey de vitimização baseado na tipologia.

11. Pós-doutorado em andamento

Dalva Maria Borges de Lima Dias de Souza. *Representações sociais da violência urbana em dois espaços sociais da cidade de Goiânia – estágio pós-doutoral iniciado em agosto de 2010, a ser concluído em dezembro de 2010*. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia – IFCS-UFRJ – Orientador – Luiz Antonio Machado da Silva.

PROJETO: Organização social do território metropolitano – 1980/2010. Padrões e evolução: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Recife, Salvador, Fortaleza, Goiânia, Natal, Belém, Brasília e Maringá”.

Coord: Luiz C. Q. Ribeiro – IPPUR/UFRJ ; Rosetta Mammarella – FEE/RS

Esta sublinha é materializada em vários sub-projetos correspondentes a descrição e análise da estrutura interna das 11 aglomerações urbanas metropolitanas objeto de investigação do Observatório, suas semelhanças e diferenças em termos de padrões e tendência de evolução ao longo do período 1980/2010. Todos os núcleos utilizam a mesma base de dados e aplicam a metodologia desenvolvida pelo Observatório fundada na construção de tipologia socioespacial. Essa tipologia, por sua vez, está fundamentada na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). A referência é o sistema de classificação das profissões na França, adotado pelo Institut National d'Économie et Statistique (INSEE). Essas pesquisas têm como ponto de partida uma concepção multidimensional da estruturação do espaço social, o que permite alcançar uma compreensão mais refinada das eventuais posições sociais que os grupos de indivíduos ocupam e detectar as múltiplas escalas de hierarquização no espaço social.

Com base na classificação sociocupacional construída como variável proxy para descrever a estrutura social, mencionada anteriormente, produzimos tipologias socioespaciais para a análise do período 1980/2000. Para tanto, foi utilizado um conjunto de métodos estatísticos adaptados à análise da organização social do espaço geográfico - Análise em Componentes Principais (ACP), Análise Fatorial de Correspondência Binária e Classificação Ascendente Hierárquica (CAH) - e os softwares "Atlas-Gis" e "Mapinfo" para o geo-processamento das unidades espaciais. O produto desta linha é a identificação das áreas socialmente homogêneas, com uma estrutura social típica que se diferencia das outras e do conjunto de cada metrópole. A análise das tendências de transformação será realizada através da aplicação dos mesmos métodos e da utilização dos percentuais de diferenças dos contingentes em cada ano.

Objetivo: Identificar (i) a relação entre a dinâmica territorial regional e o processo de metropolização; (ii) suas conseqüências na constituição de padrões diferenciados de organização social dos territórios das metrópoles; (iii) identificação das tendências de diferenciação, segmentação e segregação residencial nas metrópoles; (iv) a relação entre estes processos sócio-territoriais e as desigualdades sociais.

Resultados e Andamento:

Com o objetivo analisar a evolução da estrutura social das metrópoles brasileiras, no período de 2001 a 2008, foi elaborado um estudo comparativo das regiões metropolitanas do Brasil, a partir dos dados da PNAD/IBGE. A análise dessa evolução foi realizada ao considerar a dinâmica do mercado de trabalho em cada uma das regiões metropolitanas, haja vista que esse mercado exerce efeitos significativos sobre a estrutura social, porque essa estrutura foi construída a partir da categoria ocupação dos indivíduos numa relação hierárquica. Procurou-se, ainda, estabelecer relação de cada uma das regiões metropolitanas com o contexto regional que está inserida, a fim de buscar apreender suas especificidades.

A respeito do mercado de trabalho, as conclusões gerais observadas no estudo foram:

- i. O comportamento da PIA, da PEA e da População Ocupada foi muito semelhante entre o Brasil metropolitano e o país como um todo, demonstrando que, pelo menos do ponto de vista do mercado de trabalho, os efeitos sofridos pela economia brasileira são traduzidos de forma muito direta para as regiões metropolitanas, pelo menos estas vistas em seu conjunto;
- ii. As características da evolução da PIA, da PEA e da População Ocupada diferem-se entre as regiões metropolitanas por decorrência da especificidade que cada uma possui em relação ao contexto regional que está inserida, neste caso, a Unidade da Federação;
- iii. Houve queda da taxa de desemprego, mesmo havendo aumento da população economicamente ativa, o que demonstra que mesmo tendo aumentado o número de pessoas disponíveis no mercado de trabalho, a absorção de mão-de-obra foi, proporcionalmente, maior que esse aumento, característica de um mercado aquecido.

Com base na análise das mudanças ocorridas no mercado de trabalho, foi realizada a avaliação da evolução da estrutura social das regiões metropolitanas do Brasil, sempre comparando com a dinâmica nacional de modo geral e com o contexto regional onde cada uma das regiões metropolitanas está inserida. Desse modo, as principais conclusões foram as seguintes:

- i. A estrutura da distribuição das pessoas nos grupos Sócio-ocupacionais é muito semelhante, quando se realiza a comparação entre os anos de 2001 a 2008, tanto para o plano nacional, quanto para o conjunto das regiões metropolitanas. De modo geral, há pequena concentração nas categorias superiores da estrutura sócio-ocupacional – Dirigentes, Profissionais e Pequenos Empregadores – e grande concentração de pessoas nas categorias médias e inferiores;
- ii. Quando se realiza a análise da participação de cada um dos grupos sócio-ocupacionais das regiões metropolitanas em relação ao país, observa-se que os grupos de Dirigentes, Profissionais e Ocupações Médias são os grupos que possuem as maiores participações, todos acima de 40%, no período de 2001 a 2008. Os demais grupos sócio-ocupacionais apresentam participação que variam de 30% a 37%, em todos os anos, ao passo que o grupo de Agricultores possui participação muito pequena, em torno de 3%. Isso demonstra que, proporcionalmente, há concentração de categorias superiores da estrutura social nas regiões metropolitanas;
- iii. Quando se considera a relação entre o conjunto das regiões metropolitanas, aparecem nitidamente as desigualdades regionais existentes no país. As características das regiões metropolitanas do Norte e Nordeste apresentam estruturas sócio-ocupacionais mais precárias que aquelas vistas nas regiões metropolitanas do Sul, Sudeste e Centro-oeste;
- iv. A evolução da estrutura social das regiões metropolitanas foram diferentes, tendo em vista a especificidade do mercado de trabalho de cada uma delas. As regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de Brasília expandiram, principalmente, as ocupações ligadas ao setor público. São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre apresentaram redução das ocupações do secundário ligadas à indústria tradicional e reforçaram as ocupações da indústria moderna e as ocupações médias. Belém, Fortaleza, Natal e Recife expandiram, principalmente, as ocupações de prestação de serviço especializados.

Atividades realizadas:

Realização da Oficina do projeto 28 “Organização social do território metropolitano – 1980/2010. Padrões e evolução: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Recife, Salvador, Fortaleza, Goiânia, Natal, Belém, Brasília e Maringá” Data: 08 e 09 de abril de 2010, no Hotel Mirador – Centro-Rio de Janeiro. Objetivo da oficina: discutir, além do cronograma e relatório preliminar, as técnicas de pesquisa quantitativa a serem utilizadas por todas as equipes durante a pesquisa “Evolução das estruturas sociais das metrópoles: 2001 a 2008”, tendo como fonte de dados as PNADs atualizadas do período considerado.

Na oficina foi apresentado um panorama geral sobre a situação da pesquisa “Evolução das estruturas sociais das metrópoles: 2001 a 2008”, um dos sub-projetos que integram o Projeto 28: Organização social do território metropolitano – 1980/2010, foram esclarecidas as diferenças entre as categorias ocupacionais concentradas na CBO e as categorias ocupacionais ainda usadas pelo IBGE nas PNADs até 2001.

Foi esclarecido que já foram realizados diversos trabalhos utilizando as categorias socioocupacionais a partir dos dados dos Censos Demográficos (1980, 1991 e 2000), mas com as PNADs este será o primeiro trabalho comparativo (no tempo e entre as metrópoles) a ser realizado. Com esse trabalho será possível ter uma visão ampla das mudanças ocorridas no mercado de trabalho ao longo do período considerado, o que permitirá lançar hipóteses mais consistentes quando da análise com os dados do Censo de 2010.

Na explicação da base operacional da criação das categorias socioocupacionais a partir das bases das PNADs, foram esclarecidos os procedimentos técnicos e metodológicos que foram adotados para a constituição de uma base de dados comparável. Desde os anos 80 as PNADs, que são pesquisas amostrais, apresentam mudanças seja em termos de variáveis ou de conteúdo dessas

variáveis. Essas alterações vêm sendo prejudiciais para qualquer intenção de pesquisa comparativa. O trabalho, portanto, foi tornar os dados das PNADs relativos aos anos 2000 da PNAD comparáveis pela parcial padronização de suas variáveis ao longo desses anos.

A definição das 24 Categorias Socioocupacionais (CATs) já em uso nas pesquisas do Observatório das Metrôpoles foi um importante norteador na identificação de uma classificação para outra. Mesmo que não se tenha resolvido todos os problemas que envolveram a tradução da Classificação IBGE/Ano de 2001 e CBO/Anos de 2002 a 2008, chegou-se a resultados próximos de uma compatibilização entre os anos e dentro das CATs. Esta compatibilização permitirá a realização de uma análise Pseudo-Painel com o acompanhamento dos indivíduos no mercado de trabalho e dentro das categorias ocupacionais. Tendo em vista que as 24 categorias ocupacionais fornecem uma amplitude muito grande na análise das metrôpoles e as baixas possibilidades de desagregação dos resultados das PNADs a fim de não se perder a consistência estatística dos dados, foram utilizados os agrupamentos de oito conjuntos de categorias: dirigentes, profissionais de nível superior, pequenos empregadores, ocupações médias, trabalhadores do terciário especializado, trabalhadores do secundário, trabalhadores do terciário não especializado e agricultores. Também foi possível criar a variável centro/periferia separando-se núcleo metropolitano do restante do entorno da Metrôpole.

Na Oficina também foi demonstrado o tipo de programa estatístico utilizado para a pesquisa – SPSS – e o modo como usá-lo em favor das análises.

Resultados metodológicos:

Os bancos de dados das PNADs foram enviados a todos os pesquisadores do TR e ficou definido que cada equipe produzirá um relatório a partir do seguinte roteiro: i) Estrutura econômica da região metropolitana – dados que devem ser buscados na literatura referente à realidade de cada RM. Essa primeira discussão será necessária para dar uma ampla visão da estrutura econômica das RMs e ajudar na análise dos dados que serão retirados da PNAD; ii) Mercado de trabalho da região metropolitana – esta análise deve ser feita com os dados da PNAD; iii) Análise da composição social do território metropolitano – trabalho com as 8 categorias sócio-ocupacionais na PNAD.

Cronograma:

Até 13 de maio: As equipes receberão todas as tabelas que serão utilizadas para a análise comparativa

Até 20 de junho: envio para a coordenação do projeto dos relatórios das regiões metropolitanas

Até 30 de Julho: elaboração, por parte da coordenação, do relatório preliminar comparando os perfis de todas as regiões metropolitanas e remessa para as equipes para leitura, análise, comentário, etc.

Até 10 de Agosto: equipes retornam para a coordenação central com as observações sobre o relatório preliminar

Início de Setembro: elaboração do relatório final para ser apresentado no Seminário Temático Estrutura Social, Desigualdades e Organização Social do território do Seminário Nacional Governança Urbana e Desenvolvimento Metropolitano, a realizar-se de 1 a 3 de setembro de 2010 em Natal.

Foram produzidos os seguintes relatórios:

Relatório analítico “Estrutura social das metrôpoles brasileiras: 2001-2008

Relatório: Metodologia de elaboração das Categorias Sócio-ocupacionais para uso dos dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) do IBGE

Organização dos bancos de dados das PNADs relativo aos anos 2001 até 2008, no programa SPSS, com elaboração dos anexos metodológicos:

Relatório de Pesquisa: Organização social do Território – Goiás

ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO TERRITÓRIO METROPOLITANO: REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR
- RELATÓRIO DE PESQUISA

RELATÓRIO PARCIAL - OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES – Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).

RELATÓRIO PRELIMINAR – REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE

DINÂMICA SÓCIO-OCUPACIONAL NO RIO GRANDE DO NORTE E EM NATAL 2001-2008.

ESTRUTURA SÓCIO-OCUPACIONAL DA RMB (PNAD 2001-2008)

RELATÓRIO PRELIMINAR

ESTRUTURA SOCIOCOCUPACIONAL DE SÃO PAULO NA DÉCADA DE 2000

RELATÓRIO PRELIMINAR – DISTRITO FEDERAL

RELATÓRIO ESTRUTURA ECONOMICA E SÓCIO-OCUPACIONAL DO RIO DE JANEIRO REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – TENDÊNCIA 2001-2008

RELATÓRIO GOIANIA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

LINHA III

PROJETO: LOCALISMOS, GEOGRAFIA SOCIAL DOS VOTOS E GOVERNANÇA METROPOLITANA

Coordenação: Nelson Rojas – UFRRJ, Sérgio Azevedo - UENF

A linha da pesquisa desenvolvida tem por objeto mapear a geografia dos votos e o perfil da representação nas Regiões Metropolitanas do País, com destaque para mensuração de três fenômenos: a) inicialmente a avaliação da magnitude da sub-representação dessas regiões em dois níveis da esfera legislativa, a saber, no âmbito da Câmara dos Deputados e das Assembléias Legislativas Estaduais; b) em seguida, a identificação no espaço metropolitano da dinâmica do comportamento do mercado político sob a ótica da maior ou menor competitividade ou, ao contrário, da oligarquização desse mercado; c) por fim, a construção de tipologia de representantes metropolitanos, identificando o perfil mais ou menos paroquial ou localista destes representantes e a análise de seu comportamento legislativo.

Busca-se investigar as razões da pouca atenção que a problemática das metrópoles tem merecido no processo legislativo brasileiro. Tal fato explicaria a pouca mobilização dos representantes políticos da sociedade para temas que não se relacionam clara e diretamente a interesses demarcados territorialmente. As políticas públicas em grandes cidades são, com efeito, caracterizadas por intervenções públicas geradoras de bens públicos com elevadas doses de efeitos de economias externas, portanto gerando benefícios difusos pouco propícios a práticas localistas de representação política.

A imagem de um parlamento movido predominante por localismos não é confirmada por várias pesquisas levadas a cabo no campo da geografia eleitoral, ao longo da última década. Se para efeito da lei, nossa circunscrição eleitoral coincide com os limites dos estados federados, na dinâmica concreta do processo político, a votação dos deputados apresenta perfis espaciais que se mostram distintos desses limites. Em seqüência aos estudos de geografia eleitoral pioneiros no Brasil identificaram, no caso brasileiro, a existência de quatro tipos de representante, cada qual associado a uma constituency com padrão distinto de distribuição geográfica do voto: concentrados/dominados (votação em reduto eleitoral em que o deputado é majoritário); fragmentados/dominados (o deputado é majoritário em municípios não necessariamente dispersos ao longo do estado); concentrados/partilhados (o deputado é votado numa área restrita e nela disputa o voto com diversos outros deputados, não sendo majoritário, como em tese no caso dos que se elegem em áreas metropolitanas e em grandes colégios eleitorais) e, finalmente fragmentados/partilhados (o deputado tem votos dispersos por todo estado, não sendo majoritário em nenhum dos municípios). A tipologia proposta por Ames sugere a existência, no caso brasileiro, de quatro modalidades de “distritos” informais, os quais, em interação com o imperativo da reeleição, deveriam produzir incentivos e comportamentos distintos por parte legisladores.

Nas esteiras dos estudos críticos em torno do sistema político e sua dinâmica de funcionamento e representação de interesses, esta pesquisa busca trazer à superfície outro aspecto crítico associado à operacionalização concreta do nosso sistema eleitoral – a sub-representação das capitais na Câmara de Deputados e nas Assembléias Legislativas em benefício do interior dos estados. Outro conjunto de dados indica que o interior beneficiado não é o interior urbanizado. Com efeito, o fenômeno da sub-representação das capitais se estende igualmente aos principais aglomerados urbanos do País.

Objetivos:

- a) Discutir os possíveis fundamentos político-eleitorais da pouca importância atribuída à questão metropolitana no processo decisório legislativo brasileiro.
- b) Mapear a geografia do voto dos deputados – federais e estaduais – eleitos em 15 RMs, tomando-se como referência as eleições de 2002 e as eleições de 2006: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Brasília, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza, Campinas, Manaus, Vitória, Goiânia, Belém e Florianópolis;
- c) Constituir uma base georreferenciada de dados eleitorais que permitam atualização permanente da distribuição geográfica dos votos que formam a Câmara Federal e as Assembléias Estaduais.
- d) Utilizar a base de dados eleitorais para o acompanhamento, pelos Núcleos Regionais, das práticas de representação dos parlamentares oriundos das metrópoles;
- e) Treinar as equipes dos Núcleos para a realização de estudos locais, buscando relacionar a geografia social dos votos que formam as assembléias estaduais com a organização social dos territórios das metrópoles;

Resultado e Andamento:

A pesquisa em curso tratou inicialmente, com base nas eleições legislativas de 2006, de mapear o peso das capitais em relação ao peso conferido ao interior de todos os estados federados nas Assembléias Legislativas. Tratou-se aqui de se verificar em que medida a sub-representação das capitais e das regiões metropolitana, já verificada na esfera da Câmara dos Deputados, também estaria a ocorrer no plano dos legislativos estaduais. Embora com menor intensidade do que o observado em relação à Câmara dos Deputados, os resultados preliminares com base em uma única eleição confirmaram que o fenômeno da sub-representação daquelas áreas também ocorre no âmbito das assembléias legislativas estaduais: na grande maioria dos estados - Bahia, Maranhão, Pará, Paraná, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Tocantins, Ceará, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Rondônia, Rio Grande do Sul – as Assembléias Legislativas recebem número desproporcional de deputados oriundos do interior. Sem entrar no mérito da qualidade da representação urbana e interiorana, a inferência que se faz desses dados é evidente: a sub-representação de deputados oriundos das capitais e das regiões metropolitanas consistiria em incentivo negativo à introdução na agenda política de temas de natureza urbana, como a governança metropolitana.

Em uma segunda vertente da pesquisa, iniciamos o mapeamento – também com base nas eleições de 2006 – do comportamento do mercado político metropolitano. Partimos da hipótese segundo a qual esse mercado comportaria variações no que se refere ao grau de competição e ao perfil mais ou menos paroquial dos seus representantes – hipótese, vale dizer, descartada pelos supostos da sociologia eleitoral tradicional, a qual previa para os mercados políticos situados em áreas urbanas comportamento uniforme. A partir da desagregação do território metropolitano em unidades micro políticas, no caso os locais de votação dos eleitores, identificamos variação extremamente significativa no grau de competitividade na região metropolitana do Rio de Janeiro. Algo em torno da metade desses pontos apresentam grau concentrado de competição política (é de se esperar desses locais menos competitivos representantes localistas ou o predomínio da política de reduto).

A partir do georeferenciamento dos dados verificamos, por fim, dois fenômenos: o padrão menos competitivo do mercado político se localiza nas áreas da periferia metropolitana e apresenta

correlação com variáveis socioeconômicas: essas áreas estão associados à população com menor nível de escolaridade e de renda, e de residentes situados nas faixas mais baixas da estrutura ocupacional.

Resultados metodológicos:

Em 27 de junho de 2010, foi realizada uma oficina de integração com todos os núcleos envolvidos no projeto de investigação “Localismos, Geografia Social dos Votos e Governança Metropolitana”, com o objetivo de debater e divulgar a metodologia aplicada e dos dados coletados na pesquisa.

PROJETO: Arranjos Institucionais, Saneamento Ambiental e Gestão Metropolitana

Coordenação: Ana Lúcia Britto – PROURB/UFRJ

O projeto tem a finalidade de avaliar organização institucional e territorial de gestão dos serviços de saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem de águas pluviais e coleta e disposição final de resíduos sólidos), em áreas metropolitanas, a partir das novas escalas territoriais de gestão e de novos arranjos institucionais que passam a ser possíveis com a nova estrutura regulatória que orienta a gestão do saneamento (Lei 11.445 e Lei 11.107). Ele busca também refletir acerca das interfaces entre as políticas de saneamento básico, de recursos hídricos e de uso e ocupação do solo em áreas metropolitanas. Nesse sentido, procuramos identificar e avaliar os arranjos institucionais existentes e em funcionamento que tratam questões relativas a estes três setores evidenciando-se as características desses arranjos e os seus limites no que diz respeito à construção da intersectorialidade. Procuramos também construir metodologia de análise da eficácia de ações intersectoriais, considerando os marcos regulatórios envolvendo os serviços de saneamento básico, de gerenciamento dos recursos hídricos e do planejamento do uso e ocupação do solo urbano, tendo como unidade de análise bacias hidrográficas inseridas em regiões metropolitanas. Pretendemos ainda propor alternativas que promovam a gestão integrada do saneamento, dos recursos hídricos, e do uso e ocupação do solo em bases sustentáveis.

Resultado e Andamento:

Resultados metodológicos:

1. Análise crítica da Lei Nacional de Saneamento
2. Análise crítica dos planos diretores de São João de Meriti, Duque de Caxias, Belford Roxo, Nova Iguaçu e Mesquita, buscando avaliar como os planos abordam a temática do saneamento
3. Desenvolvimento de metodologia de análise da eficácia e efetividade dos planos diretores dos municípios inseridos na bacia dos rios Iguaçu/Sarapuí no que concerne a utilização dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade e dos instrumentos clássicos de gestão do uso do solo, com vista à proteção e conservação ambiental, controle da expansão urbana desordenada e mitigação de riscos de inundação, e gestão sustentável dos serviços de saneamento.
4. Elaboração de indicadores e encontra-se em fase final de organização uma pesquisa Delft para validar e ampliar esses indicadores
5. Desenvolvimento de estudo voltado para a criação de instâncias regionais de planejamento, considerando aspectos de natureza jurídica, possíveis composições institucionais, finalidades, formas de atuação e composição técnica e funcional dos quadros técnicos. Foi realizada uma ampla pesquisa da literatura especializada que trata da questão da gestão metropolitana, de políticas setoriais e em outras fontes técnicas que trata da gestão de recursos hídricos e do planejamento do uso do solo também foi realizada uma visita técnica ao Consórcio Intermunicipal do Grande ABC e à Agência Técnica do Grande ABC (GABC), com sede na cidade de Santo André/SP.
6. Primeira reunião entre as equipes de BH e do Rio de Janeiro para revisão e aprofundamento do marco-teórico metodológico da pesquisa.

PROJETO: A construção de projetos metropolitanos: experiências internacionais de sistema de governança metropolitana.

Coord. Sol Garson – Observatório das Metrôpoles/UFRJ

Essa pesquisa busca avaliar os atuais formatos de gestão das metrópoles brasileiras, identificando a existência e o funcionamento de aparatos institucionais de caráter mais abrangente (órgãos metropolitanos) como de caráter mais restrito (consórcios e/ou órgãos setoriais em torno do transportes, saneamento ambiental, gestão dos resíduos sólidos etc.), levando em conta as variáveis identificadas nas pesquisas anteriores (aspectos relacionados à cultura política, ao financiamento das políticas públicas, ao pacto federativo etc.).

Objetivos:

- a) Discutir a metodologia desenvolvida por Lefèvre para análise de projetos metropolitanos, com o objetivo de construir soluções de governança para esses territórios.
- b) Relacionar os elementos constitutivos dos projetos metropolitanos, destacados pelo autor, aos desafios da governança metropolitana, a partir de estudos de outros autores, com destaque para os elaborados pela OCDE e por outros autores que discutem, sobretudo, experiências dos EUA.
- c) Elaborar bibliografia e desenvolver contatos internacionais sobre o tema da governança metropolitana, ampliando o campo de debate do tema pela Rede Observatório das Metrôpoles.
- d) Construir conhecimento sobre o tema que qualifique a participação dos pesquisadores da Rede em debates sobre o tema metropolitano. Em particular, tem-se em vista a participação da Rede em eventos/grupos de trabalho sobre o tema, como nos casos recentes: Grupo de Trabalho Interfederativo, Fórum Nacional das Entidades Metropolitanas, eventos patrocinados pelo BID e outros.
- d) Verificar em que medida as soluções de governança metropolitanas estão condicionadas pelo fato de ser o país organizado sob a forma unitária ou federativa.

Resultados e Andamento:

O estudo se deterá mais na discussão do tema da governança metropolitana, relacionar os elementos constitutivos de um projeto metropolitano aos desafios de governança metropolitana, revendo a forma de abordagem dos estudos de caso. A mudança atende ao objetivo de orientar e subsidiar a discussão do tema da governança pelos pesquisadores da rede Observatório das Metrôpoles. Como desenvolvimento posterior desta pesquisa, espera-se que a Rede possa aplicar a metodologia de elementos constitutivos de projetos metropolitanos x desafios de governança ao caso brasileiro.

A pesquisa teve início em outubro de 2009. O detalhamento dos desafios de governança implicou em postergar o início da abordagem de casos específicos. Além disso, será redigido relatório parcial sobre a primeira fase até 30 de agosto de 2010. Como a discussão de sistemas de governança metropolitana ainda é pouco freqüente no Brasil, a bibliografia existente não está disponível, requerendo importação de livros.

Os relatórios da pesquisa deverão, a seu tempo, ser disponibilizados sob a forma de capítulos de livro e artigos em periódicos.

Apesar da importância econômica e social dos aglomerados urbanos metropolitanos no Brasil, o tema da governança metropolitana ainda recebe pouca atenção das autoridades públicas e da sociedade, em geral. O projeto pretende alertar para a necessidade e dificuldades da cooperação dos três níveis de governo – União, estados e municípios, do setor privado e da sociedade civil, indispensável ao planejamento e implementação de soluções para os problemas comuns desses territórios.

PROJETO: Pactos Socioterritoriais, financiamento e gestão metropolitana.

Coord. Raquel Rolnik – USP, Orlando Alves dos Santos Junior – IPPUR/UFRJ

Investiga a hipótese de que é os obstáculos para a viabilização dos arranjos institucionais de gestão metropolitana no Brasil decorrem da relação entre o atual sistema federativo, em particular em seus aspectos fiscais, o sistema político (essencialmente o modelo político-eleitoral) e a forma de estruturação do Estado na área de desenvolvimento urbano.

As dificuldades de gestão do território metropolitano enfrentadas pelos municípios vão muito além de uma questão meramente “técnica” ou “ética”. Estas dificuldades têm origem tanto no âmbito restrito de construção de nossa cidadania como base da democracia, como na própria lógica de estruturação do Estado na área de desenvolvimento urbano, fragmentado do ponto de vista setorial e pouco desenvolvido do ponto de vista federativo. Também é fundamental apontar para a fragmentação da regulação do território em dimensões que não dialogam - como é o caso da gestão ambiental versus gestão urbanística, por exemplo.

Finalmente, não podemos deixar de apontar os efeitos (ou causas?) políticas dessa equação: diante de uma situação de fragilidade institucional, marco regulatório excludente e sobreposição de competências e esferas de gestão, é a intermediação política que entra em campo, definindo quem tem acesso aos recursos ou à palavra final na definição do que pode ou não ser feito no território municipal. Um dos pontos de entrada para entender esse mecanismo é a origem dos recursos públicos destinados ao desenvolvimento urbano em geral, e como se dão os processos decisórios sobre sua utilização nas cidades.

É no interior, portanto, do jogo político-eleitoral, que boa parte do processo decisório sobre a política urbana, especialmente no que se refere aos investimentos em obras e ampliação de serviços urbanos, ocorre. Esse fato nos ajuda a entender algumas características da política urbana que bloqueiam as tentativas de implementação de uma agenda de reforma na direção de cidades pactuadas e planejadas democraticamente em uma esfera pública.

Objetivos:

- a) Identificar as fontes federais de recursos para investimentos urbanos nas regiões metropolitanas – orçamentárias e creditícias - disponíveis no país e suas formas de gestão (formas e critérios de acesso, relação com processos de planejamento, formas de controle e monitoramento);
- b) Identificar as arenas e atores envolvidos nos processos decisórios em projetos estruturadores de desenvolvimento urbano nas regiões metropolitanas no país;
- c) Identificar arenas e atores envolvidos nos processos decisórios sobre micro investimentos em urbanização de assentamentos precários e sua relação com mandatos políticos e competição eleitoral. (aqui se está entendendo micro investimento como um investimento pontual que não tem impacto na escala metropolitana).

Resultado e Andamento:

A proto-tipologia que será construída se refere aos processos decisórios em torno da política urbana. Inicialmente podemos apontar as seguintes hipóteses de processos tipo-ideais: a) favorecimento a demandas partidárias eleitorais vinculadas a interesses paroquiais; b) lobby dos grandes capitais e instituições financeiras; c) negociação democrática (pactos socioterritoriais); d) intervenção estratégica induzida por parte do poder público.

Metodologia – Reconstrução, através de estudos de caso, os processos decisórios que envolveram grandes investimentos na área de desenvolvimento urbano em regiões metropolitanas, tais como projetos de drenagem e/ou lixo e mobilidade (trens/metrô/ grandes obras viárias) A reconstrução das arenas decisórias deverá abranger da formulação inicial do projeto até sua implementação, procurando detectar: os autores iniciais da proposta; os proponentes; sua circulação no interior da

máquina pública (nos vários níveis de governo); atores privados envolvidos com a proposição; atores privados e públicos que incidiram sobre o debate público.

Fontes de dados – entrevistas com atores governamentais e não governamentais envolvidos, documentos e relatórios produzidos no âmbito do governo, imprensa local.

Resultados metodológicos:

a. São Paulo – Escolha dos estudos de casos:

MACROINVESTIMENTO: Rodoanel - O Rodoanel Mário Covas (SP-21), também conhecido como Rodoanel Metropolitano de São Paulo é uma auto-estrada de 177 quilômetros, duas pistas e seis faixas de rodagem que está sendo construída em torno do centro da Região Metropolitana de São Paulo, na tentativa de aliviar o intenso tráfego de caminhões oriundos do norte e sul do Brasil e que hoje cruzam as duas vias urbanas marginais da cidade (Pinheiros e Tietê). Sua execução foi dividida em quatro trechos, Oeste, Sul, Leste e Norte. Metade da via foi entregue até o momento, o que corresponde aos trechos Oeste e Sul. O Trecho oeste (32 km) foi inaugurado em 11 de outubro de 2002, este trecho tem 32 km de extensão, indo da Estrada Velha de Campinas, em Perus, na zona norte de São Paulo até a Rodovia Régis Bittencourt, no município de Embu. O Trecho sul (61 km) foi inaugurado em 1º de abril de 2010º projeto envolve recursos estaduais e federais

MICROINVESTIMENTO: Complexo Vergueirinho Divinéia – Este assentamento, localizado no distrito de São Mateus, São Paulo já sofreu intervenções do poder municipal, estadual e federal em diferentes programas e ações ao longo dos anos.

b. Rio de Janeiro – Escolha dos estudos de casos:

MACROINVESTIMENTO: PAC Favela do Manguinhos – Município do Rio de Janeiro. Obra orçada em cerca R\$ 300 milhões, vinculada ao PAC Estadual. É uma intervenção no âmbito do programa de urbanização de favelas (classificada como de saneamento integrado), com forte impacto sobre a dinâmica urbana da cidade, além de estar vinculada a um tema de grande importância, qual seja, das favelas. O projeto envolve recursos federais e estaduais, está aprovado e encontra-se em execução.

MICROINVESTIMENTO: Ponte do Canal do Outeiro no bairro Santa Marta, município de Belfor Roxo, no âmbito do projeto Iguaçu (PAC Estadual Macro-drenagem), Rio de Janeiro. Trata-se de um projeto de intervenção pontual, com recursos federais (via PAC Estadual), que atende uma antiga demanda dos moradores deste bairro e que não estava inicialmente previsto no âmbito deste projeto.

c. Porto Alegre – Escolha dos estudos de casos:

MACROINVESTIMENTO: Rodovia Leste (RS-10) – Trata-se de uma rodovia que atravessa 11 municípios da RMPA, e é considerada um projeto prioritário do governo do Estado. Está em planejamento desde 2007 e consta do orçamento estadual desde 2008. Será toda executada em PPPs, envolvendo também consórcios intermunicipais.

MICROINVESTIMENTO: Pavimentação da rua Carlos Supérti – A pavimentação desta rua é uma demanda da comunidade da Região Centro Sul de Porto Alegre no Orçamento Participativo de 2007, compreendendo um trecho de 170 metros de comprimento.

d. Belo Horizonte – Escolha dos estudos de casos:

MACROINVESTIMENTO:

1. Construção da nova sede administrativa do governo estadual. A Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves foi inaugurada em março de 2010., e faz parte de uma estratégia de transformação urbana que redefine o eixo de expansão da centralidade metropolitana.

2. Projeto Linha Verde. Trata-se de um conjunto de obras viárias que inclui diversas intervenções em Belo Horizonte e na Rodovia MG-010 tendo por objetivo principal criar uma via de trânsito rápido com 35,4 Km de extensão ligando Belo Horizonte ao Aeroporto Internacional Tancredo Neves. A Cidade Administrativa do governo de Minas Gerais está localizada às margens da Linha Verde, portanto os dois projetos estão associados e seria conveniente estudá-los junto. Apesar de

estar mencionado no site do DER-MG que os investimentos são feitos com recursos exclusivos do Tesouro Estadual

MICROINVESTIMENTO: Programa de Urbanização de Favelas “Vila Viva” no Aglomerado da Serra. Trata-se de uma parte de um programa da Prefeitura de Belo Horizonte que se desenvolve com recursos do governo municipal e do governo federal (PAC, Orçamento Geral da União de 2006, Programa Saneamento para Todos). Os recursos empregados, de acordo com o levantamento preliminar realizado, atingem 171 milhões de reais, dos quais 113 milhões financiados pelo BNDES com contrapartida de 25% da Prefeitura e 58,2 milhões do Programa Saneamento para Todos da Caixa Econômica Federal com contrapartida de 10% do município.

e. Maringá – Escolha dos estudos de casos:

MACROINVESTIMENTO: Contorno Norte de Maringá. Obra orçada em R\$ 143 milhões, vinculada ao PAC. As obras do Contorno Norte de Maringá estão na fase da execução do muro de contenção de corte. Até agora, 55% de toda a obra foram executados. A contrapartida de Maringá foi a doação de 70% dos terrenos; os outros 30% foram desapropriados pelo governo federal.

MICROINVESTIMENTO: Intervenções no Bairro Santa Felicidade, Maringá. Trata-se de um projeto de revitalização urbana, com recursos federal (via PAC - R\$ 20 milhões), estadual (na ordem de R\$ 2,5 milhões) e municipal (R\$ 2,8 milhões).

f. Natal – Escolha dos estudos de casos:

MACROINVESTIMENTO: Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante, Natal. Se justifica pelo grande impacto que a realização desse projeto vai provocar na Região Metropolitana de Natal. Trata-se de uma obra de grande relevância para a economia do Estado do Rio Grande do Norte. O Governo estadual tornou-se parceiro contudente objetivando a concretização desse empreendimento. Planejado para ser um aeroporto intermodal (carga e passageiros) e considerando a complexidade e magnitude do empreendimento, o projeto foi concebido para ser um aeroporto-cidade (aerotrópole), ou seja, concentrando todos os serviços de logística e intersecção com os municípios do entorno e com o Estado, integrando ações de curto, médio e longo prazo, que deverão ser previstas nos planos diretores dos municípios do entorno. A Infraero é responsável pela implantação do empreendimento, todavia, as ações necessárias de infra-estrutura para operacionalização são de responsabilidade do Estado.

MICROINVESTIMENTO: Urbanização da favela Passo da Pátria, Natal. Esta favela já foi objeto de várias intervenções governamentais, chama a atenção para a qualidade das obras realizadas pelo governo municipal e atende a sugestão de serem escolhidos casos que envolvessem mais de um nível de governo (a favela é localizada em terrenos da União).

Foi realizada uma oficina nacional da pesquisa nos dias 28 e 29 de abril de 2010, em São Paulo, com a presença de todos os Núcleos que integram a pesquisa. Nessa oficina foi detalhado o plano de trabalho da pesquisa e esboçada a metodologia que será adotada por todas as equipes.

LINHA IV

PROJETO: Monitoramento da Política de Desenvolvimento Urbano e Monitoramento do Programa de Aceleração do Crescimento

Coord. Orlando Alves dos Santos Jr – IPPUR/UFRJ

O monitoramento buscará identificar o impacto das políticas nacionais sobre o quadro de desigualdades sociais no espaço metropolitano. Buscar-se-á avaliar o desempenho das políticas locais nas metrópoles tendo em vista o grau de organização da sociedade civil, a capacidade institucional e administrativa dos governos locais, a distribuição dos equipamentos e serviços urbanos, o modo de produção e gestão dos serviços e as políticas orçamentárias estaduais e locais. A idéia é dar continuidade ao monitoramento do desempenho político-institucional dos governos estaduais e municipais, desenvolvido nos últimos anos pelo Observatório das metrópoles, no sentido do surgimento ou não de obstáculos à construção e à implementação de uma política de

desenvolvimento fundada na cooperação e negociação entre as forças locais capaz de minimizar os riscos de marginalização das regiões metropolitanas.

O projeto desenvolverá avaliações sobre a implementação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) nas metrópoles, construindo uma metodologia de monitoramento para os atores da sociedade. O PAC, lançado pelo governo federal em 22 de janeiro de 2007, tem especial importância para as cidades e para o desenvolvimento urbano brasileiro. Os investimentos previstos até 2010 representam R\$ 106,3 bilhões em Habitação e R\$ 40 bilhões em Saneamento, além de R\$ 3,1 bilhões para aplicação nos metrô de Belo Horizonte, Fortaleza, Recife e Salvador.

Objetivos:

- a) Monitorar as políticas nacionais de habitação, saneamento e de desenvolvimento urbano do Ministério das Cidades, com enfoque nas cidades envolvidas na rede Observatório das Metrópoles;
- b) Identificar, em planos setoriais ou integrados abrangendo metrópoles brasileiras, inclusive o plano de bacia hidrográfica, a proposição ou adoção de medidas não estruturais e instrumentos de gestão da demanda;
- c) Avaliar – para as experiências analisadas – os desdobramentos sociais das medidas e instrumentos identificados;
- d) Avaliar possíveis desdobramentos dessas medidas e instrumentos sobre a desigualdade social, de acordo com sua inserção peculiar em cada plano, em cada projeto, à luz das evidências de desigualdade sócio-ambiental levantadas em cada área de estudo;
- e) Propor princípios e elementos de planejamento e gestão integrada, que compatibilizem objetivos de conservação e uso racional dos recursos com a mitigação das desigualdades sociais nas metrópoles brasileiras.

Resultados e Andamento:

Resultados metodológicos:

No dia 09 de dezembro de 2009, foi realizada a primeira oficina nacional do grupo de pesquisa Monitoramento do Programa de Aceleração do Crescimento, no Rio de Janeiro, reunindo todos os núcleos envolvidos na pesquisa. A seguir, reproduzimos a síntese das discussões e encaminhamentos:

a) Em relação à Metodologia

1ª etapa: Caracterizar os projetos de infra estrutura logística e de infra estrutura social e urbana em sua articulação com os Planos Diretores municipais.

Procedimentos: (i) Relacionar o projeto e sua localização com os instrumentos de regulação urbana previstos nos planos diretores municipais das Regiões Metropolitanas, utilizando bases cartográficas e instrumentos urbanísticos e indicadores socioeconômicos; (ii) Identificação e registro dos Projetos; (iii) Sistematização dos instrumentos de regulação urbana que estão sendo utilizados nas intervenções; e (iv) levantamento de informações espaciais e socioeconômica das áreas de estudo.

2ª etapa: Identificar níveis de integração dos projetos de infra estrutura, social e urbana com a habitação de interesse social situada na área de abrangência dos projetos.

Procedimentos: (i) Relacionar os projetos e suas áreas de implantação com o zoneamento das ZEIS definidas nos Planos Diretores municipais e as configurações espaciais; (ii) Superposição de dados da base cartográfica e os instrumentos das ZEIS; (iii) Análise morfológica com produção de mapas temáticos e mapas síntese; (iv) Caracterização dos instrumentos, instâncias e modalidades de participação social na implementação das obras.

3ª etapa: Identificar o projeto social de cada obra e as instâncias de participação social nas regiões metropolitanas.

Procedimentos: (i) Levantamento e análise documental e de relatórios gerados no processo de implementação dos projetos; (ii) realização de entrevistas com representações de diversos segmentos sociais.

4ª etapa: Apontar indicadores que contribuam para a tomada de decisão que considere a integração das políticas de desenvolvimento urbano, habitacional, transporte e saneamento.

Procedimentos: (i) realização de uma oficina em cada metrópole para discussão dos resultados da pesquisa e indicação dos indicadores, com envolvimento de agentes internos (pesquisadores) e externos (beneficiários, técnicos, executores, outros).

Está sendo concluído um paper teórico-metodológico para orientação e encaminhamento do projeto por Ana Claudia Cardoso e Dulce Bentes.

PROJETO: REVISTA E-METROPOLIS

Coord. Carolina Zucarelli – IPPUR/UFRJ, Juciano Martins Rodrigues – IPPUR-PROURB/UFRJ

A revista eletrônica e-metropolis é uma publicação trimestral editada por alunos de pós-graduação de programas vinculados ao Observatório das Metrôpoles e conta com a colaboração de pesquisadores, estudiosos e interessados de diversas áreas que tenham como tema os múltiplos aspectos envolvidos nos estudos relacionados à vida nas grandes cidades.

A revista é editada por alunos de pós-graduação de programas vinculados ao Observatório das Metrôpoles e conta com a colaboração de pesquisadores, estudiosos e interessados de diversas áreas que tenham como tema os múltiplos aspectos envolvidos nos estudos relacionados à vida nas grandes cidades.

A publicação será apresentada através de uma página na internet e também será disponibilizada a versão em formato “pdf”, visando facilitar a impressão e leitura.

Cada número se estruturará através de uma composição que abrange um tema principal - tratado por um especialista convidado a abordar um tema específico da atualidade -, artigos que podem ser de cunho científico ou opinativo e que serão selecionados pelo nosso comitê editorial, entrevistas com profissionais que tratem da governança urbana, bem como resenhas de publicações que abordem os diversos aspectos do estudo das metrôpoles e que possam representar material de interesse ao nosso público leitor.

Objetivos:

a) A revista tem como objetivo principal suscitar o debate e incentivar a divulgação de trabalhos, ensaios, resenhas, resultados parciais de pesquisas e propostas teórico-metodológicas relacionados à dinâmica da vida urbana contemporânea e áreas afins.

Mais uma das iniciativas do Observatório das Metrôpoles, a revista e-metropolis pretende ser um veículo que cria oportunidades para a troca de informações, buscando o debate multidisciplinar e agilizando o fluxo de informações entre os pesquisadores.

Resultados e Andamentos:

O primeiro número da revista *e-metropolis* é composto por artigos e resenhas selecionados dentre aqueles já publicados no portal do Observatório das Metrôpoles, aos quais se soma um texto do pesquisador do Observatório, Orlando Alves dos Santos Junior, bem como uma entrevista com o coordenador nacional do Instituto do Milênio, Luiz Cesar Queiroz Ribeiro.

Assim, abrimos a revista com as considerações a respeito da participação popular na elaboração dos Planos Diretores Urbanos, seus limites e possibilidades, desenvolvidas pelo pesquisador do Observatório das Metrôpoles e professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Orlando Alves dos Santos Junior. Em seu texto, são apresentados diferentes paradigmas definidores de políticas urbanas que atravessam e guiam a

concepção dos Planos Diretores, bem como são propostas estratégias que possam responder ao desafio de lidar com tais questões. Podemos estabelecer um diálogo entre este primeiro texto e o artigo seguinte, de Flávia Brasil e Luiza Queiroz, que se debruçam sobre a região metropolitana de Belo Horizonte para analisar a configuração do seu Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano, ponderando, a partir de sua instituição, as conseqüências na participação popular e nas discussões concernentes aos rumos metropolitanos.

Luís Mendes, calcando-se no domínio da geografia urbana, analisa a contribuição do antropólogo urbano Neil Smith no que tange às operações de requalificação metropolitanas a partir dos anos setenta e a conseqüente gentrificação de diversas áreas das grandes cidades, enquanto Rodrigo de Moraes Rosa se detém sobre um aspecto menos palpável, mas nem por isso menos importante, das cidades contemporâneas: a sociabilidade. Partindo da modernidade e de seus valores que transformaram radicalmente a vida em conjunto nos grandes centros, o autor constitui um olhar abrangente sobre este amplo panorama, para, em seguida, aterrissar no bairro da Lapa, no Rio de Janeiro, buscando reconhecer ali os sinais da construção desta nova forma de convívio que mistura aspectos por vezes conflitantes entre o social e o individual, o público e o privado, o sujeito histórico e o contemporâneo.

Em uma abrangente entrevista, o coordenador nacional do Observatório das Metrôpoles, Luiz Cesar Queiroz Ribeiro, analisa a experiência do Observatório constituído como Instituto do Milênio, destacando o papel de sua vasta e diversificada equipe, que possibilita a constituição de uma pesquisa em rede que busca detectar as similitudes e as diferenças entre as dinâmicas sociais, políticas e econômicas das metrôpoles brasileiras. O pesquisador traça, ainda, as perspectivas de trabalho futuras para o Observatório e fala da criação da Revista *e-metropolis*, destacando essa iniciativa como mais um passo na direção da divulgação plena do conhecimento, que é uma das metas do programa seguido pelo Observatório das Metrôpoles.

Finalmente, nas duas resenhas que fecham esta edição, temos um texto de Georg Simmel intitulado *'Como es possible la sociedad'*, apresentado pela doutoranda Eliana Kuster, e a professora Olga Firkowski tratando das análises metropolitanas a partir do livro *'Politique et metropole: une comparaison internationale'*, de V. Hoffmann-Martinot e J. Sellers.

Nós, editores da *e-metropolis*, desejamos que a leitura deste primeiro número seja, para aqueles que se interessam sobre as diversas facetas das cidades contemporâneas, tão interessante e proveitosa quanto foi para nós todo o percurso de sua concepção à sua concretização. Esperamos que este seja mais um passo rumo à concretização de nosso objetivo de democratizar o acesso e a divulgação do conhecimento acadêmico.

Resultados metodológicos:

Definição da equipe – Editores, Conselho Editorial, Designer Gráfico – e no momento seguinte, pré-seleção do conteúdo da revista; Entrevista com Luiz Cesar Queiroz Ribeiro; Definição dos artigos e resenhas; Revisão dos textos.

CONSELHO EDITORIAL

Profª Drª. Ana Lúcia Rodrigues (DCS/UEM)

Prof Dr. Aristides Moysés (MDPT / UCG)

Prof. Dr. Carlos de Mattos (IEU / PUC-Chile)

Prof. Dr. Carlos Vainer (IPPUR/UFRJ)

Profª. Drª. Claudia Ribeiro Pfeiffer (IPPUR/UFRJ)

Prof. Dr. Emilio Pradilla Cobos (UAM do México)

Profª. Drª. Fania Fridman (IPPUR/UFRJ)

Prof. Dr. Frederico Araujo (IPPUR/UFRJ)

Profª Drª. Héléne Rivièrè d'Arc (IHEAL)

Prof Dr. Henri Acserald (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Hermes Magalhães Tavares (IPPUR/UFRJ)
Profª. Drª. Inaiá Maria Moreira Carvalho (UFB)
Prof. Dr. João Seixas (ICS)
Prof. Dr. Jorge Natal (IPPUR/UFRJ)
Prof. Dr. José Luis Coragem (UNGS/Argentina)
Profª. Drª. Lúcia Maria Machado Bógus (FAU/USP)
Profª. Drª. Luciana Corrêa do Lago (IPPUR/UFRJ)
Profª. Drª. Luciana Teixeira Andrade (PUC-Minas)
Prof. Dr. Luciano Fidos (IFCH/UFRGS)
Prof. Dr. Luiz Antonio Machado (IUPERJ)
Prof. Dr. Manuel Villa Verde Cabral (ICS)
Prof. Dr. Marcelo Baumann Burgos (PUC-Rio/CEDES)
Profª. Drª. Márcia Leite (PPCIS/UERJ)
Profª. Drª. Maria Julieta Nunes (IPPUR/UFRJ)
Profª. Drª. Maria Ligia de Oliveira Barbosa (IFCS/UFRJ)
Prof. Dr. Mauro Kleiman (IPPUR/UFRJ)
Prof. Dr. Robert Pechman (IPPUR/UFRJ)
Prof Dr. Robert H. Wilson (University of Texas)
Profª. Drª. Rosa Moura (IPARDES)
Ms. Rosetta Mammarella (NERU/FEE)
Prof. Dr. Sergio de Azevedo (LESCE/UENF)
Profª. Drª. Simaia do Socorro Sales das Mercês (NAEA/UFPA)
Profª Drª Sol Garson (PPED/IE/UFRJ)
Profª. Drª. Suzana Pasternak (FAU/USP)

EDITORES

Editor Chefe

- Profº Dr. Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

Editores

- Carolina Zuccarelli
- Eliana Kuster
- Juciano Martins Rodrigues
- Marianna Olinger
- Paula Silva Gambim
- Renata Brauner Ferreira
- Rodrigo de Moraes Rosa

PROJETO: A Política Nacional de Saneamento Básico: Observatório das Metrôpoles no PLANSAB.

Coordenação: Ana Lucia Nogueira de Paiva Britto – PROURB/UFRJ

O Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANSAB deverá representar um marco histórico para o saneamento no Brasil, visto que as discussões sobre o tema têm ganhado cada vez mais destaque, em um cenário de disponibilidade de recursos humanos e econômicos. A sua criação envolveu a realização de um pacto pelo saneamento básico, centrado nas questões de saúde, qualidade de vida e cidadania, a partir da Resolução Recomendada N° 62, de 3-12-2008, na qual foram definidas as bases conceituais e norteadoras do PLANSAB. Através da Chamada Pública nº. 001/2009, realizada pelo Ministério das Cidades, foi contratado o estudo denominado Panorama Nacional do Saneamento Básico, coordenado pela UFMG (Professor Léo Heller), UFBA (Professores Luis Roberto Moraes e Patrícia Borja) e UFRJ (Professora Ana Lucia Britto), e contando com pesquisadores de diversas instituições brasileiras, o qual fornecerá as bases para o futuro PLANSAB.

O PLANSAB, Plano Nacional de Saneamento Básico, é um dos instrumentos da implementação da Lei nº 11.445/2007, que regulamenta a prestação dos serviços. Sua elaboração envolve os órgãos do Governo Federal que atuam no Saneamento Básico e as entidades representativas dos diferentes interesses da sociedade em relação ao saneamento básico no País.

O processo de elaboração e implantação do plano, em conformidade com o que a Lei 11.445/2007 define por controle social, art. 3º, inciso IV, deve partir de um acordo firmado entre os diversos agentes – públicos e privados – para garantir que seu conteúdo e estratégias de implementação sejam fruto da reflexão coletiva, pautada na realidade e na diversidade regional do País e no compromisso de todos com a universalização do saneamento básico. Fator fundamental para a concretização de suas diretrizes e metas. São três as etapas da formulação do PLANSAB: 1) Pacto pelo Saneamento Básico; 2) Panorama; e 3) Elaboração do Plano e seus Programas e Ações.

O Panorama do Saneamento Básico do Brasil compreende a realização de Estudos e Pesquisas para a sistematização e análise de informações e a produção conceitual em temas de relevante interesse sobre a situação do saneamento básico no País para promover a reflexão e subsidiar a formulação do Plano Nacional de Saneamento Básico. O Panorama terá como conteúdo três partes distintas, integradas e complementares: a identificação das condições a serem enfrentadas e a formulação de uma ‘Visão Estratégica’ para a política pública de saneamento básico no País; um ‘Diagnóstico Analítico’ da situação do Saneamento Básico no País com base em dados secundários, estudos disponíveis e indicadores; e a produção de ‘Cadernos Temáticos’ para o aprofundamento conceitual em assuntos de relevante interesse para as definições do PLANSAB. Ao final do estudo será apresentada, também, a Versão Preliminar do PLANSAB.

Para elaboração do Panorama e da Versão Preliminar foi feita em 2009 uma chamada pública do Ministério das Cidades SNSA nº 1/2009 para grupos de pesquisa de Instituições Federais de Ensino. Foi selecionada a proposta coordenado pelo professor Léo Heller do DESA-UFMJ, tendo como instituições associadas a Escola de Engenharia da UFBA (equipe coordenada pelos professores Luiz Roberto Moraes e Patrícia Borja) e a UFRJ, através de grupo de pesquisa do Observatório das Metrôpoles coordenado pela professora Ana Lucia Britto do PROURB-FAU.

O objetivo do estudo Panorama, elaborado pelas equipes das três Universidades, é analisar a situação do Saneamento Básico no País enquanto política pública integrada e seus serviços nos quatro componentes (abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem de águas pluviais e coleta e disposição de resíduos sólidos) em diferentes temas de caráter transversal e na articulação com outras políticas públicas correlatas e subsidiar o PLANO NACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO (PLANSAB). A equipe da UFRJ formada por alunos de doutorado, mestrado e bolsistas de IC do PROURB e do IPPUR elaborou o estudo correspondente à caracterização e análise político-institucional do setor saneamento básico no Brasil e à avaliação dos modelos de prestação dos serviços públicos praticados no país. A equipe participou ainda da elaboração da Versão Preliminar do PLANSAB com as proposições iniciais em termos das Diretrizes, Estratégias, Objetivos, Programas e Ações e Metas Regionalizadas. São essas diretrizes que devem orientar e programas que devem orientar a política pública do governo federal na área de saneamento.

Resultados e Andamento:

A Versão Preliminar do Plano foi encaminhada para o Ministério das Cidades e será aberta no segundo semestre para discussão pública. A discussão busca aperfeiçoar e incorporar contribuições e sugestões para apreciação pelos Conselhos Nacionais e o ConCidades e pela sociedade civil Seminários Regionais. Nos seminários será apresentada a versão preliminar do plano, e haverá espaço para esclarecimentos de dúvidas e discussão. A formalização das propostas será feita através da consulta pública.

Resultados metodológicos:

O trabalho será concluído até o final de agosto, em um relatório de aproximadamente 300 páginas com a seguinte estrutura: 1. Apresentação; 2. O setor de saneamento: características gerais da política que influenciam a gestão dos serviços (2.1 - Política pública de saneamento básico: desafios da descentralização e da ação federativa, 2.2 - Marco Metodológico, 2.3 - Caracterização e Análise Político-Institucional do Setor Saneamento Básico no Brasil, 2.4 - O saneamento como campo político: principais agentes, arenas e o papel do Ministério das Cidades/SNSA, 2.5- Intersectorialidade: desenvolvimento urbano, recursos hídricos, meio-ambiente e saúde pública); 3. - Regulação dos serviços de saneamento básico (3.1- Modelo Tarifário - Tarifas sociais); 4. Participação e Controle Social; 5. Gestão associada dos serviços : os Consórcios Públicos como tendência; 6. A cadeia produtiva do setor de saneamento; 7. A prestação dos serviços de saneamento básico (7.1- Metodologia para caracterização e análise da prestação dos serviços, 7.2 – Quadro nacional da prestação dos serviços de saneamento básico (por componente (A/E ; RS ; DU), 7.3 - A prestação dos serviços por grandes regiões.)

PROJETO: Análise do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano e do desempenho institucional de municípios metropolitanos

Coord. Orlando Santos Junior – IPPUR/UFRJ

Uma das dificuldades na análise do processo de implantação dos conselhos estaduais das cidades e dos fundos estaduais de habitação de interesse social está relacionada ao fato de estarmos lidando com um processo dinâmico, em permanente mudança. O que implica em relativizar as informações aqui sistematizadas, obtidas em um determinado momento, tendo em vista que vários Estados da Federação podem tomar a iniciativa de instituir esses instrumentos, a qualquer tempo, motivado por diversas razões, o que torna necessária a atualização sistemática dos resultados desse levantamento. No entanto, é preciso levar em consideração que, em 2007, o Conselho Nacional das Cidades já tinha quatro anos funcionamento, tendo sido realizadas duas Conferências Nacionais das Cidades e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social estava no segundo ano de sua implantação. Em outras palavras, cremos que essa análise pode contribuir para a identificação de alguns fatores mais gerais que intervêm sobre a dinâmica de construção do sistema nacional de participação vinculado à política de desenvolvimento urbano, que independentemente da alteração no número de conselhos das cidades, pode permanecer válida enquanto esses fatores intervenientes existirem.

Resultados e Andamento:

Conclusões preliminares com base no levantamento realizado até 2009:

(i) Constatou-se que, até o momento, há uma baixa difusão dos conselhos das cidades entre os estados;

(ii) Identificou, ao mesmo tempo, processos de mobilização em torno da constituição dos conselhos das cidades no âmbito das conferências estaduais das cidades.

(iii) No que se refere aos Conselhos Gestor do Fundo de habitação de Interesse Social, sua difusão é bem maior do que a dos Conselhos das Cidades. No entanto, constata-se que a grande maioria dos estados não tem uma estrutura institucional de gestão e planejamento adequada à política habitacional de interesse social;

(iv) Mesmo entre os estados que já constituíram seus FEH, é flagrante o descompasso entre o processo de criação de um Fundo para a captação de recursos federais e a elaboração de documentos que deveriam nortear a política estadual.

Resultados metodológicos:

Foi realizada uma oficina nacional, em dezembro de 2010, onde foi definido o seguintes procedimentos metodológicos:

(i) O levantamento dos Conselhos das Cidades envolverá as seguintes informações por unidade da federação: (a) criação e funcionamento dos conselhos das cidades; (b) caráter deliberativo e/ou consultivo dos conselhos criados; (c) percentual de representação dos movimentos populares; (d) existência de câmaras técnicas nos moldes do Conselho Nacional das Cidades; (e) periodicidade das reuniões e data da última reunião realizada.

(ii) O levantamento dos Conselhos Gestor dos Fundos de Habitação de Interesse Social nos Estados e Municípios da Federação envolverá os seguintes aspectos: (a) Estados que criaram e instituíram o ConFHS e o Fundo de habitação de Interesse Social; (b) Conselhos do FHS que estão em funcionamento; (c) Composição dos Conselhos instituídos por segmento social e por gênero; (d) Adoção de critérios que permitam às cooperativas e associações de habitação o acesso aos recursos dos fundos estaduais; (e) Elaboração do diagnóstico da situação habitacional e do plano estadual de habitação (exigido pela Lei 11124); (e) Levantamento das fontes financeiras e dos programas relacionados a habitação de interesse social, buscando identificar a os critérios de aceso aos recursos; (f) Identificação dos vínculos (institucionais e políticos) entre o Sistema de Habitação de Interesse Social e o Sistema de Desenvolvimento Urbano.

(iii) Sistematização e análise das propostas de Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano que estão sendo discutidas no âmbito do ConCidades.

(iv) A análise do funcionamento do sistema nacional de desenvolvimento urbano deverá incorporar as seguintes questões na discussão: (a) Os impactos do processo institucional relacionado ao ciclo de conferência das cidades sobre a difusão dos conselhos das cidades e dos conselhos gestor dos Fundos de Habitação de Interesse Social; (b) a natureza do conflito social (dinâmica associativa, dinâmica urbana, etc.) e seu impacto sobre o processo de difusão desses canais; (c) O protagonismo dos sujeitos sociais, em especial do Fórum Nacional de Reforma Urbana; (d) A difusão de uma nova concepção de política urbana e da estruturação de um arranjo institucional de gestão das cidades; (e) O impacto da inflexão conservadora do Ministério das Cidades sobre este processo; (f) a integração das políticas urbanas – habitação, saneamento ambiental e transporte e mobilidade.

(v) Produção de quadro sintético de construção do Sistema de Desenvolvimento urbano no âmbito das RMs. Serão analisados documentos normativos referentes aos Conselhos Estaduais e Municipais das Cidades, Fundos Estaduais e Municipais de Habitação (e seus Conselhos Gestores) e Planos Estaduais e Municipais de Habitação e Saneamento Ambiental, buscando produzir uma análise mais global da implementação destes sistemas no âmbito de cada metrópole.

(vi) Serão desenvolvidos estudos comparativos em alguns municípios selecionados, visando analisar o funcionamento efetivo dos Conselhos das Cidades (de Desenvolvimento Urbano) instituídos. As análises envolverão a aplicação de questionários juntos aos conselheiros e o acompanhamento de alguns conselhos municipais

PROJETO: Formação – sociedade civil e agentes governamentais

Coord. Orlando Alves dos Santos Junior – IPPUR/UFRJ

Este projeto envolve atividades voltadas para a capacitação de atores da sociedade civil e de agentes governamentais, buscando alcançar os seguintes objetivos: (i) contribuir para a formulação de políticas públicas que incorporem as demandas populares e enfrentem as desigualdades sociais no acesso aos direitos de cidadania; (ii) fortalecer a capacidade de planejamento do poder público, numa perspectiva democrática e de afirmação da justiça social e ambiental; (iii) contribuir para a legitimação de demandas sociais que expressem a ampliação da cidadania e o fortalecimento da capacidade da ação política e reivindicatória de sujeitos populares; (iii) favorecer a ampliação dos espaços de planejamento participativo, possibilitando democratizar as decisões sobre os investimentos públicos; (iv) promover a capacitação de organizações não governamentais e movimentos populares para as práticas de pesquisa em nossa área de competência; (v) promover e apoiar processos de produção de conhecimentos que envolvam militantes de organizações e

movimentos comunitários e populares; (vi) promover a qualificação de organizações não governamentais e movimentos populares para a elaboração, implementação e controle de políticas governamentais, plano e projetos de interesse urbano e regional.

Resultados e Andamento:

Conforme o plano de trabalho, foram desenvolvidas atividades de formação em 2009: a) Núcleo Belo Horizonte. Curso de Capacitação de Agentes Sociais e Conselheiros Municipais (8ª edição). Período: 22/09/2009 a 06/11/2009. Número de participantes: 65; b) Núcleo Recife. Curso Programa Interdisciplinar Políticas Públicas e Gestão local. IX Curso para Agentes Sociais e Conselheiros Municipais. Período: 06 de outubro a 05 de novembro de 2009. Número de participantes: 80; c) Núcleo Rio de Janeiro. Curso: Políticas Públicas e Direito à Cidade. Curso de Capacitação de Agentes Sociais e Conselheiros Municipais da Cidade. Período: 03/11/2009 a 16/12/2009. Número de participantes: 60.

O programa de capacitação, proposto, tem por objetivo fornecer aos participantes um conjunto de conceitos, métodos e técnicas visando: i) à qualificação da prática dos agentes sociais em esferas públicas de participação, em especial nos conselhos municipais, nos processos de orçamento participativo e em redes e fóruns temáticos; ii) à identificação de problemas de políticas públicas; iii) à utilização de instrumentos de controle social e monitoramento de políticas públicas; iv) à compreensão da dinâmica de funcionamento do orçamento municipal; v) à gestão de processos políticos de conflito, reivindicação e negociação que viabilizem a adoção de políticas comprometidas com ideais da universalização dos direitos, da justiça social e da participação democrática; vi) à promoção e ao fortalecimento de fóruns e redes de discussão, elaboração, avaliação e controle de políticas públicas; vii) o exercício sistemático e permanente da reflexão sobre as questões referentes à relação entre educação, cidade e democracia.

O programa de capacitação é dirigido para (i) lideranças dos movimentos sociais, em especial com atuação em canais e espaços públicos de gestão de políticas urbanas (conselhos das cidades e similares); (ii) educadores(as) das organizações não governamentais, que assessoram e acompanham organizações populares; (iii) conselheiros(as) municipais, governamentais e não governamentais; (iv) conselheiros(as) do orçamento participativo; e (v) técnicos(as) governamentais.

Faz parte da proposta metodológica, reunir uma diversidade de participantes, de forma a garantir a heterogeneidade, pluralidade e multiplicidade de atores, experiências, demandas, focos, culturas, concepções etc. Com isso, busca-se reproduzir a complexidade dos cenários de articulações sociais e dos processos decisórios constituintes das esferas públicas de participação social, que envolvem um conjunto amplo e plural de participantes.

Os cursos desenvolvidos são espaços privilegiados de transferência do conhecimento produzido no âmbito da Rede Observatório das Metrôpoles. No ano de 2009, o foco dos cursos esteve centrado na política habitacional, e na difusão dos primeiros resultados da análise do sistema nacional de desenvolvimento urbano.

PROJETO: GEO-Metrôpoles

Coord. Juciano Martins Rodrigues – IPPUR-PROURB/UFRJ, Arthur Molina – IPPUR/UFRJ

O Geometropoles tem como objetivo principal reunir em um só plano de informação os dados geográficos e sociais utilizados nas pesquisas realizadas pela rede Observatório das Metrôpoles. O sistema pretende oferecer uma organização das informações de maneira que sua apresentação facilite ao mesmo tempo a visualização dos elementos da dinâmica metropolitana, a construção de mapas temáticos e a análise espacial através das diferentes ferramentas de geotecnologia. O

mapeamento inclui diversos níveis territoriais, desde o limite da região metropolitana, os municípios, as áreas metropolitanas, os setores censitários, até informações sobre a localização das escolas, dos locais de votação e de equipamentos de saúde e de esporte. A versão online do Geometroples permitirá a acadêmicos, atores da sociedade civil e o público em geral, conhecer a realidade das grandes metrópoles brasileiras através desse sistema que contará com um banco de dados multidimensional.

Resultados e Andamento:

O Sistema encontra-se em fase de finalização para 18 áreas metropolitanas, incluindo o seu módulo atlas, que contará com diversos mapas temáticos pré-definidos e que representam as características sociais dos diversos níveis territoriais contidos no sistema. Este módulo atlas será disponibilizado através do software ArcExplorer.

Neste momento, o Geometroples já oferece uma organização das informações de maneira que sua apresentação facilite ao mesmo tempo a visualização dos elementos da dinâmica metropolitana, a construção de mapas temáticos e a análise espacial através das diferentes ferramentas de geotecnologia. O mapeamento inclui diversas escalas de tratamento e representação territoriais das informações, desde inserção regional das metrópoles, os municípios, os bairros, os setores censitários do IBGE e os logradouros. Para a região metropolitana do Rio de Janeiro o sistema já conta com informações sobre a localização das escolas, os locais de votação e de equipamentos de saúde, de esporte e de segurança. Além disso, conta com todo o sistema rodoviário e ferroviário, a hidrografia e o relevo

III. ATIVIDADES DE COOPERAÇÃO ENTRE PROJETO INCT COM OUTRAS INSTITUIÇÕES (empresas, instituições governamentais, etc.).

1. Trabalhos para o Ministério das Cidades:

a) *Plano Nacional de Saneamento Básico* – PLANSAB, representa um marco histórico para o saneamento no Brasil, visto que as discussões sobre o tema têm ganhado destaque, em um cenário de disponibilidade de recursos humanos e econômicos. A sua criação envolveu a realização de um pacto pelo saneamento básico, centrado nas questões de saúde, qualidade de vida e cidadania, a partir da Resolução Recomendada N° 62, de 3-12-2008, na qual foram definidas as bases conceituais e norteadoras do PLANSAB. Através da Chamada Pública nº. 001/2009, pelo Ministério das Cidades, foi contratado o estudo *Panorama Nacional do Saneamento Básico*, coordenado pela UFMG (Prof. Léo Heller), UFBA (Luis Roberto Moraes e Patrícia Borja) e UFRJ (Profa. Ana Lucia Britto), e conta com pesquisadores de diversas instituições brasileiras, o qual fornecerá as bases para o futuro PLANSAB. A equipe da UFRJ no projeto PLANSAB está associada ao Observatório das Metrópoles, sendo esta equipe responsável pela Avaliação político-institucional do setor de saneamento básico. b) Política Habitacional; c) Planos Diretores;

2. Colaboração com a Frente Nacional de Prefeitos;

3. Colaboração com o Observatório de Consórcios Públicos e Federalismo;

4. Colaboração com o Fórum de Entidades Metropolitanas;

5. Colaboração com o Fórum Nacional de Reforma Urbana;

6. Colaboração com o INEP através do Observatório Educação e Cidades;

7. Colaboração com a Sub-Secretaria de Assuntos Federativos do Governo Federal na elaboração de critérios de criação de Regiões Metropolitanas e na eventual proposta de Política Nacional de Desenvolvimento Urbano para as RMs;

8. Colaboração com a Comissão de Política Urbana do Câmara de Deputados Federais para avaliar e aperfeiçoar o projeto de Estatuto das Metrópoles. Como resultado temos: GARSON, Sol ; RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; GOMES, Marcelo. *Panorama Atual das Metrópoles Brasileiras*. In: *Regiões Metropolitanas no Brasil: um paradoxo de desafios e oportunidades*. Fernanda Magalhães(ed.) Editor BID

9. Colaboração de integrante do Núcleo da RM Curitiba, na Rede de Instituições, ao relatório “*O Estado das Cidades no Brasil. Agenda para uma Política Urbana para o país*”, sob coordenação executiva do Instituto Pólis e coordenação geral da FNP, ABM, Aliança das Cidades, Ministério das Cidades, CEF, Banco Mundial, BID, UM Habitat, 2009/2010.

10. Reunião com o Ministério das Cidades (equipe de Coordenação do PAC) e Superintendência Nacional da GIDUR – caixa Econômica Federal realizada em Brasília no dia 04 / 03 / 2010.

11. Participação na Exposição Faperj 30 anos: Divulgando o conhecimento produzido através de um estande para mostra de publicações, site e banco de dados.

12. Participação no Seminário de Avaliação dos INCTs do Rio de Janeiro / FAPERJ; apresentando um relatório parcial mais específico as pesquisas desenvolvidas e relacionadas ao Rio de Janeiro.

13. Participação n 4ª CNCTI, apresentando uma comunicação sobre o andamento das atividades de pesquisa da rede Observatório das Metrópoles no Projeto INCT.

IV. PRINCIPAIS RESULTADOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS:

Dimensão Metropolitana da Urbanização Brasileira. O Observatório vem contribuindo para evidenciar que o Brasil não é apenas urbano, mas também um país de grandes aglomerações metropolitanas. Compondo a rede urbana brasileira 13 cidades com mais de um milhão de habitantes, megacidades (São Paulo e Rio de Janeiro), 35 Regiões Metropolitanas em 19 Estados e 9 aglomerações urbano-regionais. Os resultados das nossas pesquisas vêm contribuindo para a avaliação das tendências de re-configuração destes aglomerados urbanos, do seu papel na articulação territorial nas escalas global, nacional e regional bem como as diferenças existentes entre eles tendo em vista as conhecidas diferenças regionais.

Obstáculos Metropolitanos à Diminuição Sustentável das Desigualdades Sociais. Os resultados do nosso trabalho de pesquisa, em consonância com a literatura internacional, vêm evidenciando empiricamente os nexos entre os fenômenos de segmentação territorial e segregação residencial incidentes nas metrópoles e a reprodução das desigualdades sociais em três dimensões: condições sócio-ambientais, oportunidades (emprego, renda e escolarização) e custo urbano de vida. O que está sendo conquistado na diminuição das desigualdades sociais via a formalização do emprego, o aumento do salário-mínimo e as políticas de transferência de renda, não vem se traduzindo em melhoria efetiva do bem-estar social e na democratização das oportunidades em razão dos problemas acumulados nas grandes metrópoles.

Nexos entre Organização Social do Território e a Crise de Sociabilidade. Ao mesmo tempo, os resultados dos trabalhos do Observatório sobre a forte concentração nas metrópoles do fenômeno da criminalidade violenta têm colocado em discussão os nexos entre os processos de distanciamento territorial, social e simbólico entre as classes e grupos sociais, decorrentes dos processos de segmentação territorial e segregação residencial, e a fragilização dos mecanismos de coesão social nas metrópoles e seus impactos na dimensão societária.

Impasses e Possibilidades de Governança das Metrôpoles. O Observatório vem realizando um conjunto de atividades de pesquisa que identificam os obstáculos institucionais, culturais e políticos para a criação de um sistema de governança das áreas metropolitanas baseado na cooperação eficiente entre níveis de governo para resolver os problemas comuns e na promoção da participação cidadã na gestão das políticas públicas.

No âmbito material deste contexto faz-se necessário destacarmos:

1. Desenvolvimento de Portal Observatório:

Site da *Rede Observatório das Metrôpoles*, onde se encontram disponibilizados todos os documentos e relatórios relativos à pesquisa de avaliação dos planos diretores e ao processo de capacitação. Consolidação do banco de dados - *METRODATA* - existente na Rede Observatório das Metrôpoles, o qual reúne informações estatísticas para o acompanhamento permanente da evolução do desempenho das políticas urbanas na esfera local. Estando disponível no seu todo, os seguintes bancos de dados:

- a) Banco de Indicadores Fiscais;
- b) Banco de Indicadores Demográficos;
- c) Banco de Indicadores de Carência Habitacional.

2. Desenvolvimento e disponibilização do Geometrópoles.

O *Geometrópoles* tem como característica fundamental reunir em um só plano de informação mais de 40 informações geográficas e mais de 150 indicadores sócio-demográficos. Conta ainda com dados econômicos, fiscais e políticos gerados nas pesquisas realizadas pela rede Observatório das Metrôpoles.

O sistema oferece uma organização das informações de maneira que sua apresentação facilite ao mesmo tempo a visualização dos elementos da dinâmica metropolitana, a construção de mapas temáticos e a análise espacial através das diferentes ferramentas de geotecnologia. O mapeamento inclui diversas escalas de tratamento e representação territoriais das informações, desde a grande área de inserção das metrópoles, a região metropolitana, os municípios, os bairros, os setores censitários do IBGE e os logradouros. Para a região metropolitana do Rio de Janeiro o sistema já conta com informações sobre a localização das escolas, os locais de votação e de equipamentos de saúde, de esporte e de segurança. Além disso, conta com todo o sistema rodoviário e ferroviário, a hidrografia e o relevo.

Em breve, a versão online do *Geometrópoles* permitirá a acadêmicos, atores da sociedade civil e o público em geral, conhecer a realidade das grandes metrópoles brasileiras através desse sistema que contará com um banco de dados multidimensional, que contará com inúmeras informações espaciais e mais de 700 indicadores sociais e econômicos. Maiores informações podem ser obtidas em www.obsevatoriodasmetrosoles.net/geometropoles

3. Publicação e disponibilização on-line da Coletânea *Como Andam as Metrópoles*.

A Coletânea Conjuntura Urbana constitui um diagnóstico da realidade metropolitana – que se traduz na elaboração de 11 volumes publicados, sendo cada um dedicado a uma das seguintes metrópoles urbanas: Belém; Belo Horizonte; Curitiba; Fortaleza; Goiânia; Maringá; Natal; Porto Alegre; Recife; Rio de Janeiro; São Paulo; Salvador.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; MOURA, Rosa; CASTELLO BRANCO, Maria Luisa; DELGADO, Paulo Roberto; DESCHAMPS, Marley Vanice. (Orgs.) *Hierarquização e identificação dos espaços urbanos*. Série Conjuntura Urbana, v.1. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrópoles, 2009.

BITOU, Jan; MIRANDA, Livia. (Orgs.) *Tipologia das Cidades Brasileiras*. Série Conjuntura Urbana, v. 2. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2009.

BÓGUS, Lúcia Maria Machado; PASTERNAK, Suzana. (Orgs.) *Como Anda São Paulo*. Série Conjuntura Urbana, v. 3. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2009.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso. (Orgs.) *Como Anda Salvador*. Série Conjuntura Urbana, v. 4. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2009.

PEQUENO, Luis Renato Bezerra. (Org.) *Como Anda Fortaleza*. Série Conjuntura Urbana, v. 5. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2009.

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda; SOUZA, Maria Ângela de Almeida. (Orgs.) *Como Andam Natal e Recife*. Série Conjuntura Urbana, v. 6. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2009.

MOURA, Rosa; RODRIGUES, Ana Lúcia. (Orgs.) *Como Andam Curitiba e Maringá*. Série Conjuntura Urbana, v. 7. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2009.

MAMMARELLA, Rosetta. (Org.) *Como Anda Porto Alegre*. Série Conjuntura Urbana, v. 8. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2009.

LAGO, Luciana Corrêa do. (Org.) *Como Anda o Rio de Janeiro*. Série Conjuntura Urbana, v. 9. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2009.

ANDRADE, Luciana Teixeira de. (Org.) *Como Anda Belo Horizonte*. Série Conjuntura Urbana, v. 10. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2009.

LIMA, José Júlio Ferreira; MOYSÉS, Aristides. (Org.) *Como Andam Belém e Goiânia*. Série Conjuntura Urbana, v. 11. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2009.

4. Revista Cadernos Metrôpoles.

A criação da Revista Caderno Metrôpoles é um dos principais produtos do Observatório das Metrôpoles, tendo como objetivo original difundir os resultados do nosso programa de trabalho e de outros pesquisadores brasileiros e estrangeiros sobre os temas relacionados com a temática "Metrôpoles, Desigualdades Socioespaciais e Governança Urbana". Já publicamos 23 números da revista, que indicam a sua consolidação como veículo sistemático de divulgação da produção acadêmica, estimulando o interesse de pesquisadores de vários campos para a problemática metropolitana. Os Cadernos Metrôpole constituem-se, portanto, num convite à reflexão e à pesquisa sobre as metrôpoles e seus desafios. Atualmente, o periódico, encontra-se indexado na *Library of Congress* – Washington, e foi publicado um CD ROM com os primeiros 20 volumes. O que evidencia-se através de sua disponibilização online "<http://www.obsevatoriodasmetrosoles.net/cadernosmetropole>"

5. Produção acadêmico científica da rede Observatório das Metrôpoles.

Toda as publicações desenvolvidas na pesquisa foram arroladas na íntegra, com as devidas referências, no Formulário de Acompanhamento e Avaliação do INCT.

V. EVENTOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS: APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS, ORGANIZAÇÃO DE CURSOS, SEMINÁRIOS, PALESTRAS, MESAS REDONDAS

TRABALHOS APRESENTADOS EM CONGRESSOS NACIONAIS: (24)

ANDRADE, Luciana Teixeira de; ARROYO, Michele. Patrimônio cultural em bairros populares e os atuais desafios da política de patrimônio em Belo Horizonte. In: *Anais do 33º Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu, 2009.

ANDRADE, Luciana Teixeira; MARINHO, Marco Antônio Couto. Homicídios, Juventude e Metropolização: estudo exploratório sobre a Região Metropolitana de Belo Horizonte entre 2003 e 2007. In: *Anais do Simpósio Internacional sobre Juventude Brasileira - JUBRA*. Belo Horizonte, 2010.

BALISKI, Patrícia; FIRKOWSKI, Olga Lúcia Castreghini de Freitas. Aglomerado Metropolitano de Curitiba: principais tendências da localização industrial. In: *Anais do VIII Encontro Nacional da Anpeg - ENANPEGE*, Curitiba, 2009.

BALISKI, Patrícia; FIRKOWSKI, Olga Lúcia Castreghini de Freitas. A Organização Espacial da Indústria no Aglomerado Metropolitano de Curitiba: Entre a Mudança e a Expansão do Urbano. In: *Anais do XI Simpósio Nacional de Geografia Urbana - SIMPURB*, Brasília, 2009.

BRITTO, Ana Lucia; BESSA, Eliane. Território e Governo: possibilidades de novos arranjos institucionais e escalas espaciais na gestão do saneamento. In: *Anais XIII Encontro Nacional da ANPUR*, v. 1, pp. 120-121, Florianópolis, 2009.

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. Turismo de segunda residência: europeus no Nordeste do Brasil. In: *Anais do XIV Congresso Brasileiro de Sociologia*, Rio de Janeiro, 2009.

FERNANDES, Ana Clara. Territórios Industriais em Gravataí - Região Metropolitana de Porto Alegre (RS). In: *Anais do XXIX Encontro Estadual de Geografia: Fronteiras: passagens e rupturas*. Pelotas, 2009.

LAGO, Luciana Corrêa do; MAMMARELLA, Rosetta. Da hierarquia de classes à organização social do espaço intra-urbano: um olhar comparativo sobre as grandes metrópoles brasileiras. In: *Anais do 33º Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu, 2009.

MARINHO, Marco Antônio Couto; ANDRADE, Luciana Teixeira. O “sobe e desce” das taxas de homicídios na Região Metropolitana de Belo Horizonte: Armas de fogo, drogas e políticas de segurança pública. In: *Anais do 34º Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu, 2010.

MIRANDA, L. I. Planejamento em Áreas de Transição Rural-Urbana: Velhas Novidades em Novos Territórios. (ST.1 A7) In: XIII ENAnpur (Encontro Nacional da ANPUR) Planejamento e Gestão do Território: escalas, conflitos e incertezas, 2009. (CD ROM)

MOYSÉS, Aristides; BORGES, Elcilene de Melo. Dinâmica imobiliária e a nova paisagem urbana da RM de Goiânia: o impacto da produção de alto nível. In: *Anais XIII Encontro Nacional da ANPUR*, Florianópolis, 2009.

MOYSÉS, Aristides; BORGES, Elcilene de Melo. A negação do lugar e a recriação da cidade: condomínios horizontais fechados na metrópole goianiense. In: *Anais do 33º Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu, 2009.

PEREIRA, Alexandre Queiroz; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. Urbanização e vilegiatura no litoral nordestino. In: *Anais do XI Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Vinte anos de reflexões sobre o urbano e a cidade - transformações e tendências*, Brasília, 2009.

PEREIRA, Alexandre Queiroz; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. Vilegiatura marítima no Nordeste brasileiro: novas e velhas formas do tecido urbano litorâneo. In: *Anais do VIII Encontro Nacional da ANPENGE*, Curitiba, 2009.

PEREIRA, Gislene.; SILVA, Madianita Nunes da. Dinâmica imobiliária na região Metropolitana de Curitiba: o mercado formal e informal e a estruturação da metrópole. In: *Anais do XIII Encontro Nacional da ANPUR*, Florianópolis, 2009.

RIBEIRO, Luis Cesar de Queiroz. Dinâmicas e conflitos nas cidades latino-americanas. In: *Anais do XIII Encontro Nacional da ANPUR*, Florianópolis, 2009.

RIBEIRO, Luis Cesar de Queiroz; KOSLINSKI, Mariane Campelo. A cidade contra a escola? O caso do município do Rio de Janeiro. In: *Anais do XIV Congresso Brasileiro de Sociologia*, Rio de Janeiro, 2009.

RIBEIRO, Luis Cesar de Queiroz; KOSLINSKI, Mariane Campelo. Fronteiras urbanas da democratização das oportunidades educacionais: o caso do Rio de Janeiro. In: *Anais do 33º Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu, 2009, pp. 288-289.

RIBEIRO, Luis Cesar de Queiroz; RODRIGUES, Juciano Martins; CORRÊA, Filipe Souza. Território e Trabalho: segregação e segmentação urbanas e oportunidades ocupacionais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: *Seminário Rio de Janeiro: Um olhar socioespacial*, Rio de Janeiro, UERJ, 2009.

RIBEIRO, Marcelo Gomes; RIBEIRO, Luis Cesar de Queiroz; CORRÊA, Filipe Souza; RODRIGUES, Juciano Martins. Segregação residencial nas metrópoles e desigualdade no mercado de trabalho: cor/raça e escolaridade. In: *Anais do XIV Congresso Brasileiro de Sociologia*, Rio de Janeiro, 2009.

ROLNIK, Raquel; MERCÊS, Simaia. Instrumentos de acesso à terra urbanizada e particularidades no Pará/Planos diretores participativos e os instrumentos de acesso à terra urbanizada. In: *Anais do XIII Encontro Nacional da ANPUR*, Florianópolis, 2009.

SILVA, Érica Tavares. Movimentos no Território Fluminense: Migrações e Deslocamentos Pendulares. In: *Seminário Rio de Janeiro: Um olhar socioespacial*, Rio de Janeiro, UERJ, 2009.

SOBRINHA, Maria Dulce Picanço Bentes; CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda; SILVA, Alessandro Ferreira Cardoso da. Necessidades Habitacionais, Dinâmicas do Mercado Formal de Terras e Demarcação Territorial: apontamentos metodológicos. In: *Anais do XIII Encontro Nacional da ANPUR*, Florianópolis, 2009.

TARTARUGA, Iván G. Peyré. As inovações nos territórios e o papel das universidades: Notas preliminares para o desenvolvimento territorial no Estado do Rio Grande do Sul. In: *Anais do 5º Encontro de Economia Gaúcha*. Porto Alegre, PUCRS, 2010.

TRABALHOS APRESENTADOS EM CONGRESSOS INTERNACIONAIS: (24)

ANDRADE, Luciana Teixeira de; ARROYO, Michele. Segregação socioespacial versus diversidade cultural: os atuais desafios da política pública de patrimônio cultural em Belo Horizonte. In: *VIII Reunión de Antropología del Mercosur: Diversidad y poder en América Latina*, Buenos Aires, 2009.

ARAÚJO, Enos Feitosa de; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. Cumbuco: "enclave" turístico em Caucaia- CE. In: *12º Encuentro de Geógrafos de América Latina: Caminando en una América Latina en Transformación*, Montevideo, EGAL, 2009.

BÓGUS, Lucia Maria Machado; PASTERNAK, Suzana. São Paulo, Espaço da Desigualdade: notas metodológicas. In: *Anais do Seminário: Uma Utopia Sustentável: Arquitetura e urbanismo no espaço*, Lisboa, 2010, pp. 664-678.

BRITTO, Ana Lucia; FORMIGA-JOHNSSON, Rosa. Water Governance and Climate change in the Rio de Janeiro Metropolitan Region: discussing reduction in urban water supply vulnerability. In: *Anais City Futures*, v. 1, Madrid, 2009.

BRITTO, Ana Lucia; SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos. Discussing new perspectives to reduce urban inequalities in water and sanitation services in Brazil. In: *International Sociological Association, Research Committee 21 Sociology of Urban and Regional Development Conference: Inequality, Inclusion and the Sense of Belonging*, Sao Paulo, 2009.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira; FREITAS, K.. Segregação sócio-espacial e pobreza: vulnerabilidade dos jovens. In: *XXVIII International Congress of the Latin American Studies Association – LASA: Rethinking Inequalities*, Rio de Janeiro, 2009.

COSTA, Márcio da, RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz, KOSLINSKI, Mariane Campelo. Residential Segregation, School Quasi-Market and School Segmentation in the Context of Rio de Janeiro. In: *Anais do XVII ISA World Congress of Sociology*. International Sociological Association, 11-17 July, Gothenburg, 2010.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; PAULA, Edson Oliveira de. Moradores da praia: reflexões sobre as formas de habitação no litoral de Caucaia-CE. In: *12º Encuentro de Geógrafos de América Latina: Caminando en una América Latina en Transformación*, Montevideo, EGAL, 2009.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; PEREIRA, Alexandre Queiroz; ARAÚJO, Enos Feitosa de; PAULA, Edson Oliveira de. Turismo Litorâneo e Vilegiatura Marítima na Região Metropolitana de Fortaleza, Ceará, Brasil. In: *12º Encuentro de Geógrafos de América Latina: Caminando en una América Latina en Transformación*, Montevideo, EGAL, 2009. Disponível em: http://www.cityfutures2009.com/PDF/44_Ana_Lucia_Britto_Rosa_Maria_Formiga_Johnsson.pdf

FERNANDES, Ana Clara. Dinâmicas e territórios industriais em Gravataí - Região Metropolitana de Porto Alegre (RS), Brasil. In: *12º Encuentro de Geógrafos de América Latina: Caminando en una América Latina en Transformación*, Montevideo, EGAL, 2009.

FORMIGA-JOHNSSON, Rosa Maria; BRITTO, Ana Lucia. Climate Variability and Competing Demands for Urban Water Supply: Reducing Vulnerability Through River Basin Governance in Brazil. In: *Fifth Urban research symposium: Cities and climate change, responding to an urgent agenda*, Marseille, 2009.

LAGO, Luciana Corrêa do. A crença no planejamento e a descrença na cidade como práxis: os limites da política urbana no Brasil. In: *X Congresso Luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais*, Braga, Universidade do Minho, 2009.

LAGO, Luciana Corrêa do. A dimensão territorial da dominação de classe: um olhar sobre a segregação nas metrópoles brasileiras. In: *XXVII Congreso Asociación Latinoamericana de Sociología - ALAS: Memorias Latinoamérica Interrogada*, Buenos Aires, 2009.

LAGO, Luciana Corrêa do. A periferia metropolitana como lugar do trabalho: estrutura sócio-ocupacional e mobilidade cotidiana no Rio de Janeiro. In: *XXVIII International Congress of the Latin American Studies Association – LASA: Rethinking Inequalities*, Rio de Janeiro, 2009.

MENDONÇA, Jupira Gomes de. Transformaciones socio espaciales y formas de morada en las metrópolis brasileñas. In: *IV Congreso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales*. Mérida, 2010.

MENDONÇA, Jupira Gomes de; ANDRADE, Luciana Teixeira de; LIMA, J.M.F. Transformações socioespaciais e dinâmica imobiliária em uma metrópole latino-americana: caso Belo Horizonte, Brasil. 53º Congresso Internacional de Americanistas, Ciudad de México, 2009.

MIRANDA, Livia. I. B. Dinâmica e Organização Espacial em Áreas de Transição Rural-Urbana: o caso da Região Metropolitana do Recife. In: 12º Encuentro de Geógrafos de América Latina - Caminando en una América Latina en Transformación. Montevideo: Imprenta Gega, 2009. (CD ROM)

PASTERNAK, Suzana; BÓGUS, Lúcia Maria Machado. The space dynamics of inequality in the São Paulo Metropolitan Area. In: *International Sociological Association, Research Committee 21 Sociology of Urban and Regional Development Conference: Inequality, Inclusion and the Sense of Belonging*, Sao Paulo, 2009.

PEREIRA, Gislene; SILVA, Madianita Nunes da. Dinâmica imobiliária na Região Metropolitana de Curitiba: o mercado formal e informal e a estruturação da metrópole. In: *12º Encuentro de Geógrafos de América Latina: Caminando en una América Latina en Transformación*, Montevideo, EGAL, 2009.

RIBEIRO, Luis Cesar de Queiroz; KOSLINSKI, Mariane Campelo. Urban frontiers and educational opportunities: the case of Rio de Janeiro. In: *International Sociological Association, Research Committee 21 Sociology of Urban and Regional Development Conference: Inequality, Inclusion and the Sense of Belonging*, Sao Paulo, 2009.

SILVA, Érica Tavares; RODRIGUES, Juciano Martins. "Mobilidade Espacial nas Metrôpoles Brasileiras: Complexidade do Espaço Urbano". In: *Anais do VIII Seminario de Investigación Urbana y Regional*, Bogotá, 2009.

SILVA, Madianita Nunes da. Reflexões acerca da estruturação do espaço na metrópole de Curitiba: indústria e produção do espaço urbano em Araucária - PR. In: *12º Encuentro de Geógrafos de América Latina: Caminando en una América Latina en Transformación*, Montevideo, EGAL, 2009.

SOARES JÚNIOR, Antonio Tadeu Pinto; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia As transformações sócio-espaciais no município do Eusébio, Ceará: uma análise preliminar. In: *12º Encuentro de Geógrafos de América Latina: Caminando en una América Latina en Transformación*, Montevideo, EGAL, 2009.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues Soares; SCHNEIDER, Matheus; COSTA, Angela Maria Faria da. De metrópole regional à cidade-região: trajetórias socioespaciais da Região Metropolitana de Porto Alegre. In: *12º Encuentro de Geógrafos de América Latina: Caminando en una América Latina en Transformación*, Montevideo, EGAL, 2009.

ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS:

Curso à Distância: Ações Integradas de urbanização de assentamentos precários. *Necessidades Habitacionais*. CARDOSO, Adauto Lúcio; ARAÚJO, Rosane Lopes de. São Paulo: Aliança de Cidades Brasil / Banco Mundial, 2009.

Curso de Políticas Públicas e Direito à Cidade 2009. Rio de Janeiro, 3 de novembro a 16 de dezembro de 2009. Local: SESC São João de Meriti. 70 Participantes. A agenda do curso centra-se na questão da elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Ambiental, uma vez que o governo federal estipulou como prazo limite de finalização destes 2010. Contemplando o direito à cidade referente ao processo histórico do saneamento ambiental na Baixada Fluminense, incluindo o diagnóstico, os projetos e investimentos já realizados, assim como ações de exigibilidade e uma metodologia de elaboração propriamente dos planos. É importante ressaltar que, apesar da questão técnica ser contemplada neste curso, seu enfoque é político, a partir do déficit histórico deste debate.

Curso de Capacitação de Agentes Sociais e Conselheiros Municipais – Belo Horizonte (8ª edição). Período: 22/09/2009 a 06/10/2009. Número de participantes: 65

Curso Programa Interdisciplinar Políticas Públicas e Gestão local. IX Curso para Agentes Sociais e Conselheiros Municipais - Recife. Período: 06 de outubro a 05 de novembro de 2009. Número de participantes: 80

Curso: Políticas Públicas e Direito à Cidade. Curso de Capacitação de Agentes Sociais e Conselheiros Municipais – Rio de Janeiro. Período: 03/11/2009 a 16/12/2009. Número de participantes: 60.

SEMINÁRIO:

Ciclo de Debates: *Pensando a Metrópole Fluminense: desafios na perspectiva do direito à cidade*. Organizado em 2 Seminários. Rio de Janeiro 13 de outubro, 2009. A produção habitacional para a população de baixa renda foi o primeiro tema do ciclo de debates, tendo em vista sua relevância em tempos de PAC e do Programa Minha Casa Minha Vida.

Impactos da Copa de 2014 em Curitiba e Região Metropolitana. Mesa redonda da série (De)bate-bola, promovida pela Universidade Federal do Paraná, Núcleo da Região Metropolitana de Curitiba do Observatório das Metrôpoles e Observatório de Políticas Públicas Paraná, em Curitiba, 01 de julho de 2010.

Encontro, em Porto Alegre, das equipes do Projeto Moradia do Rio (Luciana, Jéssica, Joísa, Irene) e Porto Alegre (Rovati, Felipe Drago, Júlia Fagundes, Júlia Wartchow e Iara Castello) para debater a pesquisa relativa ao Programa Crédito Solidário.

OUTROS:

Lançamento do Primeiro número da revista *e-metropolis* – ISSN 2177-2312 em 25/05/2010.
Obs: O próximo número será lançado em 06.09.2010

VI. ATIVIDADES DE FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS.

1. Criação da Revista E-Metropolis:

Publicação eletrônica trimestral editada por alunos de pós-graduação de programas vinculados ao Observatório das Metrôpoles, que conta com a colaboração de pesquisadores, estudiosos e interessados de diversas áreas que tenham como tema os múltiplos aspectos envolvidos nos estudos relacionados à vida nas grandes cidades. O principal objetivo da E-metropolis suscitar o debate e incentivar a divulgação de trabalhos, ensaios, resenhas, resultados parciais de pesquisas e propostas teórico-metodológicas relacionados à dinâmica da vida urbana contemporânea e áreas afins. Constituindo mais uma das iniciativas do Observatório das Metrôpoles, a revista *E-metropolis* pretende ser um veículo que cria oportunidades para a troca de informações, buscando o debate multidisciplinar e agilizando o fluxo de informações entre os pesquisadores. Na medida em que está disponibilizada na internet e em formato “pdf”, visando facilitar a impressão e a leitura. Cada número é estruturado da seguinte forma: uma matéria que abrange um tema principal - tratado por um especialista convidado a abordar um tema específico da atualidade, artigos que podem ser de cunho científico ou opinativo e que serão selecionados pelo nosso comitê editorial, entrevistas com profissionais que tratem da governança urbana, bem como resenhas de publicações que abordem os diversos aspectos do estudo das metrôpoles e que possam representar material de interesse ao nosso público leitor.

2. Bolsas de Iniciação Científica e Apoio Técnico:

A rede Observatório das Metrôpoles tem efetuado treinamento de estudantes nas atividades de pesquisa, através de bolsas de Iniciação Científica e de Apoio Técnico, obtidas pelos pesquisadores junto aos órgãos de fomento, no intuito de estimular o pensamento e a prática acadêmico-científica, aperfeiçoando a formação técnico-científica destes bolsistas.

3. Boletim Semanal do Observatório das Metrôpoles:

Disponibilizado no Portal Observatório das Metrôpoles, reafirma o protagonismo da rede Observatório das Metrôpoles no debate público sobre as questões nacionais e suas relações com os desafios urbano-metropolitanos. Além disso, ao mesmo tempo, intensifica as atividades de transferência de resultados do trabalho de pesquisa para a rede de pesquisadores, comunidade acadêmico-científica e sociedade civil, através da publicação de notícias e artigos relativos ao campo de conhecimento das questões metropolitanas. Como por exemplo:

MOURA, Rosa. Discussão conceitual e identificação dos arranjos urbano-regionais no Brasil. In: *Boletim Semanal Observatório das Metrôpoles*, Rio de Janeiro, p. 1-8, 29 jul. 2009.

MOURA, Rosa. O arranjo urbano-regional de Curitiba. In: *Boletim Semanal Observatório das Metrôpoles*, Rio de Janeiro, p. 1-8, 29 jul. 2009

COSTA, Lygia. *Medidas de status ocupacional e vantagens da comparação internacional*. In: Boletim do Observatório das Metrôpoles. In: *Boletim Semanal Observatório das Metrôpoles*, Rio de Janeiro, n. 122, 20 jan, 2009.

4. Formação da opinião pública

O Observatório efetiva um diálogo importante com a sociedade civil, através da participação em debates públicos realizados nos meios de comunicação(Internet, Rádio e TV), bem como através da publicação em jornais e revistas da mídia comunitária, nacional e estrangeira. A saber:

CHRISTOVÃO, Ana Carolina; CID, Gabriel da Silva Vidal. Espaços da Cidadania e Monitoramento do PAC: o caso da Região metropolitana do Rio de Janeiro. In: *Revista Proposta*, Rio de Janeiro, FASE, Ano 34, n.º 120, pp. 39-46, 2010.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. *O Comércio Ambulante no Brasil*. In: *Conhecimento Prático*, São Paulo, pp. 52-55, 18 de Agosto, 2009.

MOURA, Rosa. Desigualdade só será resolvida com novo modelo de gestão. RMC em debate. Publicação do projeto Região Metropolitana de Curitiba em Debate. *Senge-PR*, v. 1, jul, 2009, pp. 7-13.

PEREIRA, Alexandre Queiroz. Democratização das Possibilidades. In: *Jornal O Povo*, Fortaleza, pp. 6-6, 29 mar., 2010.

PEREIRA, Alexandre Queiroz. Tecnificação ou humanização. In: *Jornal O Povo*, Fortaleza, pp. 6-6, 6 nov., 2009.

RIBEIRO, Luis Cesar de Queiroz; KOSLINSKI, Mariane Campelo. A qualidade das escolas nas metrópoles. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*, pp. 20-21, 01 abr., 2009.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. *Prodetur NE*. 2010. (Programa de rádio ou TV/Mesa redonda).

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. *LUOS e Comércio Ambulante em Fortaleza*. 2009. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. *Plano Habitacional de Reabilitação da Área Central de Fortaleza*. 2009. (Programa de rádio ou TV/Mesa redonda)

PEREIRA, Alexandre Queiroz. *Turismo, meio ambiente e desenvolvimento regional*. 2010. (Editoração do Blog do Grupo de Pesquisa Turismo, meio ambiente e desenvolvimento regional).

RIBEIRO, Luis Cesar de Queiroz. Remoção de favela é retórica política. In: *Jornal O Estado de São Paulo*, São Paulo, pp. 4-4, 11 abr. 2010.

RIBEIRO, Luis Cesar de Queiroz. No Coração dos Problemas. In: *Carta Capital*, São Paulo, 18 dez. 2009.

5. O programa de capacitação de conselheiros municipais:

Realizado em 2009 na Baixada Fluminense (Rio de Janeiro), Recife e Belo Horizonte se constituiu em um dos principais instrumentos de educação e divulgação da ciência, voltado para a sociedade desenvolvido por integrantes da Rede Observatório das metrópoles. No âmbito desse programa foi publicado um caderno didático que foi utilizado no curso desenvolvido no Rio de Janeiro, bem com ministrado 3 (três) cursos de capacitação.

VII. COMITÊ GESTOR: REUNIÕES REALIZADAS E DECISÕES:

Membros Comitê Gestor (COGE):

IPPUR/UFRJ	Dra. Luciana Correa do Lago.
PUC Minas	Dra. Luciana Teixeira de Andrade.
IPPUR/UFRJ	Dr. Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro.
NAPB/UFRN	Dra. Maria do Livramento M. Clementino.
UFPR	Dra. Olga Lucia Castreghini de Freitas Firkowski
IPPUR/UFRJ	Dr. Orlando Alves dos Santos Junior.
FEE/RS	Ms. Rosetta Mammarella.
UENF	Dr. Sérgio de Azevedo.
FAU/USP	Dra. Suzana Pasternak.

Atividades: Foram realizadas duas reuniões do COGE: 1ª. Em DEZ/09; 2ª em MAIO/10.

1. REUNIÃO DE 02 E 03 DE DEZEMBRO DE 2009.

PAUTA:

Esclarecimentos sobre o projeto dos mega eventos que está sendo analisado pela FINEP. Tema importante é sobre o setor de transporte para esse trabalho da FINEP.

Planejamento Evento de finalização do Milênio e início do INCT visando: apresentar os principais produtos finalizados no Milênio; anunciar o andamento do Observatório com início do INCT; efetuar uma reunião geral da rede Observatório das Metrôpoles; realizar uma mesa para debates sobre um tema de interesse – sugestão: governança – com indicação de convidado internacional; realização de oficinas dos Projetos. O Seminário Nacional será realizado nos dias 1, 2, 3 de setembro 2010 em Natal

Quanto ao funcionamento do Observatório das Metrôpoles: foi discutido e deliberado que a avaliação geral é positiva sobre a idéia de se estruturar por Projetos (TRs), mas permanecem dois problemas que foram tema central da reunião: 1) como manter ativos os núcleos? (questão que implica recursos); 2) como o grupo gestor se organiza para acompanhar execução e andamento dos Projetos:

a) Divisão de tarefas: Definido que todos os Projetos terão acompanhamento de integrantes do COGE, segundo a seguinte distribuição.

PROJETO	Coordenação	Membro do COGE
LINHA I		
1.1 - Metropolização, dinâmicas metropolitanas e o Território Nacional	Olga Firkowski / Rosa Moura	Olga e Rosetta
1.2a - Estrutura e dinâmica espaço-temporal das bases produtivas das metrôpoles.	Ricardo Machado Ruiz / Marco Afonso Crocco	Olga e Rosetta
1.2.b - Mudanças da base produtiva e as transformações do mercado de trabalho das metrôpoles	Ricardo Machado Ruiz / Marco Afonso Crocco	Olga e Rosetta
LINHA II		
2.1 - As novas formas de financiamento imobiliário e seus impactos na reconfiguração espacial das metrôpoles	Ricardo Machado Ruiz / Marco Afonso Crocco	Luciana Lago
2.2 - Estudo sobre as formas de provisão da moradia e seus impactos na re-	Luciana Corrêa do Lago / Adauto Cardoso	Luciana Lago

configuração espacial das metrópoles		
2.3 - Dispersão urbana e acessibilidade na Metrópole	Rômulo Ribeiro / Frederico Rosa Borges de Holanda	Luiz Cesar
2.4 - Organização Social Território e Desigualdades de Oportunidades Educativas	Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro / Mariane Koslinski	Luiz Cesar
2.5 - Metropolização Turística: dinâmica e reestruturação dos territórios em Salvador, Recife, Fortaleza e Natal – estudos comparativos para o Nordeste	Maria do Livramento Miranda Clementino	Maria do Livramento Miranda Clementino
2.6 – Organização social do território e criminalidade violenta	Luciana Andrade / Flávio Henrique Miranda de Araújo	Luciana Andrade
2.7 - Transformações Socioespaciais e Dinâmica Demográfica nas Áreas Metropolitanas: Mercado de Trabalho, Moradia e Família	Erica Tavares	Suzana Pasternak
Organização social do território metropolitano – 1980/2010. Padrões e evolução: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Recife, Salvador, Fortaleza, Goiânia, Natal, Belém, Maringá	Luiz Cesar de Queiróz Ribeiro / Luciana Lago / Suzana Pasternak / Rosetta Mammarella	Luiz Cesar de Queiróz Ribeiro / Luciana Lago / Suzana Pasternak/Rosetta Mammarella
A família, a economia doméstica e as desigualdades sociais nas metrópoles brasileiras	Rosa Ribeiro	Muito provável que incorporará o TR 2.7 acima, depende de conversa entre Rosa e Suzana.
Transformações socioespaciais e dinâmica migratória: relações com as mudanças na provisão de moradia	Jupira Gomes de Mendonça / André Junqueira Caetano	Dependendo da definição mais concreta da proposta poderá ser incorporada no TR 2.7.
A configuração espacial das cidades brasileiras e justiça social	Rômulo Ribeiro / Juciano Martins Rodrigues / Fernando Cotelo	TR em suspenso, pois depende da tese do Juciano.
LINHA III		
3.1 - Localismos, Geografia Social dos Votos e Governança Metropolitana	Nelson Rojas / Sergio Azevedo	Sérgio Azevedo
3.2 - Arranjos Institucionais, Saneamento Ambiental e Gestão Metropolitana	Ana Lucia Britto	Orlando Junior
3.3 – A construção de projetos metropolitanos – Experiências internacionais de sistemas de governança metropolitana	Sol Garson Braule Pinto / Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro	Luiz Cesar
3.4 - Pactos Socioterritoriais, financiamento e gestão metropolitana	Raquel Rolnik / Orlando Junior	Orlando Junior
LINHA IV		
4.1 - Monitoramento da Política de Desenvolvimento Urbano e Monitoramento do Programa de Aceleração do Crescimento	Orlando Junior	Orlando Junior
4.2 – Proposta de revista eletrônica E-Metrópolis	Luiz Cesar / Carolina Zuccarelli / Juciano	Luiz Cesar

	Martins Rodrigues	
4.3 - A Política Nacional de Saneamento Ambiental: entre a universalização dos serviços e a preservação da qualidade ambiental	Ana Lucia Britto	Orlando Junior
4.4 - Análise do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano e do desempenho institucional dos municípios metropolitanos	Orlando Junior / Adauto Cardoso / Regina Ferreira	Orlando Junior
4.5 - Formação – sociedade civil e agentes governamentais	Orlando Junior / Adauto Cardoso / Regina Ferreira	Orlando Junior

b) Quanto à manutenção dos núcleos: Ficou decidida a alocação de recursos para os núcleos de modo a permitir seu funcionamento e não ameaçar a realização dos Projetos pelas equipes locais. Porém, à medida que os núcleos tiverem editais ganhos, essa alocação aos núcleos deverá ser rediscutida pelo Conselho Gestor.

b) Quanto ao financiamento dos Projetos: O coordenador Geral terá poder de decisão sobre a alocação de recursos, desde que obedecido o padrão estabelecido como regra para os Projetos, qual seja, do Edital Universal do CNPq, que gira em torno dos R\$50.000,00. (valor destinado para dois anos, condicionado à avaliação do primeiro ano de execução dos projetos, podendo ser ajustável segundo as necessidades das equipes dos Projetos, mediante avaliação junto aos coordenadores).

Outras questões:

Sobre a publicação dos Periódicos:

1) Caderno Metrópole permanece como revista acadêmica, havendo interesse em internacionalizá-la.

2) Definida a criação Revista e-metropolis - outro veículo para divulgação dos produtos e reflexões dos pesquisadores da rede que não tenha os constrangimentos a que é submetida uma revista, mas que seja mais flexível apesar de formalizada com os devidos registros (ISSN) e que conte com um comitê editorial.

1) O Projeto Localismo e Geografia do voto, necessita de envolvimento dos núcleos, na aplicação de +- 50 questionários amostrais nas assembleias legislativas, seguido de análises.

2) Confirmar de publicação do livro sobre turismo imobiliário. Está confirmado.

3 – Solicitar para todas as equipes as bases cartográficas digitalizadas por setor censitários e as listas de setores censitários de 1991 que compatibilizem com a base de 2000. Certamente quem não tem 1991 é Natal e Fortaleza

4) Projeto sobre desigualdades educativas: equipe está em vias de conseguir as bases de 2005 e 2007 do IDEB, além dos microdados dos alunos que fazem a Prova Brasil.

5) Serão feitos também dois surveys no Rio de Janeiro e Belo Horizonte (financiados pela Universidade – UFRJ) sobre a percepção e prestígio escolar da escola pública. Pode ser reproduzido em outras capitais.

6) Como resultado edital do INEP está sendo realizado o georreferenciamento das escolas fundamentais de todas as capitais, as equipes locais que tiverem interesse poderão integrar o projeto que contempla também Curitiba, Belo Horizonte e Natal.

7) apresentação explicativa do GeoMetrópoles (Powerpoint).

2. REUNIÃO DE 06 E 07 DE MAIO DE 2010.

PAUTA:

Informes gerais sobre a rede:

Relato sobre a situação do projeto Metropolização e Mega-eventos, que foi aprovado pela FINEP e para o qual estão sendo feitos os trâmites. Entrega do projeto para os presentes.

Apresentação do Folder do Observatório das Metrôpoles impresso, solicitando que sejam enviadas sugestões por e-mail, tendo em vista sua reimpressão.

Comunicação de que o Observatório conseguiu a base de dados sobre financiamento imobiliário da Caixa Econômica Federal. Os pesquisadores Ricardo Ruiz e Marco Crocco (CEDPLAR-UFMG) estão analisando esta base.

Seminário Nacional Observatório das Metrôpoles.

O núcleo Natal elaborou uma primeira pauta para o Seminário, previsto para um público de 150 pessoas. O projeto está pronto e foi encaminhado ao CNPq/FINEP para solicitação de fomento. Outra versão será encaminhada a Capes, referindo à temática central do Evento “Desenvolvimento Metropolitano”.

A proposta para o Seminário Anual, elaborada pelo núcleo de Natal foi discutida resultando nos itens abaixo:

- (i) Período; 1 a 3 de setembro
- (ii) Local: Natal/Universidade Federal Rio Grande do Norte.
- (iii) Organização: Abertura, Conferências, Seminários Temáticos, Simpósio e Reunião de Organização.

- Abertura: Conferência com temática ligada ao programa INCT.
- Conferências: Estão confirmados para as conferências os convidados internacionais. As conferências acontecerão em mesas, nas quais participariam um coordenador e um debatedor.
- Simpósio: proposta realização, durante o Seminário, de um simpósio sobre o tema “Metropolização e Mega-eventos” como atividade preparatória do projeto MCT/FINEP.
- Reunião de Organização: Sexta no período da tarde serão realizadas reuniões dos coordenadores dos TRS e os Coordenadores dos Núcleos para discutirem o andamento os projetos e a articulação com as equipes regionais.
- Seminários Temáticos (ST): Serão organizados 12 Seminários Temáticos obedecendo ao planejamento dos projetos. A sugestão é que o conteúdo das apresentações e discussões das investigações sejam relacionados às conclusões geradas na fase do Programa Milênio e dos avanços e hipóteses da fase INCT. Os STs serão organizados segundo os seguintes temas e coordenação:

ST 1: Dinâmicas Metropolitanas e Estrutura Produtiva.

Olga Lúcia Castreghini de F. Firkowski – UFPR e Rosa Moura - Gov. Paraná

ST 2: População e Estrutura Sócio-Espacial.

Suzana Pasternak – USP e Lúcia Maria Machado Bogus - PUC-SP

ST 3: As formas de provisão da moradia popular e a re-configuração espacial das metrôpoles.

Luciana Correa do Lago – IPPUR-UFRJ e Adauto L. Cardoso - IPPUR-UFRJ

ST 4: Criminalidade Violenta e Organização Sócio-Espacial.

Luciana Andrade – PUC-Minas, Flávio Henrique A. Freire – UFRN e Dalva Souza – UFG.

ST 5: Estrutura Social, Desigualdades e Organização Social do território.

Rosetta Mammarella – FEE-RS e Lygia Costa - IPPUR-UFRJ

ST 6: Vulnerabilidade, Risco e Desigualdades Socioambientais.

Zoraide Pessoa – UNICAMP-UERN, Alfredo Grigio – UERN e Sônia Seixas – UNICAMP

ST 7: Políticas Públicas, Federalismo e Pactos Sócio territoriais.

Ilza Andrade – UFRN, Orlando Jr- IPPUR-UFRJ e Ana Lúcia Britto – IPPUR-UFRJ

ST 8: Representação Política, Localismos e Governança Metropolitana.

Sérgio de Azevedo – UENF e Néelson Rojàs – UFRJ

ST 9: Segmentação territorial e reprodução das desigualdades educacionais
Moisés Aguirre – UFRN, Mariane Koslinski - UFRJ e Mércia Estácio – UFRN

ST 10: Metropolização turística: dinâmica e reestruturação dos territórios
Ângela Lúcia Ferreira – UFRN, Eustógio Dantas – UFC, Maria Ângela Souza – UFPE

ST 11: Acessibilidade e Estrutura sócio-espacial
Rômulo Ribeiro – UNB e Juciano Rodrigues – IPPUR-PROURB-UFRJ

ST 12: Desempenho Institucional, Monitoramento da Política Urbana e do PAC
Maria Dulce Picanço Bentes Sobrinha – UFRN e Ana Cláudia Cardoso – UFRN.

Sobre o andamento dos Projetos

Foi apresentada uma avaliação do desenvolvimento em curso dos Projetos estratégicos, com base em informações colhidas pelos Coordenadores de TRs e em informes feitos pelos membros do Comitê Gestor.

Após relatos e debates foram definidos 20 TRs (projetos) e 7 subprojetos e 18 estudos de caso. Considerando uma organização multiescalar, onde: Escala 1: mais abrangente - composta pelas quatro linhas de Pesquisa; Escala 2: integrando cada uma das linhas de pesquisa, os Projetos que corresponde a projetos temáticos → (é esta a escala de referência para a distribuição dos recursos).

Portal Observatório das Metrôpoles:

Foi feita uma apresentação do site do Portal Observatório das Metrôpoles (OM), informando a forma de acesso, cobertura, número e local de acessos, etc. Observando que no site OM são mantidos/referidos os locais originais de publicação dos artigos publicados (através de link que remete ao local original).

Próximos passos do Portal Observatório das Metrôpoles: Aumento da base de emails que recebem o Boletim; Reestruturação do servidor de mapas; Reestruturação da página Metrodata; Divulgação de um informativo em inglês - trimestral; Lançamento da Revista *e-Metropolis*.

Sobre as placas, requisitadas pelo INCT foi sugerido que:

- Confeccionem-se além das placas, etiquetas do Observatório das Metrôpoles para identificar tudo que foi adquirido com verba do OM, para efeito de divulgação. Além do patrimônio, INCT, CNPq, Capes, Faperj e Universidade, como um “plus”.

Revista e-metropolis

Revista E-metropolis foi apresentada em seu projeto inicial (estrutura e layout).

O Comitê Gestor do Observatório fez algumas sugestões listadas abaixo:

1. Solicitar a inserção no Qualis/Capes Publicação, a fim de incentivar a comunidade acadêmica em publicar na revista e-metropolis.
2. A chamada de artigos deverá ter um caminho específico – desvinculado do Cadernos Metrôpoles, a fim de constituir outra referência na área.
3. Sugere-se que ao final dos 4 números de cada ano seja feito um balanço da revista, que contenha: nº de artigos enviados, nº de artigos publicados; quantidade e origem dos pareceristas; nº de acessos. Este balanço deveria ser publicado no primeiro número do ano seguinte. Além de um agradecimento nominal para os membros do Conselho Editorial que deram pareceres ao longo do ano.

Geo-metrôpoles

O projeto Geo-Metrôpoles, foi apresentado, explicando o funcionamento de forma geral do programa SIG-s em suas 3 possibilidades : 1. via ArcGis e ArcMap; 2. Via Atlas; 3. Geo-metrôpoles,

numa versão online. Numa outra fase pretende-se que os próprios núcleos possam atualizar as informações, porém na fase atual somente a equipe Geo-metrópoles atualiza.

Finanças:

Os projetos encontram-se em um momento de amadurecimento suficiente para verificar se a cota pré-definida a cada um é apropriada ou não. Portanto, foi assumido o planejamento inicial, porém realizou-se uma avaliação por parte de cada Gestor para verificar a situação de cada TR. Definiu-se que os TRs terão de enviar um orçamento mais detalhado para sua pesquisa, dentro do teto orçamentário. O critério de importância/relevância será ponderado na alocação de recursos.

Dada a análise, estimou-se um novo teto orçamentário para cada TR, a seguir:

TR	Titulo TR	Coordenador	Valor Previsto
11	Metropolização, dinâmicas metropolitanas e o Território Nacional	Olga Firkowski	35.000,00
12	Metrópole, Estrutura Produtiva e Mercado de Trabalho	Ricardo Ruiz	Mais de 45.000,00
21	As novas formas de financiamento imobiliário e seus impactos na reconfiguração espacial das metrópoles.	Ricardo Ruiz	Mais de 45.000,00
22	Estudo sobre as formas de provisão da moradia e seus impactos na re-configuração espacial das metrópoles.	Luciana Lago	Mais de 45.000,00
23	Transformações Socioespaciais e Dinâmica Demográfica nas Áreas: Mercado de Trabalho, Moradia e Família.	Erica Tavares	45.000,00
24	Dispersão urbana e acessibilidade na Metrópole	Rômulo Ribeiro	45.000,00
25	Organização Social Território e Desigualdades de Oportunidades Educativas	Luiz Cesar	20.000,00
26	Metropolização Turística: dinâmica e reestruturação dos territórios em Salvador, Recife, Fortaleza e Natal – estudos comparativos para o Nordeste.	Maria Livramento	Mais de 45.000,00
27	Organização Social Território e Criminalidade Violenta	Luciana Andrade	45.000,00
28	Organização social do território metropolitano – 1980/2010. Padrões e evolução: São Paulo, RJ, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Recife, Salvador, Fortaleza, Goiânia, Natal, Belém, Maringá.	Luiz Cesar Ribeiro; Luciana Lago; Suzana Pasternak; Rosetta Mammarella	70.000,00
31	Localismos, Geografia Social dos Votos e Governança Metropolitana	Sérgio Azevedo	45.000,00
32	Arranjos Institucionais, Saneamento Ambiental e Gestão Metropolitana	Ana L. Britto	10.000,00
33	A Construção de projetos metropolitanos. Experiências internacionais de sistemas de governança metropolitana.	Sol Garson	5.000,000
34	Pactos Socioterritoriais, financiamento e gestão metropolitana	Raquel Rolnik	Mais de 45.000,00
41	Monitoramento da Política de Desenvolvimento Urbano e Monitoramento do Programa de Aceleração do Crescimento.	Orlando Jr	100.000,00

42	Revista Eletrônica E-Metrópolis	Carolina Zucarelli	15.000,00
43	A Política Nacional de Saneamento Ambiental: entre a universalização dos serviços e a preservação da qualidade ambiental	Ana L. Britto	ZERO
44	Análise do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano e do desempenho institucional dos municípios metropolitanos	Orlando Jr	Mais de 45.000,00
45	Formação – sociedade civil e agentes governamentais.	Orlando Jr	45.000,00
46	GEO-Metrópoles	Juciano/ Arthur	70.000,00

Total estimado: 725.000,00 (sem considerar o TR3 – em aberto, e os “mais” de alguns TRs.)

VIII - PERSPECTIVAS E DESDOBRAMENTOS

8.1. Ampliação da Rede:

a) **Incorporação da metrópole de Vitória**, através do Instituto Santos Jones (IJSN) vinculado à Secretaria de Estado de Economia e Planejamento (SEP) do Espírito Santo, nas investigações desenvolvidas pela rede Observatório das Metrôpoles, possibilitando um significativo desenho das questões urbanas desta região metropolitana. Tal pareceria objetiva produzir conhecimento e subsidiar políticas públicas através da elaboração e da implementação de estudos, pesquisas, planos, projetos, programas de ação e organização de bases de dados estatísticos e georreferenciados, nas esferas estadual, regional e municipal. O núcleo a ser criado será coordenado pela Dra. Carolina Jabour.

b) **Incorporação da metrópole de Brasília** na rede Observatório das Metrôpoles, através do Programa de Pós-Graduação da Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (UNB), possibilitando um trabalho em parceria entre os professores Dr. Frederico Holanda e Dr. Rômulo Ribeiro, na coordenação do projeto Dispersão Urbana e Acessibilidade.

8.2. Desdobramentos de Pesquisa:

a) **Projeto “Metropolização e Mega-Eventos: impactos dos Jogos Olímpicos/2016 e Copa do Mundo/2014”**, configura uma iniciativa essencial para que sejam identificados os reais ônus e benefícios oferecidos à população e para que seja possível fortalecer os subsídios às políticas públicas e às tomadas de decisão que envolverá a atuação do Estado neste âmbito, o que só é possível por meio de um monitoramento constante e contemporâneo ao processo transformador ao qual a cidade estará submetida. Objetivando a elaboração e aplicação de instrumentos de monitoramento dos impactos relacionados à Copa do Mundo de 2014 e aos Jogos Olímpicos de 2016 na estrutura urbano-metropolitana onde serão realizados estes eventos, para além dos tradicionais instrumentos de mensuração econômica, correntemente utilizados. Neste sentido, intencionam-se elaborar uma metodologia e indicadores, baseados na experiência acumulada pelo Observatório das Metrôpoles e utilizando a rede de instituições e pesquisadores já existente, constituída há 17 anos, envolvendo 97 principais pesquisadores e 59 instituições universitárias de pós-graduação, ONG’s e centros estaduais de pesquisa. Visa-se, com isso, permitir ao poder público um maior poder de decisão a partir dos estudos e indicadores produzidos, de forma a se maximizar os benefícios e minimizar os custos sociais resultantes dos eventos, além de desenvolver instrumental teórico e metodologia que possam ser aplicados a outros casos similares.

b) **Desenvolvimento de análises comparativas das trajetórias de longa duração das transformações das metrópoles brasileiras (1980/2010)**, com a disponibilização dos dados do Censo 2010, com base na classificação sociocupacional construída como variável *proxy* para descrever a estrutura social, mencionada anteriormente, produzimos tipologias socioespaciais para a análise do período 1980/2000.

Os dados censitários de 2010 devem estar disponibilizados apenas por volta de 2012. Neste espaço de tempo proceder-se-á a comparações tanto verticais, isto é, dentro de cada metrópole serão finalizadas as análises 1980-2000, como horizontais, ou seja, se as mudanças em cada metrópole obedeceram a tendências divergentes ou convergentes.

c) **Produção de referências internacionais de modelos de governança metropolitana.**

A partir da pesquisa que se propõe a construir uma base teórica e empírica para a discussão das alternativas de gestão dos aglomerados urbanos metropolitanos, como subsídio à discussão do tema no Brasil. A solução de governança metropolitana varia de um país para o outro, em função de sua história e cultura. Em países como França, Alemanha, Itália, Canadá, pensa-se em construção institucional - estabelecimento de autoridades metropolitanas. Nos EUA e na Inglaterra,

a preferência recai sobre ordenamentos de cooperação ou associação. A construção de sistemas de governança representa o desenvolvimento de uma ação institucional coletiva, que envolva não apenas as organizações de governo, mas também as redes de organizações engajadas na prestação de serviços locais e seus beneficiários - a sociedade civil. A estrutura de governo tem forte impacto sobre a estrutura de governança. Em países federativos, a discussão sobre a governança metropolitana requer que se considere não apenas os problemas e a forma de reação de cada governo local, mas também a forma como estes relacionam com as demais esferas de governo.

8.3. Perspectivas de Cooperação.

a) **Cooperação Internacional com o Instituto LATTs**, coordenado pelo Prof. Dr. Christian Lefèvre - Instituto Francês de Urbanismo, Universidade Paris VIII - França, através da CNPq/CNRS. Buscando o diálogo acadêmico sobre questões da governança metropolitana, como, por exemplo, na conferência que ser proferida pelo Prof. Lefèvre, no Seminário Governança Urbana e Desenvolvimento Metropolitano, de 01 a 3 de setembro de 2010, em Natal.

b) **Cooperação com a Universidade de Columbia Canadá** no Programa de capacitação institucional para governança metropolitana colaborativa:

Atividade de parceria com UBC e a Rede Observatório das Metrôpoles, 2008-2010: conforme os encaminhamentos pactuados durante reunião no Rio, foi elaborado um relatório para dimensionar os resultados da parceria. Alguns pontos de destaque são 13 eventos de capacitação em 4 RMs com 1465 participantes (gestores públicos, representantes do legislativo, sociedade civil e academia cursos foram realizados).

8.4. Ampliação das de Transferência de Resultados

a) Cooperação com a Universidade Corporativa da Caixa Econômica em torno do tema da Governança Metropolitana. Fóruns Locais de discussão envolvendo os atores das metrôpoles do setor público, da sociedade e do mercado.

b) Cooperação com a Frente Nacional de Prefeitos, desenvolvendo um papel de assessoria sobre as questões metropolitanas.

c) Transformação do GeoMetrôpoles em uma plataforma web que permitirá a acadêmicos, atores da sociedade civil e o público em geral, conhecer a realidade das grandes metrôpoles brasileiras através desse sistema que contará com um banco de dados multidimensional que inclui inúmeras informações espaciais e mais de 700 indicadores sociais e econômicos.

8.5. Difusão e Educação Científica

a) Afirmação dos Cadernos Metrôpoles como veículo de excelência internacional.

A Revista Caderno Metrôpoles, com 23 volumes publicados, é um dos principais produtos do Observatório das Metrôpoles difundindo os resultados da rede e de outros pesquisadores brasileiros e estrangeiros sobre os temas relacionados com a temática "Metrôpoles, Desigualdades Socioespaciais e Governança Urbana". O periódico está indexado na *Library of Congress* – Washington, e está publicado em CD ROM (primeiros 20 volumes). Atualmente, a revista, encontra-se em processo de indexação no SciELO (Scientific Electronic Library Online) e no Sistema de Información Científica Redalyc (Rede de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal).

b) Consolidação do e-metrópolis.

Através da edição trimestral da e-metropolis, buscar-se á consolidar a revista como um mecanismo de difusão do conhecimento produzido no âmbito do Observatório, abrindo espaço à produção de alunos de pós-graduação das instituições membros da Rede ou não.

LOCAL E DATA: Rio de Janeiro, 15 Agosto de 2010.



ASSINATURA:

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

Coordenador do Observatório das Metrôpoles